

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

CELSO RODRIGO DIAS GUALDI

**RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: INSTRUMENTO PARA AS
ORGANIZAÇÕES COMUNICAREM À SOCIEDADE SEU VÍNCULO COM A
SUSTENTABILIDADE**

Tupã

2024

CELSO RODRIGO DIAS GUALDI

**RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: INSTRUMENTO PARA AS
ORGANIZAÇÕES COMUNICAREM À SOCIEDADE SEU VÍNCULO COM A
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito para Defesa de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Competitividade de Sistemas Agroindustriais

Orientador: Prof. Dr. Gessuir Pigatto

Coorientador: Profa. Dra. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

Tupã

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

G911r Gualdi, Celso Rodrigo Dias.
Relatórios de sustentabilidade : instrumento para as organizações comunicarem à sociedade seu vínculo com a sustentabilidade / Celso Rodrigo Dias Gualdi. – Tupã: [s.n.], 2024.
120 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) –Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Engenharia, 2024.

Orientador: Gessuir Pigatto
Coorientadora: Cristiane Hengler Corrêa Bernardo

1. Comunicação Empresarial. 2. Relatório Empresarial. 3. Responsabilidade Social Corporativa. 4. Responsabilidade Ambiental, Social, Econômica. I. Título. II. Autor.

Fonte: Eliana Kátia Pupim, bibliotecária CRB 8 – 6202. Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto

Os Relatórios de Sustentabilidade desempenham um papel essencial na comunicação entre a sociedade e as organizações. Atualmente vivencia-se uma situação em que as questões sociais, ambientais e econômicas estão interligadas de maneira complexa e, portanto, as discussões sobre o futuro da sociedade tornam-se prementes.

Tem-se, até 2030, o desafio de alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que apresenta como objetivo global acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todos tenham um futuro próspero. Dentre os 17 objetivos, esta pesquisa aborda o ODS 12 que trata sobre Consumo e Produção Responsáveis, com atenção especial a meta 12.6 que enfoca a promoção de políticas e práticas sustentáveis em suas operações.

Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade oferecem uma plataforma para as organizações comunicarem suas iniciativas e impactos relacionados à sustentabilidade, fornecendo informações quanto as suas ações.

Como membros ativos da sociedade, assume-se o papel de demandar e valorizar a transparência e a prestação de contas das organizações sobre a sustentabilidade praticada. Deve-se incentivar e reconhecer organizações que adotam uma abordagem proativa quanto a sustentabilidade. Os relatórios de sustentabilidade representam não apenas uma ferramenta de comunicação, mas sim um reflexo do compromisso das organizações com um futuro mais justo e sustentável a todos. Ao passo que se passa a exigir e apoiar a divulgação transparente dessas informações, contribui-se para a construção de uma sociedade, onde o sucesso das organizações estará ligado ao bem-estar das pessoas e planeta.

Impact

Sustainability reports play an essential role in communication between society and organizations. We are currently experiencing a situation in which social, environmental and economic issues are interconnected in a complex way and, therefore, discussions about the future of society are becoming more pressing.

By 2030, we face the challenge of achieving the goals of the Sustainable Development Goals (SDGs), whose global objective is to end poverty, protect the planet and ensure that everyone has a prosperous future. Among the 17 goals, this research looks at SDG 12, which deals with Responsible Consumption and Production, with special attention to target 12.6, which focuses on promoting sustainable policies and practices in its operations.

In this context, sustainability reports offer a platform for organizations to communicate their initiatives and impacts related to sustainability, providing information on their actions.

As active members of society, we assume the role of demanding and valuing transparency and accountability from organizations with regard to the sustainability they practice. Organizations that adopt a proactive approach to sustainability should be encouraged and recognized. Sustainability reports are not just a communication tool, but a reflection of organizations' commitment to a fairer and more sustainable future for all. By demanding and supporting the transparent disclosure of this information, we contribute to building a society where the success of organizations is linked to the well-being of people and the planet.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Relatórios de sustentabilidade: instrumento para as organizações comunicarem à sociedade seu vínculo com a sustentabilidade

AUTOR: CELSO RODRIGO DIAS GUALDI

ORIENTADOR: GESSUIR PIGATTO

COORIENTADORA: CRISTIANE HENGLER CORRÊA BERNARDO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Ciências, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). GESSUIR PIGATTO (Participação Presencial)

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Prof(a). Dr(a). RICARDO CÉSAR GONÇALVES SANT'ANA (Participação Presencial)

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Profa. Dra. JENIFFER DE NADAE (Participação Virtual)

Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção / Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI - Itajubá/MG

Tupã, 27 de março de 2024

Documento assinado digitalmente
 JENIFFER DE NADAE
Data: 15/05/2024 11:33:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 RICARDO CESAR GONCALVES SANTANA
Data: 16/05/2024 17:00:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 GESSUIR PIGATTO
Data: 17/05/2024 11:01:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus agradecimentos, primeiramente a Deus, por proporcionar oportunidades para alcançar meus objetivos.

À minha amada esposa, Ana Paula, e aos meus queridos filhos, Henrique e Felipe, por seu amor incondicional, compreensão e apoio constantes durante todo o período em que estive envolvido neste projeto.

À memória do meu pai, Maurício, e do meu sogro, Paulo, que, embora não estejam mais entre nós, continuam a ser fontes de inspiração e força em minha vida.

À minha mãe, Maria, e à minha sogra, Edy, pelo amor, apoio e incentivo que sempre me deram, mesmo nos momentos mais desafiadores.

À minha irmã, Verônica, meu cunhado, Luís, e meu sobrinho, Maurício, por sua presença constante e por compartilharem comigo as alegrias e dificuldades desta jornada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gessuir Pigatto, cuja orientação sábia, paciência, encorajamento e pela confiança em acreditar em mim e no trabalho que foi desenvolvido. Pela aprendizagem no estágio, no qual tive a oportunidade de vivenciar aulas que contribuíram para minha vivência como docente. As suas contribuições, dedicação e ensinamentos foram fundamentais para a concretização desta dissertação e meu crescimento pessoal e profissional.

À minha coorientadora, Prof^a Dr^a Cristiane Hengler Corrêa Bernardo, por sua colaboração e contribuições valiosas que foram significativas para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Ricardo César Gonçalves Santana e Prof^a Dr^a Maria Cristina Gobbi, por suas contribuições e sugestões que ajudaram a aprimorar este trabalho.

Por fim, expresso minha gratidão à Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Tupã, por proporcionar o ambiente acadêmico propício e os recursos necessários para a realização deste estudo.

Agradeço também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) na realização do presente trabalho.

A todos os mencionados e a tantos outros que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho, meu mais sincero e profundo obrigado.

GUALDI, Celso Rodrigo Dias. **Relatórios de sustentabilidade: instrumento para as organizações comunicarem à sociedade seu vínculo com a sustentabilidade**. 2024. 120f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2024.

Resumo

Diante da crescente preocupação com a sustentabilidade e a finitude dos recursos naturais, esta dissertação tem como objetivo geral analisar como as organizações brasileiras que atuam no setor de proteína animal utilizam os relatórios de sustentabilidade para comunicarem à sociedade suas ações que visem a sustentabilidade. Para atender aos objetivos geral, foram propostos como objetivos específicos: i) identificar que tipo de dados está sendo divulgado; ii) verificar quais modelos de relatórios de sustentabilidade estão sendo utilizados pelas organizações; iii) quantificar se as ações nas esferas econômica, ambiental e social são apresentadas de forma equilibrada; iv) avaliar alterações na forma de apresentação dessas informações a partir do estabelecimento da Agenda 2030 em 2015. Como objetos de estudo, foram selecionados os relatórios de sustentabilidade de duas empresas de destaque no segmento, JBS e Marfrig, no período de 2015 a 2022 e identificados os principais indicadores GRI apresentados nos documentos. A dissertação emprega uma abordagem qualitativa que integra pesquisa documental e análise de conteúdo, utilizando o software NVivo para facilitar a organização e análise dos dados. Essa metodologia proporciona acesso direto aos relatórios de sustentabilidade das organizações selecionadas, permitindo um exame estruturado e uma interpretação detalhada das informações coletadas. Como resultados principais, destacam-se a incidência de indicadores GRI que abrangem as três esferas da sustentabilidade (ambiental, social e econômica), contudo a análise revelou uma menor ênfase na dimensão econômica em comparação com as dimensões ambiental e social; observou-se a divulgação predominante de informações positivas das organizações; a incidência e o tipo de informação presente nos relatórios são influenciados pelas demandas dos stakeholders e, alterações no formato de apresentação dos relatórios, com a inclusão de imagens e ilustrações para melhorar a compreensão e o impacto visual. O uso dos relatórios de sustentabilidade pelas organizações confirma a importância de atender às demandas das partes interessadas e da legislação, tendo como fatores positivos um melhor posicionamento da organização, conseguindo uma oscilação menor de seus ativos, usando ferramentas de marketing para obtenção da imagem positiva da organização, bem como o uso da comunicação frente ao mercado e a sociedade. Entretanto aponta-se como aspecto negativo, a falta de padronização nas publicações, dificultando uma análise comparativa entre organizações de um mesmo setor, e com outros setores, e a possibilidade da presença do uso de *greenwashing* e *cherry picking*. As organizações, embora divulguem principalmente informações positivas em seus relatórios de sustentabilidade, é preciso enfatizar a necessidade de ampliar a transparência e acessibilidade desses relatórios. Tendo o uso evidenciado, pelo olhar das organizações, como uma ferramenta estratégica para comunicar a sua responsabilidade socioambiental, pelos olhos de seus *stakeholders* permite compreender o engajamento das organizações sob a ótica da sustentabilidade possibilitando questionamentos sobre o presente e o futuro das gerações.

Palavras-chave: Comunicação Empresarial, Relatório Empresarial, Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica.

GUALDI, Celso Rodrigo Dias. **Sustainability reports: a tool for organizations to communicate their link with sustainability to society.** 2024. 120f. Dissertation (Master of Agribusiness and Development) – São Paulo State University (UNESP), Scholl of Sciences and Engineering, Tupã, 2024.

Abstract

Given the growing concern about sustainability and the finiteness of natural resources, the general objective of this dissertation is to analyze how Brazilian organizations operating in the animal protein sector use sustainability reports to communicate their actions aimed at sustainability to society. In order to meet the general objectives, the following specific objectives were proposed: i) to identify what type of data is being disclosed; ii) to verify which models of sustainability reports are being used by organizations; iii) to assess whether actions in the economic, environmental and social spheres are presented in a balanced way; iv) to evaluate changes in the way this information is presented since the 2030 Agenda was established in 2015. The study objects were the sustainability reports of two leading companies in the segment, JBS and Marfrig, from 2015 to 2022, and the main GRI indicators presented in the documents were identified. The dissertation uses a qualitative approach that integrates documentary research and content analysis, using NVivo software to facilitate data organization and analysis. This methodology provides direct access to the sustainability reports of the selected organizations, allowing for a structured examination and detailed interpretation of the information collected. The main results include the incidence of GRI indicators covering the three spheres of sustainability (environmental, social and economic), although the analysis revealed less emphasis on the economic dimension compared to the environmental and social dimensions; the predominant disclosure of positive information by the organizations was observed; the incidence and type of information present in the reports are influenced by the demands of the stakeholders and changes in the presentation format of the reports, with the inclusion of images and illustrations to improve understanding and visual impact. The use of sustainability reports by organizations confirms the importance of meeting the demands of stakeholders and legislation, with the positive factors being a better positioning of the organization, achieving a lower fluctuation of its assets, using marketing tools to obtain a positive image of the organization, as well as the use of communication with the market and society. However, a negative aspect is the lack of standardization in the publications, making it difficult to compare organizations in the same sector and other sectors, and the possibility of greenwashing and cherry picking. Although organizations mainly disclose positive information in their sustainability reports, it is necessary to emphasize the need to increase the transparency and accessibility of these reports. The use of sustainability reports is seen by organizations as a strategic tool for communicating their social and environmental responsibility, and by their stakeholders, it allows them to understand the engagement of organizations from the perspective of sustainability, making it possible to ask questions about the present and the future of generations.

Keywords: Corporate Communication, Corporate Report, Corporate Social Responsibility, Environmental, Social and Economic Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Dissertação.....	22
Figura 2 - Evolução dos relatórios das organizações	28
Figura 3 – Estrutura do método da pesquisa.....	47
Figura 4 – Principais assuntos dos relatórios da empresa JBS.....	55
Figura 5 - Principais assuntos dos relatórios da empresa Marfrig.....	59
Figura 6 - Nuvem de palavras dos relatórios da empresa JBS	61
Figura 7 - Nuvem de palavras dos relatórios da empresa Marfrig.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de palavras-chaves nos relatórios da empresa JBS	62
Gráfico 2 - Frequência de palavras-chaves nos relatórios da empresa Marfrig	64
Gráfico 3- Análise Detalhada dos Tópicos GRI nos Relatórios de Sustentabilidade da JBS (2015-2022)	66
Gráfico 4 - Avaliação Numérica dos Tópicos GRI na Dimensão da Sustentabilidade nos Relatórios de Sustentabilidade JBS (2015-2022)	67
Gráfico 5 - Análise Detalhada dos Tópicos GRI nos Relatórios de Sustentabilidade da Marfrig (2015-2022).....	68
Gráfico 6 - Avaliação Numérica dos Tópicos GRI na Dimensão da Sustentabilidade nos Relatórios de Sustentabilidade Marfrig (2015-2022)	69
Gráfico 7 Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Ambiental	71
Gráfico 8 - Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Social	76
Gráfico 9 - Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Econômica.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conteúdo disponível nos diferentes tipos de relatórios divulgados pelas organizações	29
Quadro 2 - Informações e abrangência dos relatórios	30
Quadro 3 - Códigos de cada Tópico GRI relacionados em cada versão de relatório	33
Quadro 4 - Seleção das organizações	40
Quadro 5 - Forma de Análise	44
Quadro 6 - Atores impactados e influência dos relatórios de sustentabilidade	48
Quadro 7 - Panorama histórico de Sustentabilidade e forma de apresentação JBS (período 2015 a 2022)	53
Quadro 8 - Panorama histórico de Sustentabilidade e forma de apresentação Marfrig (período 2015 a 2022)	57
Quadro 9 - Tipo de versão GRI utilizada pela JBS e Marfrig	60
Quadro 10 - Aspectos ambientais mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG	72
Quadro 11 - Aspectos sociais mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG	78
Quadro 12 - Aspectos econômicos mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
CRSD	Corporate Sustainability Reporting Directive
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EFRAG	European Financial Reporting Advisory Group
ESG	Environmental, Social and Governance
GRI	Global Reporting Initiative
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE B3	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISSB	International Sustainability Standards Board
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SASB	Sustainability Accounting Standards Board

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	17
1.2 OBJETIVOS	20
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL.....	23
2.2 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	26
2.3 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	27
3 MATERIAL E MÉTODO.....	38
4 RESULTADOS.....	50
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS RELATÓRIOS ANALISADOS	50
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS	60
4.2.1 ANÁLISE COMPARATIVA: FATOR AMBIENTAL.....	70
4.2.2 ANÁLISE COMPARATIVA: FATOR SOCIAL	75
4.2.3 ANÁLISE COMPARATIVA: FATOR ECONÔMICO.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

Diante da perspectiva de finitude dos recursos naturais, a preocupação ultrapassa meramente o âmbito econômico, tornando-se evidente a necessidade de adotar práticas sustentáveis. Kolk (2003) e Philippi *et al.* (2013) fazem referência a uma preocupação, que se inicia na década de 1990, com o desenvolvimento sustentável frente aos impactos ambientais e sociais das empresas a partir da década de 1970 com a crise do petróleo.

Para Bleischwitz (2003), o modelo econômico, por meio de sua eficiência, aglutina-se a eficiência ambiental, de modo que a organização executará o processo de ecoeficiência. Ainda para o mesmo autor, o modelo econômico voltado apenas a realização de resultados monetários, não se opoem a fatores degradantes do meio ambiente, necessita de uma quebra de paradigma, visto a necessidade de se atuar junto a questão ambiental, sabendo que os recursos naturais são finitos.

Já Ajmal *et al.* (2018) apontam que a maioria das iniciativas de práticas sustentáveis enfatizavam principalmente os aspectos econômicos e ambientais do desenvolvimento sustentável, negligenciado a dimensão social. Dessa forma, a partir da segunda metade da década passada, as organizações são obrigadas a repensar suas ações e deixar de lado a simples adoção de práticas verdes para repensar, redesenhar e desenvolver novas práticas empresariais de uma forma mais sustentável.

A necessidade de estar atento às questões sociais e ambientais resulta na busca por uma visão a médio e longo prazo por parte das organizações, no que tange à necessidade de preservação de seus recursos necessários para a produção de bens e serviços, atendendo as necessidades atuais e futuras da humanidade (Boff, 2017; Epstein e Buhvac, 2017). Visto grande interesse no tema sustentabilidade corporativa, Christofi, Christofi e Sisaye (2012) destacam a demanda, em pesquisas sociais, pela preocupação com o bem-estar da população alinhado à proteção ambiental, destacando a evolução dos relatórios de sustentabilidade na década de 1990, atentos a métodos para evidenciar os resultados do *triple bottom line*. A mesma atenção, entre acadêmicos e profissionais, é destacada por Onkila, Mäkelä e Järvenpää (2017).

Para se atender às necessidades presentes, há de haver a conscientização de todos os atores envolvidos, incorporando ações de vertentes amplas, não somente econômica. Epstein e Buhvac (2017) indicam para a expectativa de que as

organizações empresariais façam mudanças para a sustentabilidade e informem abertamente as partes interessadas sobre essas mudanças. Essa preocupação se evidencia ao se abordar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados no ano de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte de sua Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo como referencial ações de proteção a população por meio de erradicação de pobreza, proteção ao planeta e por consequência trazer melhores perspectivas frente ao futuro (ONU, 2022).

Entre os 17 Objetivos que compõem os ODS, está o de número 12, que busca garantir que as práticas de produção e consumo sejam sustentáveis e eficientes, visando um futuro sustentável ao meio produtivo e à sociedade (ONU, 2022). Destaque para a meta 12.6, na qual as organizações, ao buscarem ações sustentáveis, diante a preocupação global, integram informações de tais práticas em relatórios e sua divulgação para a sociedade. Em um processo de adaptação das metas ao cenário brasileiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) adequou a meta 12.6, que passou a ter a seguinte redação, incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios (IPEA, 2018).

Compreendendo a preocupação socioambiental vista por toda a humanidade, Santos (2000, p. 25) remete à visão de que “na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença”, sendo então indispensáveis ações sustentáveis e que fomentem o cuidado para com o meio ambiente e com a sustentabilidade.

Nesse contexto, faz-se necessária a compreensão acerca do tripé da sustentabilidade refletido por Elkington (2002), elencando as esferas econômicas, ambientais e sociais, para quem a sustentabilidade visa suprir as necessidades do presente e do futuro, preocupando-se ao atendimento das necessidades humanas. Neste sentido Meadows, Randers e Meadows (2004) refletem sobre a sustentabilidade ser uma questão de longo prazo, para a qual se deve criar e manter condições de equilíbrio entre a vida das pessoas e o meio que estão inseridas.

No mesmo sentido, Barbieri (2016) remete que a base da contribuição das organizações para o desenvolvimento sustentável, está na integração das três dimensões: econômica, social e ambiental, sendo observada uma mudança na forma

como as questões sociais e ambientais são abordadas nos diversos conceitos relacionados às organizações.

A dimensão econômica tem o intuito de apresentar o lucro empresarial, mas há de se atentar a preocupações sociais e ambientais em suas ações. Para isso, Elkington (2001) adverte que o número e o comportamento dos atores econômicos atuantes no ecossistema possuem relação direta com a sua capacidade de sustentação.

As empresas operam em um ambiente altamente competitivo e, portanto, precisam estar atentas aos impactos de suas atividades produtivas na sociedade. Nessa direção Chen e Vanclay (2021) relatam que é crescente no mercado a busca das empresas em aumentar a conscientização de suas responsabilidades corporativas, principalmente vinculada à fatores ambientais e sociais.

A demanda por divulgação de informações por meio de relatórios está em constante crescimento entre as organizações. Isso é evidenciado pela crescente importância da comunicação para a sociedade sobre as ações sociais e ambientais integradas pelas organizações, as quais desempenham um papel crucial no avanço dos conceitos de sustentabilidade (Villiers;Sharma, 2017).

Diante as questões relacionadas aos relatórios de sustentabilidade, Kolk e Perego (2010) descrevem a Global Reporting Initiative (GRI) como uma organização internacional que desenvolve diretrizes e padrões para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A elaboração desses padrões fornecem às organizações uma estrutura abrangente para comunicar seus impactos sociais, ambientais e econômicos, permitindo uma divulgação mais transparente e consistente de suas práticas de sustentabilidade. A adoção das diretrizes, como a do GRI, pode beneficiar as organizações ao aumentar sua credibilidade, fortalecer sua reputação e melhorar o engajamento com seus stakeholders, resultando em vantagens competitivas significativas no mercado (Kolk; Perego, 2010).

A comunicação, conforme Marchiori (2011), é representada por uma gama de diversos aspectos que vão desde os sociológicos, como as relações interpessoais e sociais, até os logísticos, que envolvem os processos de comunicação e interação com o meio.

Desta forma, considerando a comunicação como uma ferramenta estratégica para as organizações evidenciarem suas ações de sustentabilidade, apoiar-se em um modelo de relatório reconhecido internacionalmente destaca-se como uma

abordagem assertiva. Isso possibilita uma clara evidenciação das ações sociais, ambientais e econômicas da organização, absorvendo os benefícios que essa exposição traz para a manutenção e crescimento da organização no mercado.

Para serem eficientes, as organizações precisam compreender o ambiente em que estão inseridas, incluindo o meio natural e os fatores circundantes, de forma a estabelecer iniciativas sociais e ambientais responsáveis e, assim promover uma produção consciente. Desta forma, a sustentabilidade é extremamente importante para o agronegócio e para as empresas que atuam no setor de proteína animal visando um melhor relacionamento entre os fatores produtivos como os fatores sociais e ambientais.

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante da alta competitividade dos mercados, a comunicação organizacional tende a ser um processo fundamental para conectar a empresa com seus diversos públicos, permitindo que sejam transmitidas informações relevantes sobre seus produtos, serviços, valores e práticas, em especial sobre o comprometimento da organização com ações ambientais e sociais.

Cardoso (2006) descreve a informação e a comunicação como um importante instrumento para potencializar as estratégias da organização, gerando uma maior integração organizacional entre os atores que se relacionam.

Alonso-Almeida, Marimon e Llach (2015) afirmam que os relatórios de sustentabilidade ganharam relevância junto com o desenvolvimento de práticas e estratégias ambientais, apresentando o progresso que as empresas estão fazendo para alcançar uma produção menos poluente e uma gestão mais responsável. Nesse contexto, Bernardo (2015) salienta que o administrador não deve estar atento somente a realização de ações de sustentabilidade socioambiental, mas se faz necessária a observação quanto a divulgação destas ações no âmbito da comunicação interna e externa da organização.

Conforme Gökten e Marşap (2017) e Mahmud (2018), os relatórios financeiros tradicionais (dominados por informações quantitativas que levam à compreensão do lucro) não lidam com o contexto atual, relacionados com a mudança climática e escassez de matéria-prima, carecendo também de informações não financeiras.

Percebe-se que a motivação por adequar as ações das organizações frente a sustentabilidade se faz presente a todos os segmentos empresariais. Sobretudo, ao se ter a percepção de que a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental perfaz uma relação direta das organizações a vista de ações que possam ser representativas para a sociedade.

Essa relação de busca sustentável pelos diversos setores produtivos do Brasil, fica evidente. O número de empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)¹ demonstra uma tendência de constância, entre 30 e 40 empresas entre 2005 e 2020. Nos últimos três anos, entre os anos de 2020-2023 o número de empresas teve um crescimento significativo, saltando de 30 para 69, demonstrando que a busca por se mostrar sustentável frente a sociedade acarreta uma exposição de sua imagem corporativa, de modo a expor seus dados não financeiros em relatórios de sustentabilidade e questionários aplicados pelos reguladores do índice (ISE B3, 2023).

Observa-se que as quase 70 empresas participantes do ISE B3 estão distribuídas em mais de 25 diferentes setores da economia, com destaque para os setores de energia elétrica e financeiro, concentrando mais de 25% das empresas listadas. No caso dos setores ligados ao agronegócio e a distribuição (alimentos, bebidas, madeira e papel e distribuição), são 13 empresas (ISE B3, 2023).

De maneira específica, dentro do setor de agronegócio, podem ser destacadas as empresas de proteína animal, sendo que as quatro principais empresas do setor a JBS, a Marfrig, a Minerva e a BRF fazem parte do ISE B3 (ISE B3, 2023).

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), no Brasil, a produção de proteína animal é diversificada, englobando a criação de bovinos, suínos, aves, peixes e outros animais (ABPA, 2021). Ainda de acordo com ABPA (2021), o Brasil é um maiores produtores e exportadores de carne bovina, suína e de frango do mundo, sendo responsável por cerca de 18% da produção mundial de carne de frango e 16% da produção mundial de carne suína.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes-ABIEC (2021), o Brasil é o maior exportador mundial de proteína animal (carne bovina, suína e de frango), tendo relação significativamente positiva para a Balança Comercial

¹ ISE B3 é considerado um instrumento de gestão para as empresas visando a identificação de suas relações com às práticas de sustentabilidade e aos critérios internacionalmente aceitos de avaliação de desempenho corporativo (ISE B3, 2023).

e para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, o setor é um grande gerador de empregos (demandando mão-de-obra para as etapas de abate e desossa) e fornecedor de subprodutos e/ou insumos para setores como o farmacêutico, automotivo, limpeza, moda e alimentos. Esse destaque das empresas brasileiras, em um setor com relações sensíveis com o cenário ambiental e social, expõe essas organizações ao crível internacional sobre a forma como são geridas suas atividades e relações com a sustentabilidade.

De acordo com Pulina *et al.* (2021), para a indústria de carne ser econômica e ambientalmente sustentável, essa passa por um processo de melhoria produtiva e reprodutiva, ao passo que o setor demanda grande relevância e impactos globais, seja no âmbito econômico quanto no ambiental. A sustentabilidade no setor de proteína animal nos remete a uma temática muito importante, tendo em vista a produção e consumo desses produtos afetarem o meio ambiente, a saúde humana e animal, além do bem-estar animal (Ingram; Willenbor, 2019).

Clarkson *et al.* (2013) afirmam que o acesso às informações ambientais para os gestores e investidores trazem como fator determinante a redução da assimetria de informação, colaborando com uma melhor visão da organização em suas ações. Essa observação é reforçada por Gonzalez, Alonso-Almeida e Dominguez (2018) e Simoni, Bini e Bellucci (2020) que destacam que os relatórios de sustentabilidade são úteis para construir relacionamentos entre as empresas e seus *stakeholders*², pois reduzem as assimetrias de informação e aumentam a confiança.

Legendre e Coderre (2013) e Simoni, Bin e Bellucci (2020) destacam ainda que a decisão de uma empresa em divulgar seus relatórios de sustentabilidade tem papel de compromisso e permitem sinalizar seu desempenho de sustentabilidade e ganhar legitimidade.

Verifica-se que a comunicação das ações ambientais que a empresa promove demonstra seu posicionamento, não somente da sua marca, mas de todos os processos que impactam a sociedade, seja no presente como no futuro produtivo. Visser (2016) aborda a integração da sustentabilidade nas organizações e a importância da transparência e comunicação eficaz por meio dos relatórios de sustentabilidade. Nesse sentido, os relatórios de sustentabilidade podem ser vistos

² *Stakeholders* são grupos ou indivíduos que apresentam algum tipo de interesse pelas ações de uma organização (Stoner; Freeman, 1999). Podem ser caracterizados em internos e externos diante ao seu relacionamento com organização.

como uma ferramenta comunicativa com o mercado no qual a organização está inserida, focada no quesito sustentabilidade a se ter a demonstração verídica de suas atitudes frente ao seu propósito de sustentabilidade social e ambiental.

Apesar da relevância dos relatórios de sustentabilidade como ferramenta de comunicação, para Siew (2015), o rápido crescimento da divulgação dos relatórios, com diferentes critérios e metodologias, criou grandes complicações para as partes interessadas. Relatórios produzidos e divulgados segundo estruturas e critérios próprios, ou seguindo uma dentre as inúmeras ferramentas ou modelos desenvolvidos por ONG ou empresas, cria uma dificuldade extra para os atores interessados em entender as informações divulgadas pelas organizações.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objeto de pesquisa os relatórios de sustentabilidade divulgados por organizações que atuam no sistema agroalimentar brasileiro. Apesar da relevância dos relatórios de sustentabilidade, o IPEA (2018) levanta uma dificuldade na efetivação da meta 12.6, que evidencia as ações sustentáveis, diante a preocupação global, serem parte integrante das informações em relatórios bem como a divulgação para a sociedade e que corrobora na justificativa desta pesquisa. Segundo o Instituto, faltam estatísticas oficiais com periodicidade definida, e por porte de empresa, cujo objeto de pesquisa sejam os relatórios de sustentabilidade. Além disso, o relatório Pesquisa de Inovação - PINTEC 2017, Análise Complementar, informou que apenas 4,1% das empresas que fizeram parte da amostra da pesquisa declararam a publicação de relatórios anuais de sustentabilidade (IBGE, 2020).

Para análise desses relatórios, parte-se da seguinte questão problema: como as organizações utilizam os relatórios de sustentabilidade para comunicarem à sociedade suas ações que visem a sustentabilidade?

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como as organizações que atuam no sistema agroalimentar brasileiro utilizam os relatórios de sustentabilidade para comunicarem à sociedade suas ações que visem a sustentabilidade.

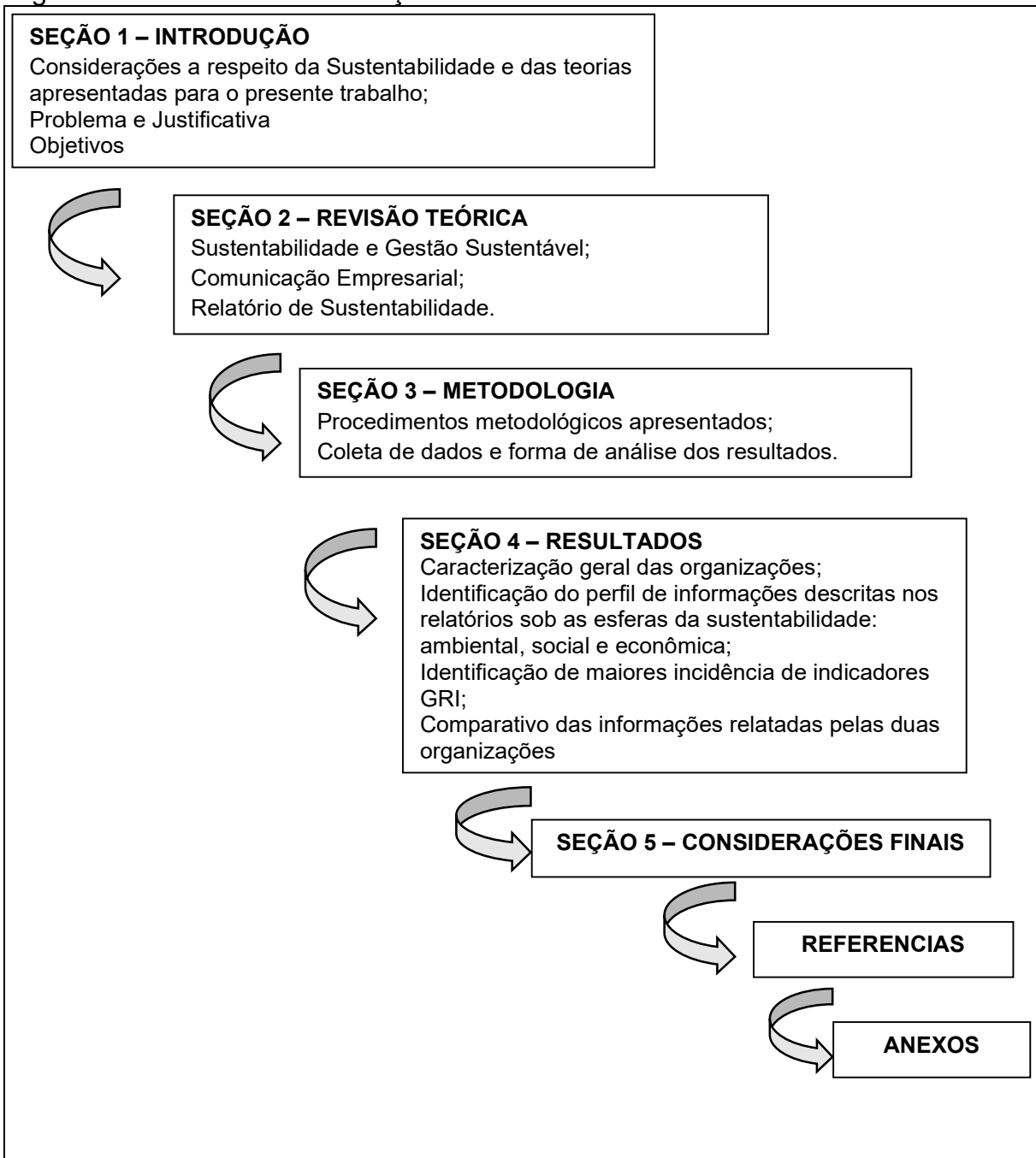
A partir do objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- i) identificar que tipo de dados está sendo divulgado;
- ii) verificar quais modelos de relatórios de sustentabilidade estão sendo utilizados pelas organizações;
- iii) quantificar se as ações nas esferas econômica, ambiental e social são apresentadas de forma equilibrada;
- iv) avaliar alterações na forma de apresentação dessas informações a partir do estabelecimento da Agenda 2030 em 2015.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está estruturado em capítulos, sendo o primeiro a introdução, incluindo o problema, justificativa, objetivos e estrutura da dissertação. O segundo contempla o referencial teórico, o terceiro a metodologia, o quarto os resultados, finalizando com as conclusões, referências bibliográficas e anexos, conforme o exposto na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura da Dissertação



Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta as principais abordagens teóricas que embasam a dissertação. A fundamentação teórica da pesquisa se inicia com os estudos de Sustentabilidade e Gestão Sustentável, em seguida compreenderá os conceitos de Comunicação Empresarial e finaliza com discussões sobre os Relatórios de Sustentabilidade.

2.1 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL

No mundo dos negócios, a sustentabilidade é cada vez mais reconhecida como uma responsabilidade essencial das organizações, buscando o equilíbrio entre lucro, pessoas e planeta. Brundtland (1987), por meio do relatório *Our Common Future*, aborda a interrelação entre sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social, destacando a importância de a sociedade estar atenta a esses pilares, havendo o cuidado com o presente para garantia do futuro, conceituando assim, o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, Daly (1991) reflete que a sustentabilidade deveria quebrar o estado inercial da economia, gerando uma transição do modelo estritamente monetário buscando uma harmonia com os limites dos recursos naturais.

Com a Conferência Rio 92 as organizações passaram a discutir mais os temas relacionados ao meio ambiente, promovendo uma ruptura de um modelo somente econômico passando a trazer questões ambientais para serem discutidas dentro das organizações (Dias, 2006).

Sachs (2002) traz que a sustentabilidade vem ao encontro da finitude dos recursos e das restrições produtivas frente as necessidades da população, fazendo com que a sustentabilidade seja pretendida em diversas esferas, com destaque aos fatores ambientais, sociais e econômicos. Engloba a sustentabilidade ainda questões legais, culturais e preceitos políticos (Bossel, 1999)

Para uma empresa ser considerada sustentável, Elkington (2002) destaca que elas devem abranger ações econômicas, sociais e ambientais, ao passo que se deve reconhecer que as organizações buscam um gerenciamento do seu futuro. Os resultados das ações devem ser compartilhados com os públicos envolvidos, uma vez que a atividade econômica voltada a geração de valor financeiro, social e ambiental

permite um fator competitivo às organizações, dando continuidade as suas atividades e promoção do desenvolvimento sustentável (Instituto Ethos, 2023).

Nesse conceito, podemos classificar a esfera ambiental inserida na sustentabilidade, como sendo a necessidade de uma incorporação de práticas eficientes na gestão de resíduos, conservação de recursos naturais, preservação de ecossistemas e atenção a emissão de carbono (Elkington, 1997). Brown *et al.* (2009) remetem ao fator das organizações, em seus processos produtivos, gerarem impactos aos recursos naturais, tendo assim, que desenvolverem planos de monitoramento e controle dos seus impactos, bem como definir estratégias a garantir que os recursos naturais sejam garantidos no futuro.

Sobre a questão social, Carrol (1979) enfatiza essa prática relacionando a questões de respeito aos direitos humanos, investimento em educação e saúde e promoção de inclusão. Åhman (2013) aborda a equidade da sociedade, enfatizando as relações entre as atividades humanas com seus stakeholders.

Abordando a última esfera da sustentabilidade, a econômica, Van Niekerk (2020) a relaciona ao crescimento consistente da organização a longo prazo, bem como o não comprometimento do valor ambiental e social, sugerindo que indicadores de desempenho econômico demonstrem as contribuições que a organização gera para a sociedade. Neste sentido, Porter e Kramer (2011) abordam que empresas sustentáveis não almejem somente e apenas o lucro, mas que considerem impactos econômicos a longo prazo, tendo investimentos em inovação, criação de empregos e geração de valor.

Autores como Sachs (2015) e Elkington (2018) destacam que a sustentabilidade requer mudanças profundas e transformações em todos os setores da sociedade, incluindo governos, empresas e sociedade civil. Para tanto, os autores remetem que essas mudanças precisam ser baseadas em valores como justiça, equidade e solidariedade, e devem ser guiadas por uma visão de longo prazo e uma abordagem holística e integrada.

Para Ehrenfeld (2008), a sustentabilidade não pode ser vista como um objetivo a ser alcançado, mas como um processo contínuo de aprendizado e mudança, argumentando que a sustentabilidade requer uma mudança profunda na forma como a sociedade pensa e age.

Atentas às mudanças de comportamento e pressões dos mercados, as organizações têm buscado uma gestão sustentável, baseada na compreensão do

tripé da sustentabilidade. Sendo o tripé formado pelas esferas econômicas, sociais e ambientais é necessário garantir que elas sejam colocadas em prática perfazendo uma reflexão nas consequências que o hoje pode gerar no futuro. Para aliar as esferas da sustentabilidade, é preciso a busca pela conscientização das responsabilidades corporativas vinculadas aos fatores ambientais e sociais refletidas a parte econômica, como descrito por Chen e Vanclay (2021).

Visando integrar as dimensões econômica, social e ambiental às práticas de gestão empresarial, requerendo desafios significativos, que incluem a necessidade de mudanças culturais e estruturais profundas na empresa. Para Jackson (2009), a gestão sustentável requer uma mudança no modelo econômico dominante, quebrando a barreira somente econômica, o que pode levar tempo e esforço para ser alcançado, podendo ser difusa a compreensão sobre sua necessidade.

Barbieri (2006) cita a gestão sustentável como um termo designado para as organizações que se preocupam com o meio ambiente. O autor descreve que essa preocupação é conciliada a uma gestão que busca o lucro econômico, mas também o lucro social e, ao passo que demanda atenção ao meio ambiente, as reflexões surgem também na esfera econômica, como redução de custos, e na esfera social, gerando uma imagem positiva da organização (Barbieri, 2006)

Para Cesca (2006) se faz necessária uma mudança organizacional, na qual a busca do lucro a qualquer custo necessita ser rompida, havendo uma conscientização de que lucro e preservação podem e devem estar alinhados, tanto para o presente, mas especialmente para a garantia da sobrevivência as próximas gerações.

Mendoza-Tello e Rosell-Martínez (2020) alertam que uma gestão sustentável contribui para as empresas se adaptarem às mudanças nas expectativas dos consumidores. No mesmo sentido, Freeman e Velamuri (2020) argumentam que a gestão sustentável pode ser uma fonte de inovação e resiliência empresarial, permitindo que as empresas se adaptem aos desafios ambientais e sociais em constante evolução.

Nesse contexto, a comunicação torna-se um instrumento essencial para que a gestão sustentável possa atingir seus objetivos junto a todos os *stakeholders* da organização.

2.2 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

A Comunicação organizacional é uma área fundamental para o sucesso e a eficiência das organizações. A conceituação de comunicação empresarial pode ser descrita como um conjunto de ações integradas, capaz de transmitir informações e ideias, tendo o poder de gerar discussões pela sua criticidade, com objetivos de criação e manutenção da imagem das organizações, proximidade entre os envolvidos e debates constantes buscando aprimoramentos (Cahen, 1990; Leavitt, 1972).

Bueno (2009) traz o entendimento da comunicação organizacional como sendo um conjunto integrado de ações com a finalidade de estabelecer um relacionamento entre as organizações com seus públicos de interesse. Neste sentido, para Kotler e Keller (2012) essa se fundamenta em uma gestão estratégica e integrada da informação e relacionamento entre a organização e seus *stakeholders*, objetivando uma comunicação clara e objetiva de sua missão e valores.

A comunicação organizacional, a luz dos relatórios de sustentabilidade, atende as mudanças de comportamento da sociedade, atenta cada vez mais aos fatores sustentáveis. Para tanto, o processo de comunicação, por ser uma ação estratégica, não apenas informa o que acontece nas organizações, mas busca propiciar uma análise que gera discussões a respeito de mudanças de comportamento da organização frente a busca da sustentabilidade (Marchiori, 2008)

Para Kunsch (2009), as organizações estão em busca de uma harmonia que remete aos seus interesses e de seus públicos, precisando então haver um planejamento de como a comunicação atingirá seus efeitos. Para tanto, Meneghetti (2001) afirma que para o fortalecimento institucional é necessária a produção e divulgação de mensagens que atinjam seus públicos, de forma clara e objetiva.

Além de exercerem atitudes sustentáveis, as organizações necessitam que seja demonstrado ao seu público esse elo, sendo esse papel desempenhado pela comunicação empresarial. Para Bernardo e Morales (2014) não basta a empresa se dedicar às ações de sustentabilidade, é necessário que essas ações sejam comunicadas para a sociedade.

Matos (2009) identifica que a comunicação empresarial perfaz de um conjunto de procedimentos e técnicas para a transmissão de informações, evidenciando que quando bem estruturada, tem potencial de ser uma vantagem competitiva às organizações.

Assim, a comunicação empresarial demonstra-se um fator necessário e imprescindível para o alcance dos objetivos traçados pela organização, permitindo que se haja troca de informações para uma construção sólida de relacionamento. Para tanto, De Sena Costa *et al.* (2018) trazem para a discussão a necessidade de atenção aos conteúdos que as organizações relatam em seus relatórios de sustentabilidade, de modo a se certificar de que as informações condizem com as práticas das organizações ou se têm apenas o intuito de produzir uma imagem maquiada de suas ações.

Neste mesmo sentido, Epstein e Buhovac (2017) destacam que as informações divulgadas pelas organizações, como uma ferramenta da comunicação empresarial, necessitam gerar um processo de avaliação por parte de seus *stakeholders*, em especial a formação da reputação da organização, visando evidenciar a capacidade de gerar discussões para uma manutenção ou melhoria de processos.

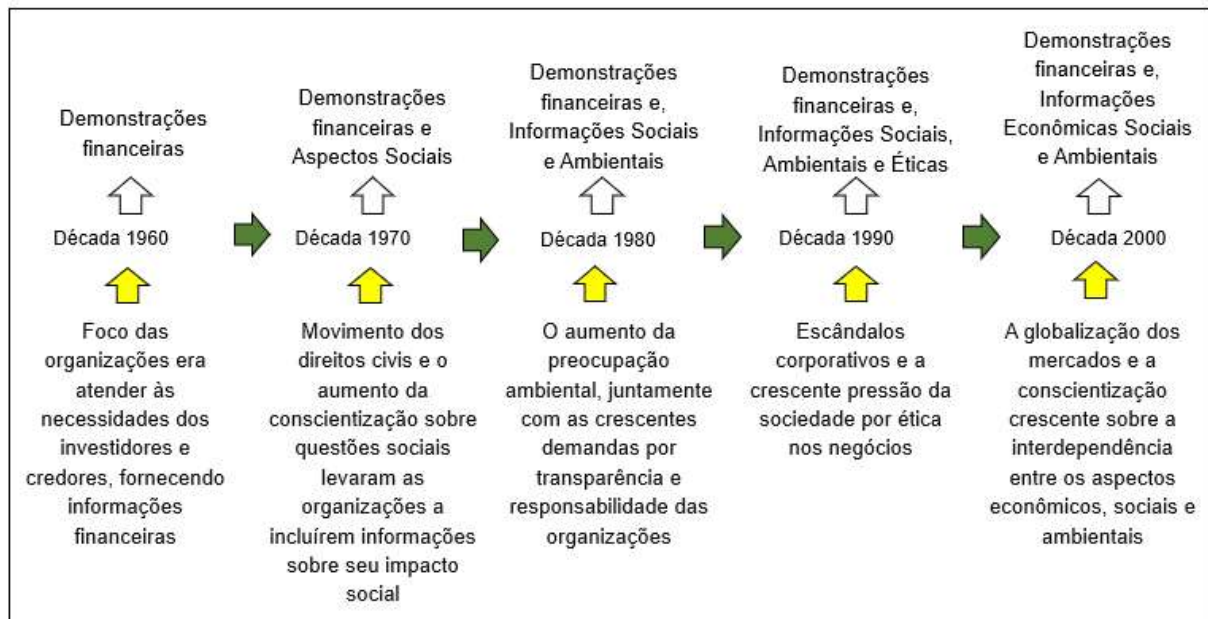
Desta forma, os Relatórios de Sustentabilidade devem estar alinhados com as expectativas de seus *stakeholders* e das organizações ao que remetem a sustentabilidade em suas esferas. Assim, por meio do conceito da comunicação organizacional e de sustentabilidade, os relatórios de sustentabilidade devem embasar confiança e transparência, motivando uma reflexão sobre o futuro.

2.3 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Daub (2007) traça um panorama histórico acerca dos relatórios de sustentabilidade, mostrando o surgimento dos Relatórios Sociais na década de 1970, trazendo aspectos sociais que as organizações exerciam. No fim dos anos de 1980 aparecem os Relatórios Ambientais e, na metade da década de 1990, os Relatórios Anuais passam a incluir informações sociais, ambientais e éticas das organizações.

No mesmo sentido, Gökten e Marsap (2017) descrevem uma mudança quanto a avaliação dos relatórios corporativos, sendo destacado que na década de 1960 eles evidenciavam somente demonstrações financeiras, enquanto no início dos anos 2000, os relatórios de sustentabilidade passaram a ter espaço nos relatórios corporativos, integrando as informações econômicas, sociais e ambientais. Na figura 2 é apresentada a evolução das informações disponibilizadas pelos relatórios empresariais, evidenciando as informações e características na linha temporal.

Figura 2 - Evolução dos relatórios das organizações



Fonte: elaborado pelo autor com base em Daub (2007) e Gökten e Marsap (2017)

Com o avanço dos relatórios emitidos pelas organizações e a crescente importância atribuída às questões de responsabilidade, transparência e comprometimento das organizações, há uma evolução nestes documentos. Diante dessa evolução, evidencia-se terminologias como Relatório Anual, Relatório Corporativo, Relatório Empresarial, Relatório Integrado e Relatório de Sustentabilidade.

No Brasil, a obrigação de emitir relatórios corporativos, integrados e de sustentabilidade é estabelecida por lei e varia de acordo com as características específicas de cada organização. Uma das leis principais que trata desse assunto é a Lei nº 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais ou Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. Essa legislação determina obrigações específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista, incluindo a divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade, conforme ressaltado no artigo 5º (BRASIL, 2016).

Esta obrigatoriedade também é destinada a organizações de capital aberto, conhecidas como S/A, que são regulamentadas pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo submetidas a uma série de regulamentações e exigências destinadas a promover a transparência, a prestação de contas e a governança corporativa. Essas empresas, por serem sociedades anônimas de capital aberto, estão sujeitas à fiscalização e regulamentação da

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o órgão responsável pela supervisão do mercado de capitais no Brasil, ao qual traz a obrigação de divulgar relatórios integrados ou de sustentabilidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 480/2009 suas posteriores alterações (CVM, 2024)

Diante as nomenclaturas, o quadro 1 apresenta uma síntese do entendimento sobre cada nomenclatura. Observa-se que a partir desse ponto será utilizada unicamente a expressão Relatórios de Sustentabilidade, face a razão dos relatórios das empresas selecionadas, trazerem esta terminologia em seus últimos relatórios.

Quadro 1 – Conteúdo disponível nos diferentes tipos de relatórios divulgados pelas organizações

	Definição	Propósito	Conteúdo
Relatório Anual	Ação estratégica para prestação de contas aos investidores e presidência da organização.	Visão anual das atividades da organização.	Atividade ao longo do ano referente as questões de participação de mercado e rentabilidade da organização.
Relatório Corporativo	Abordagem de apresentação das ações econômicas e operacional.	Aspectos operacionais da organização.	Aspectos relacionados a operação anual da empresa e seu desempenho financeiro.
Relatório Empresarial	Abordagem de apresentação das ações econômicas e operacional.	Aspectos operacionais da organização.	Aspectos relacionados a operação anual da empresa e seu desempenho financeiro.
Relatório Integrado	Processo de comunicação de informações integradas das ações financeiras e responsabilidade social.	Integração de informações financeiras e não financeiras.	Visão completa do desempenho e valor criado anual da organização.
Relatório de Sustentabilidade	Processo com foco nos aspectos sociais, ambientais e econômicos da organização.	Aspectos socioambientais e práticas sustentáveis da organização.	Destaque às práticas sustentáveis e impactos sociais e ambientais.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Daub (2007), Gökten e Marsap (2017) e Henriques (2010)

A busca pela elaboração de modelos de relatórios que sejam válidos e confiáveis gerou interesse de organizações não-governamentais. Conforme Bonson e Bendarova (2015) e Papoutsi e Sodhi (2020), diversas diretrizes voluntárias foram divulgadas por instituições, como o Global Reporting Initiative (GRI), o Pacto Global

da ONU e a ISO 26000 para orientar as empresas sobre como relatar suas iniciativas de sustentabilidade.

Há diversas entidades que projetam modelos de relatórios e/ou ações de sustentabilidade. O quadro 2 evidencia o tipo de informação e a abrangência de alguns modelos.

Quadro 2 - Informações e abrangência dos relatórios

Entidade	Modelo (Predominância)			Abrangência
	Econômico	Social	Ambiente	
ISSB International Sustainability Standards Board	X	X	X	Mundial
SASB Sustainability Accounting standards Board	X	X	X	Mundial
CSRD Corporate Sustainability Reporting Directive (European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG))		X	X	União Europeia
National Greenhouse and Energy Reporting (Australia)			X	Australia
Instituto Ethos	X	X	X	Brasil
GRI Global Reporting Initiative	X	X	X	Mundial

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A International Sustainability Standards Board (ISSB) é uma entidade global, criada em 03 de novembro de 2021, durante a COP26 em Glasgow, com objetivo de estabelecer padrões internacionais para a mensuração e divulgação dos aspectos da sustentabilidade, orientando tanto as organizações quanto as partes interessadas com relação aos impactos ambientais, sociais e de governança gerados. Sua importância se observa na busca por um quadro comum e confiável para avaliação e comunicação das ações sustentáveis e responsáveis (ISSB, 2023);

A Sustainability Accounting Standards Board (SASB) tem a interface em conectar organizações e investidores no que tange os efeitos financeiros da sustentabilidade, demonstrando os ganhos de capital provenientes de ações ambientais e sociais. Os padrões SASB, a partir de 2022, foram assumidos pelo ISSB, comprometendo-se a aprimorar e evoluir os padrões já existente, buscando padronização e transparência nas informações e ações sustentáveis (SASB, 2023);

A European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) é uma associação privada criada em 2001 com o incentivo da Comissão Europeia para servir o interesse público (EFRAG, 2023). Através desta parceria, a EFRAG ficou

responsável pela criação da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). A CSRD é uma medida legislativa com o objeto de tornar os relatórios de sustentabilidade mais completos e transparentes, adotando requisitos específicos que as organizações devem seguir para divulgação de informações socioambientais (European Commission, 2023);

O National Greenhouse and Energy Reporting (Australia) reporta a um sistema regulatório australiano para 31 tipos de indústrias, visto emissões de gases e consumo de energia. As indústrias necessitam emitir relatórios segundo as normas estabelecidas, de modo a permitir o monitoramento dos impactos e quais ações estão sendo praticadas para a minimização e compensação de danos causados pelo fator produtivo (Department of Industry, Science, Energy and Resources, 2023).

O Instituto Ethos tem a finalidade de apoiar as organizações no posicionamento institucional de ações relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e governança, atribuindo à sustentabilidade a geração de valores para o negócio e a sociedade. O Instituto Ethos, possui ferramentas de gestão, Indicadores Ethos, que apoia as organizações desde a incorporação da sustentabilidade até a emissão de relatório gerados por um questionário de autodiagnóstico (Instituto Ethos, 2023).

O Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional que promove a padronização e aprimoramento das informações corporativas relacionadas a sustentabilidade. O GRI traz para as organizações princípios e indicadores para medir o desempenho ambiental, social e econômico (GRI, 2023). Bassetto (2010) destaca a importância do modelo GRI visto contribuir para a elaboração de relatórios de sustentabilidade equilibrados e abrangentes.

Ao longo dos anos, a evolução das versões das diretrizes do GRI demonstra o compromisso contínuo da organização em aprimorar e adaptar suas diretrizes às mudanças nas práticas e nas expectativas da comunidade global. A primeira versão, GRI G1, foi lançada em 2000, seguida pela GRI G2 em 2002. No entanto, foi com a publicação da versão GRI G3 em 2006 que as diretrizes do GRI foram amplamente reconhecidas como um padrão significativo na elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI, 2024).

Essas diretrizes estabelecem princípios e indicadores que orientam as organizações na medição do desempenho ambiental, social e econômico, fortalecendo assim a transparência e a prestação de contas. Ao proporcionar um conjunto comum de padrões, o GRI cria uma base para a comunicação consistente e

comparável dos esforços e impactos das organizações no campo da sustentabilidade. Dessa forma, a GRI desempenha um papel fundamental na promoção de práticas de relatórios de sustentabilidade robustas e alinhadas com as melhores práticas globais.

Com a necessidade de se adaptar a mudanças devido a evolução das informações, no ano de 2013 é apresentado uma nova versão, a GRI G4 (Chersan *et al.* 2018). Esta versão se destaca por uma ênfase na materialidade, sendo abordadas questões que são relevantes tanto para a organização quanto para seus *stakeholders*, de modo a promover a transparência e responsabilidade corporativa incentivando relatos de forma detalhada dos impactos positivos e negativos em áreas como direitos humanos, práticas trabalhistas, meio ambiente, práticas justas de operação, e engajamento com a comunidade (GRI, 2024)

O ano de 2016 marca a substituição do GRI G4 pelos GRI Standards, sendo consolidadas as diretrizes anteriores, mas introduzindo uma estrutura mais simplificada de visualização e entendimento, através de códigos relacionados a grupo, sendo eles: econômico, ambiental e social (GRI, 2024). Atualmente a versão utilizada continua sendo a GRI Standards, porém com alterações nos códigos, mais simplificados, que foram publicados no ano de 2021 (GRI, 2024).

Essas alterações vêm ao encontro da necessidade de estar se atualizando quanto aos indicadores e demandas do mercado, especialmente de seus *stakeholders*, demonstrando um esforço para se tornar um modelo cada vez mais eficiente, bem como ser utilizado entre organizações de diversos setores (Grushina, 2017).

Diante das versões do modelo GRI, destacaremos os modelos GRI G4 e GRI Standards, devido ao fato da pesquisa ter uma análise dos relatórios das organizações no período de 2015 a 2022 e, evidenciado o uso destas duas versões nos relatórios destacados. O quadro 3 traz o detalhamento dos códigos relacionados a cada tópico do GRI, tendo, especialmente grande mudança nos códigos da versão GRI G4 para a Versão GRI Standards. Os anexos I e II trazem a descrição completa de cada um dos códigos do GRI G4 e do GRI Standards.

Quadro 3 - Códigos de cada Unidade de análise de GRI relacionados em cada versão de relatório

	GRI G4		GRI Standards (2016)		GRI Standards (2021)	
Tópicos	Estrutura do código	Exemplo	Estrutura do código	Exemplo	Estrutura do código	Exemplo
Gerais	G4+(número)	G4-1	GRI 102	GRI 102-1	GRI 2	GRI 2-1
Forma de Gestão	G4-DMA	G4-DMA	GRI 103	GRI 103-4	GRI 3	GRI 3-2
Econômico	G4-EC+(número)	G4-EC3	GRI 200	GRI 201-1	GRI 200	GRI 201-1
Ambiental	G4-EM+(número)	G4-EN8	GRI 300	GRI 302-1	GRI 300	GRI 302-1
Social	G4-LA+(número)	G4-LA11	GRI 400	GRI 403-2	GRI 400	GRI 403-2
Direitos Humanos	G4-HR+(número)	G4-HR5				
Sociedade	G4-SO+(número)	G4-SO1				
Responsabilidade do Produto	G4-PR+(número)	G4-HR2				

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Observa-se que nesta transição, os contextos: Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade do Produto caracterizados no GRI G4 forma realocados para o contexto social no GRI Standards que é a estrutura de relatórios de sustentabilidade mais recente (GRI, 2022)

Ao trazer a importância dos relatórios de sustentabilidade, a GRI (2002), contribui na redução da flutuação nos preços das ações de empresas de capital aberto, podendo ter a percepção de que os relatórios de sustentabilidade além de ser uma necessidade de demonstração da preocupação socioambiental, passa a ser também um fator de oportunidade diante ao mercado competitivo. Além disso, segundo Gotken *et al* (2020), o estabelecimento de padrões garante uma forma transparente para as empresas apresentarem o impacto negativo e positivo que têm no ambiente, na sociedade e na economia com base em padrões globalmente aceitos.

A proposta de incluir, nos relatórios, o impacto negativo das organizações minimiza (apesar de não impedir) o uso do mesmo como forma de *greenwashing* ou *cherry picking*, onde apenas aspectos positivos dos impactos da empresa são divulgados. Kurpierz e Smith (2020), a partir de Patten e Crampton (2003) e Lyon e Maxwell (2011), definiram *greenwashing* como a divulgação seletiva de informações positivas sobre o desempenho ambiental ou social de uma empresa, sem divulgação integral de informações negativas sobre essas mesmas dimensões, de modo para criar uma imagem corporativa excessivamente positiva. No caso do *cherry picking*, segundo Forestier e Kim (2020), as empresas podem, livremente e sem qualquer restrição ou obrigação, divulgar apenas dados de ações de sustentabilidade que tragam ou apresentem aspectos positivos perante as partes interessadas, ao mesmo tempo que não integram outros dados sobre as suas atividades.

Prado-Lorenzo *et al.* (2009) indicam que os relatórios de sustentabilidade que seguem as diretrizes da GRI facilitam as comparações entre setores e empresas, além das demonstrações financeiras. Isso porque, conforme Haller *et al.* (2018) e Rahi *et al.* (2022), inicialmente as empresas publicavam relatórios de sustentabilidade de acordo com os seus próprios enquadramentos, que mudavam frequentemente ao longo dos anos, gerando falta de uniformidade e podendo causar a dificuldade ou mesmo impossibilidade de comparação entre organizações e até mesmo entre anos dentro da mesma organização. Entretanto, o fato de as empresas utilizarem modelos de relatórios como o da GRI, não significa que ações de *greenwashing* ou *cherry picking* sejam eliminadas.

Comum na Europa, na América do Norte e Japão, um número crescente de empresas tem percebido os benefícios da divulgação de relatórios de sustentabilidade, no sentido de trazer maior transparência e integridade sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações (Campos *et al.*, 2013). Além disso, conforme Gökten e Marşap (2017) relatam, vários *stakeholders* já começaram a desconsiderar os relatórios financeiros tradicionais e estão exigindo relatórios imparciais que contenham informações financeiras e não financeiras.

No cenário brasileiro vale destacar a preocupação com as ações sustentáveis, com a criação no ano de 2005 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), sendo um marco inicial na América Latina e o quarto no âmbito mundial. Tem por objetivo ser um indicador de desempenho das organizações ao reconhecimento das ações de sustentabilidade das empresas (ISE B3, 2023). Ainda de acordo com o ISE B3 (2023), seu aporte contribui para a tomada de decisão de investimentos para as empresas que adotam práticas que visem o relacionamento de ESG³, nos modelos ambientais, sociais e corporativos.

Evidencia-se ainda o uso do marketing frente a divulgação dos relatórios. Dias (2007) traz que a sustentabilidade do marketing, em sua preocupação central, se pauta na redução dos impactos aos ecossistemas, atendendo as necessidades dos consumidores, pautado em produtos que consigam responder a demanda econômica, bem como a social e ambiental.

Desta forma, percebe-se que a divulgação dos relatórios de sustentabilidade traz uma demonstração da organização frente ao mercado, podendo agregar valores econômicos, ambientais e sociais. Além disso, conforme Bravo *et al.* (2012), Marimon *et al.* (2012) e Alonso-Almeida e Dominguez (2018) permite o escrutínio público das empresas, possibilitando as partes interessadas compreenderem uma empresa e seu comportamento, colaborando para que potenciais investidores e clientes possam tomar decisões bem informadas sobre cada aspecto da empresa.

A busca da evidenciação da importância dos Relatórios de Sustentabilidade para as organizações, pode ser demonstrado por seus benefícios e sua importância. Para tanto, Bravo *et al.* (2012), Marimon *et al.* (2012), Legendre e Coderre (2013),

³ O termo ESG vem do inglês "Environmental, Social and Governance" sendo referenciado à forma como as empresas lidam com questões ambientais, sociais e de governança, bem como com os riscos e oportunidades que essas questões representam (Barker, 2018).

Clarkson *et al.* (2013), Alonso-Almeida e Dominguez (2018) e Simoni *et al.* (2020), demonstram que os reflexos passam por uma melhora na imagem da organização, melhor posicionamento no mercado, relacionamento junto aos *stakeholders*, redução de assimetrias de seus ativos, atração de investimentos e confiabilidade.

Conforme Jindrichovská, Kubícková e Mocanu (2020), a confiança é crucial nas relações comerciais no âmbito da indústria agroalimentar, especialmente quando a parte que confia (o consumidor) está numa posição vulnerável e de alto risco. Dessa forma, conforme Pivato, Misani e Tencati (2008), os consumidores podem confiar mais numa empresa socialmente responsável do que em outras empresas não orientadas para a sustentabilidade. Eccles, Ioannou e Serafeim (2014) sugerem que a crescente demanda por informações de desempenho de sustentabilidade e sua ligação com o valor da empresa resulta no fato de que as empresas que apresentam melhor desempenho em sustentabilidade tendem a superar suas contrapartes no longo prazo, tanto no mercado de ações quanto no desempenho contábil.

Conforme Gasparino e Ribeiro (2007), grandes empresas que têm ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque perceberam o quanto importante são as ações ambientais, mas, também a importância da divulgação de seus dados ambientais e sociais, evidenciando a credibilidade, confiabilidade do mercado e a percepção de sua estrutura competitiva como reflexo da divulgação de seus relatórios. Os autores reforçam essa questão ao afirmarem que os relatórios que contemplam informações socioambientais acarretam oportunidades de mercado (Gasparino; Ribeiro, 2007).

Tachizawa (2019) remete ao contexto econômico da atualidade, destacando o papel rigoroso dos clientes a busca por organizações que tenham postura ética, boa reputação e destaque para a atuação no fator de responsabilidade ambiental. Contudo, evidencia-se a valorização de organizações que atentem aos quesitos ambientais e sociais, sendo percebida que essas ações refletem positivamente em sua reputação e posição diante ao mercado. Discorre ainda sobre a necessidade de as organizações estarem atentas a manter a relação de complementariedade entre desenvolvimento econômico com proteção ambiental, e se preocupar com os impactos que possa causar em seu presente e futuro.

No processo organizacional das empresas, destaque para as atitudes que busquem a manutenção produtiva, tendo como fatores cruciais a redução de seu impacto aos recursos naturais, a não destruição com agentes químicos e o fomento da produtividade com melhores práticas gerenciais que irão atender à proposta

econômica, bem como à questão ambiental, que trará benefícios no presente e no futuro. Para tanto, as organizações cada vez mais se pautam a emitir seus relatórios de sustentabilidade buscando evidenciar suas atitudes no que tange as preocupações socioambientais, destacando a relevância deste processo ao obter determinada vantagem competitiva frente ao mercado. Tendo como fatores positivos um melhor posicionamento da organização, conseguindo uma oscilação menor de seus ativos, usando ferramentas de marketing para obtenção da imagem positiva da organização, bem como o uso da comunicação frente ao mercado e a sociedade.

3 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa, que tem como objeto de pesquisa os relatórios de sustentabilidade emitidos por organizações do setor de proteína animal do Brasil, é classificada como descritiva, de abordagem qualitativa.

Por se tratar de uma pesquisa que busca descrever e analisar um fenômeno específico, quais sejam - os relatórios de sustentabilidade - se caracteriza como uma pesquisa descritiva, uma vez que traz uma análise detalhada e sistemática sobre o assunto, buscando descrever as características e padrões dos relatórios de sustentabilidade (Creswell; Creswell, 2021). Conforme o estudo de Bijou, Peterson e Ault (1968), o uso da pesquisa descritiva, nesta dissertação, justifica-se pela descrição de um fenômeno (divulgação dos relatórios de sustentabilidade). Vergara (2016) complementa, afirmando que a pesquisa descritiva expõe as características desse fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza.

A abordagem qualitativa permitiu que esse fenômeno fosse bem compreendido no contexto em que ocorre (comunicação com os *stakeholders*) em que ambos os temas foram analisados de forma integrada (Godoy, 1995). A pesquisa seguiu os passos da pesquisa documental, uma vez que, ainda segundo o autor, os relatórios são classificados como documentos que servem para atender aspectos legais como também aspectos de posicionamento da organização junto aos seus *stakeholders*.

Para que a análise dos dados possa atender aos objetivos da pesquisa, é fundamental obter informações precisas e confiáveis. Isso requer a identificação dos dados, sua forma de elaboração e a avaliação de seu perfil histórico. Seguindo tais recomendações, primeiramente foram levantados os documentos a serem utilizados para a análise. Os relatórios de sustentabilidade, publicados anualmente pelas empresas e que foram objeto principal de análise nessa pesquisa. Os relatórios de sustentabilidade foram obtidos nos sites institucionais das organizações, tendo as informações e dados coletados conforme os objetivos das pesquisas (Creswell; Creswell, 2021).

A pesquisa se deu em uma primeira fase pelo aprofundamento teórico sobre as temáticas que circundam os relatórios de sustentabilidade, sendo estes temas descritos no capítulo teórico, sendo: i) Sustentabilidade e Gestão Sustentável, ii) Comunicação Empresarial e, iii) Relatórios de Sustentabilidade.

Para a construção do referencial teórico e da revisão de literatura foram utilizadas as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, além das obras clássicas dos temas abordados. Esse referencial contribuiu para a análise dos relatórios de sustentabilidade das organizações selecionadas, permitindo traçar as características e especificidade de cada um, identificando limitações e contribuições para o atendimento do objetivo da pesquisa.

Os critérios para o levantamento das organizações que foram analisadas se deram mediante a condição de divulgarem relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados; serem de capital e matriz brasileira, como forma de evitar relatórios que possuam estruturas que atendam as normas do país de origem da empresa; tenham seus relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados divulgados em seus sites institucionais ou disponibilização pública em outros canais.

Esta pesquisa objetiva analisar especificamente o segmento de proteína animal, visto ser um dos setores mais relevantes para a economia brasileira e consequentemente pelo seu volume produtivo acarretar uma produção baseada no tripé da sustentabilidade, sendo destacado com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o setor de proteína animal é responsável por cerca de 8% do PIB brasileiro e grau de empregabilidade de 7 milhões de pessoas (MAPA, 2021).

A este critério, se classificaram as organizações: Minerva S/A, JBS S/A, Brasil Foods S.A (BRF), Marfrig Global Foods S/A, Frigol S/A, Frigorífico Astra do Paraná Ltda e, Pamplona Alimentos conforme quadro 4⁴.

⁴ As empresas Frigol S/A e Frigorífica Astra do Paraná LTDA iniciaram a publicação de seus relatórios apenas em 2021.

Quadro 4 – Identificação prévia das organizações

Organização	Tipo empresarial	Ano de fundação	Ano de divulgação do primeiro relatório financeiro anual	Ano do 1º Relatório Integrado / Sustentabilidade	Emissão do relatório (desde 2015)								Modelo do Relatório
					2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Brasil Foods S.A (BRF)	S/A	1934	1998	2008	x	x	x	x	x	x	x	x	GRI
JBS S/A	S/A	1953	2008	2012	x	x	x	x	x	x	x	x	GRI
Frigol S/A	S/A	1992	não consta	2021							x	x	GRI
Frigorifico Astra do Paraná Ltda	Ltda	2007	não consta	2021							x		Próprio
Marfrig Global Foods S/A	S/A	2000	2007	2010	x	x	x	x	x	x	x	x	GRI
Minerva Foods S/A	S/A	1957	2009	2018				x	x	x	x	x	GRI
Pamplona Alimentos S/A	S/A capital fechado	1948	2011	2018				x	x	x	x		GRI

Fonte: elaborada pelo autor. Até a data de 18/02/2024 as organizações Frigorifico Astra do Paraná Ltda, e Pamplona Alimentos S/A não haviam emitidos os relatórios de 2022.

Dentre as organizações que atenderam aos requisitos, foram selecionadas a JBS e Marfrig devido a sua maior representatividade no cenário produtivo. A lista da Revista Exame, que referência as empresas com maiores faturamentos no Brasil, classificou a JBS no posto de primeiro lugar no ano de 2022 e segundo lugar no ano de 2023, e a Marfrig em décimo segundo lugar em 2022 e décimo quarto no ano de 2023 (Revista Exame, 2023). Ao se relacionar as empresas no agronegócio, tem-se a JBS e Marfrig em primeiro e segundo lugar respectivamente (Revista Exame, 2023).

Além disso, as duas organizações possuem unidades industriais e de negócios em diferentes partes do globo, atuando de forma direta nos principais mercados mundiais. Essa situação coloca essas organizações em interação e sob observação de diversos e diferentes *stakeholders*. Importante frisar também que as duas organizações emitem relatórios integrados de sustentabilidade a mais de 10 anos.⁵

Como forma de análise dos relatórios foi utilizada a Análise Documental, um procedimento com a finalidade de investigação própria, podendo validar e aprofundar dados obtidos (Godoy, 1995). Destaca-se, segundo Cellard (2008), que o processo de análise envolve o estudo do contexto e obtenção de informações que contribuam para a solução do problema proposto.

Observa-se que a análise documental, de acordo com Cellard (2008) é dividida em duas etapas, quais sejam: a análise preliminar e a análise de fato. Durante a análise preliminar são observados o contexto em que os documentos foram produzidos; quem são os autores; interesses; são verificadas a autenticidade e a confiabilidade do texto; apreendida a natureza do texto e os conceitos chave utilizados. A análise de fato busca localizar no texto as informações significativas que estejam relacionadas aos objetivos propostos para a pesquisa, que possam responder as hipóteses propostas, com base na teoria, e contribuir para a solução do problema proposto pela pesquisa.

Conforme Kripka, Scheller e Bonotto (2015), a pesquisa documental utiliza em sua análise dados provenientes estritamente de documentos, objetivando a extração de informações contidas nos mesmos com o objetivo de compreender um fenômeno, no caso aqui a forma como as organizações disponibilizam as informações

⁵ A empresa BRF também apresenta as mesmas características, em termos de faturamento, atuação internacional e tempo de divulgação dos relatórios. Entretanto, ela não será foco do estudo pois mais de 50% do seu capital pertence a Marfrig (Exame.Invest, 2023).

em seus relatórios de sustentabilidade. Em complemento, Moreira (2005) e Kripka, Scheller e Bonotto (2015) salientam que esse tipo de pesquisa se caracteriza como um processo que se utiliza de métodos e técnicas de levantamento, verificação, compreensão, análise e interpretação de documentos dos mais variados tipos e formatos, tendo como objetivo um fim predeterminado.

Importante registrar que segundo a ABNT (2018) pode ser considerado documento qualquer suporte que contenha informação registrada, que possa servir para consulta ou estudo, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação.

Yin (2014) enfatiza a importância da análise sistemática de documentos visando obter a compreensão sobre a temática estudada. Para tanto, este estudo se aprofundou na análise dos relatórios de sustentabilidade de duas organizações do seguimento de proteína animal, visando a resposta aos objetivos do estudo. A análise documental frente aos relatórios de sustentabilidade contribui para a observação de um possível processo de evolução de conceitos, conhecimentos e estruturação (Cellard, 2008).

A análise documental proposta para esta pesquisa utilizará como procedimento de inferência a análise de conteúdo, na concepção de Bardin (2011), que entende o conjunto de documentos disponíveis, como sendo o *corpus* que será submetido à análise.

Por meio da análise de conteúdo, como indica Bardin (2011), foi possível, utilizando procedimentos objetivos e sistemáticos, utilizando inclusive o Software NVivo, descrever o conteúdo dos documentos, apresentando indicadores que permitiram a inferência dos conhecimentos referentes à produção do que está ali posto e a forma como este é recebido.

As fases da análise de conteúdo, se dividem em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira fase foi realizada a organização dos documentos a serem analisados, sistematizando as informações que estavam relacionadas aos objetivos da pesquisa. Durante a fase de exploração do material foi realizado o processo de codificação dos dados da pesquisa, aqueles que foram selecionados durante a pré-análise. As categorias de análise foram definidas à priori, atendendo os objetivos da pesquisa e buscou aglutinar os elementos que constituem um conjunto. Primeiro as categorias foram divididas por diferenciação e, posteriormente, organizado o conteúdo por agrupamento, conforme sugere a

perspectiva apresentada por Bardin (2011), tendo como direção as características comuns dos elementos. Por fim, a última fase, busca tratar os resultados encontrados de acordo com as categorias de análise e as discussões se dão nas relações entre dos resultados da pesquisa e a literatura já produzida, que embasa a mesma.

Como já abordado as categorias de análise foram definidas à priori, de acordo com os objetivos da pesquisa. As subcategorias e as unidades de registro foram definidas após a realização da leitura flutuante, na fase da pré-análise, tendo como base os GRI. Apresenta-se a seguir o quadro 5, com as categorias, subcategorias e unidades de registro utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 5- Categorias, subcategorias e unidades de registro

Categoria de análise	Subcategoria	Unidades de registro
Ambiental	Gestão ambiental	G4 EN: Aspectos ambientais; GRI 301: Materiais; GRI 302: Energia; GRI 303: Água; GRI 304: Emissões e Biodiversidade; GRI 305: Emissões; GRI 306: Efluentes e Resíduos; GRI 307 Emissões de gases de efeito estufa/Conformidade Ambiental; e, GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores.
	Uso consciente dos recursos naturais	
	Projetos de redução de carbon e poluentes	
	Bem-estar animal	
Social	Valorização dos colaboradores	G4 LA: Relações de Trabalho; G4 HR: Direitos Humanos; G4 SO: Comunidades locais; GRI 102: Declaração de liderança; GRI 205: Anti-corrupção; GRI 401: Emprego; GRI 402: Relações trabalhistas; GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho; GRI 404: Treinamento e Educação; GRI 405: Diversidade e Igualdade de oportunidades; GRI 406: Não discriminação; GRI 407: Liberdade de Associação e negociação coletiva; GRI 408 Trabalho Infantil; GRI 409: Trabalho forçado ou análogo a escravos; GRI 410: Práticas de Segurança; GRI 411: Direito dos Povo Indígenas; GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos; GRI 413: Comunidades Locais; GRI 414: Novos fornecedores com base em critérios sociais; GRI 415:
	Boas práticas trabalhistas	
	Apoio a projetos sociais	
	Ações contra a fome	
	Transparência e combate à corrupção	

		Contribuições Políticas; GRI 416: Saúde e segurança dos consumidores; GRI 417: Marketing e rotulagem; e, GRI 418: Privacidade do Cliente.
Econômica	Desempenho econômico	G4 EC: Desempenho econômico; GRI 103: Gestão de estratégia; GRI 102: divulgações gerais; GRI 103: forma de gestão; GRI 202 e 203: Presença de mercado; GRI 204: Práticas de compras; GRI 205: Combate a corrupção; GRI 206: Concorrência desleal; e, GRI 207: Tributação.
	Investimentos sociais e ambientais	
	Desenvolvimento econômico	

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O quadro 6 apresenta os instrumentos de coleta e de análise dos dados para responder a cada um dos objetivos propostos para essa pesquisa.

Quadro 6 - Forma de Análise

Objetivo Específico	Instrumento de coleta	Forma de análise dos dados
Identificar que tipo de informações estão sendo divulgados	Documentos: identificação de que tipo de informações são divulgadas nos relatórios	Análise documental e de conteúdo
Verificar quais modelos de relatórios de sustentabilidade estão sendo utilizados pelas organizações	Categorizar os vários tipos de relatórios de sustentabilidade e quantificar quais são os mais utilizados	Análise documental: verificação de modelos de relatórios.
Quantificar se as ações nas esferas econômica, ambiental e social são apresentadas de forma equilibrada	Documentos: comparação do conteúdo nos relatórios.	Análise documental comparativa e de conteúdo.
Avaliar alterações na forma de apresentação dessas informações a partir do estabelecimento da Agenda 2030 em 2015.	Documento: análise comparativa por ano, em escala cronológica.	Análise documental e de conteúdo: avaliação sobre alterações dos relatórios sob a perspectiva da temática sustentabilidade nos relatórios e sua comunicação diante a sociedade, no período 2015-2022.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Para atender aos objetivos específicos i e ii, as análises foram estruturadas a partir da leitura dos relatórios de sustentabilidade, sendo possível a verificação de que modelo de relatórios as organizações utilizam para os seus relatórios de

Sustentabilidade. Inicialmente é possível uma visualização desta informação, sendo destaque a utilização do modelo GRI, assim respondendo ao objetivo ii.

O objetivo i, que trata do tipo de informação divulgada nos relatórios, foi visto sobre a ótica da análise documental e de conteúdo, verificando a incidência de informações globais que tratam do tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental). Para o aprofundamento destes dados, a análise dos relatórios de sustentabilidade das organizações estudadas foi efetuada pelo *software* NVIVO® visando uma maior eficiência nas interpretações e relevância do tema para relacionar os GRI que estão sendo contemplados nos relatórios, gerando uma visão de representatividade dos dados para mensurar o quanto se expõe de cada aspecto do tripé da sustentabilidade.

Para o objeto iii, com base nas informações aferidas no objetivo ii, foi realizada a análise documental e de conteúdo por meio dos dados estatísticos, buscando uma correlação entre os dados divulgados, possibilitando uma visão comparativa entre a organização ano a ano bem como uma comparação entre organizações em cada ano.

O objeto iv pelas vias da análise documental e de conteúdo, ao que se refere Cellard (2008), trata a identificação de padrões, tendências e inovações na forma como as organizações relatam suas ações ambientais, sociais e econômicas, fornecendo um mapeamento referente a evolução das práticas de relato, desde o formato e estrutura dos documentos até a inclusão de métricas específicas, indicadores de desempenho e alinhamento com padrões de relatórios de sustentabilidade.

Para esta pesquisa utilizou-se o *software* NVIVO® para o processamento dos relatórios de sustentabilidade das empresas JBS e Marfrig, dos anos de 2015 a 2022. Em uma primeira etapa os relatórios extraídos dos sites institucionais das organizações foram processados pelo software de modo a extrair a quantificação dos termos: Sustentabilidade GRI e G4⁶.

Para a análise sobre os relatórios, o uso de *software* contribui para um melhor aprimoramento e eficiência, atribuindo uso da tecnologia na análise de conteúdo, a utilização de software para contagem de frequência de uso, bem como

⁶ O termo G4 se justifica pelo fato da versão GRI G4 (relatórios de 2015 e 2016) conter este termo para referenciar os códigos dos tópicos, sendo após 2016, se adequar ao termo GRI.

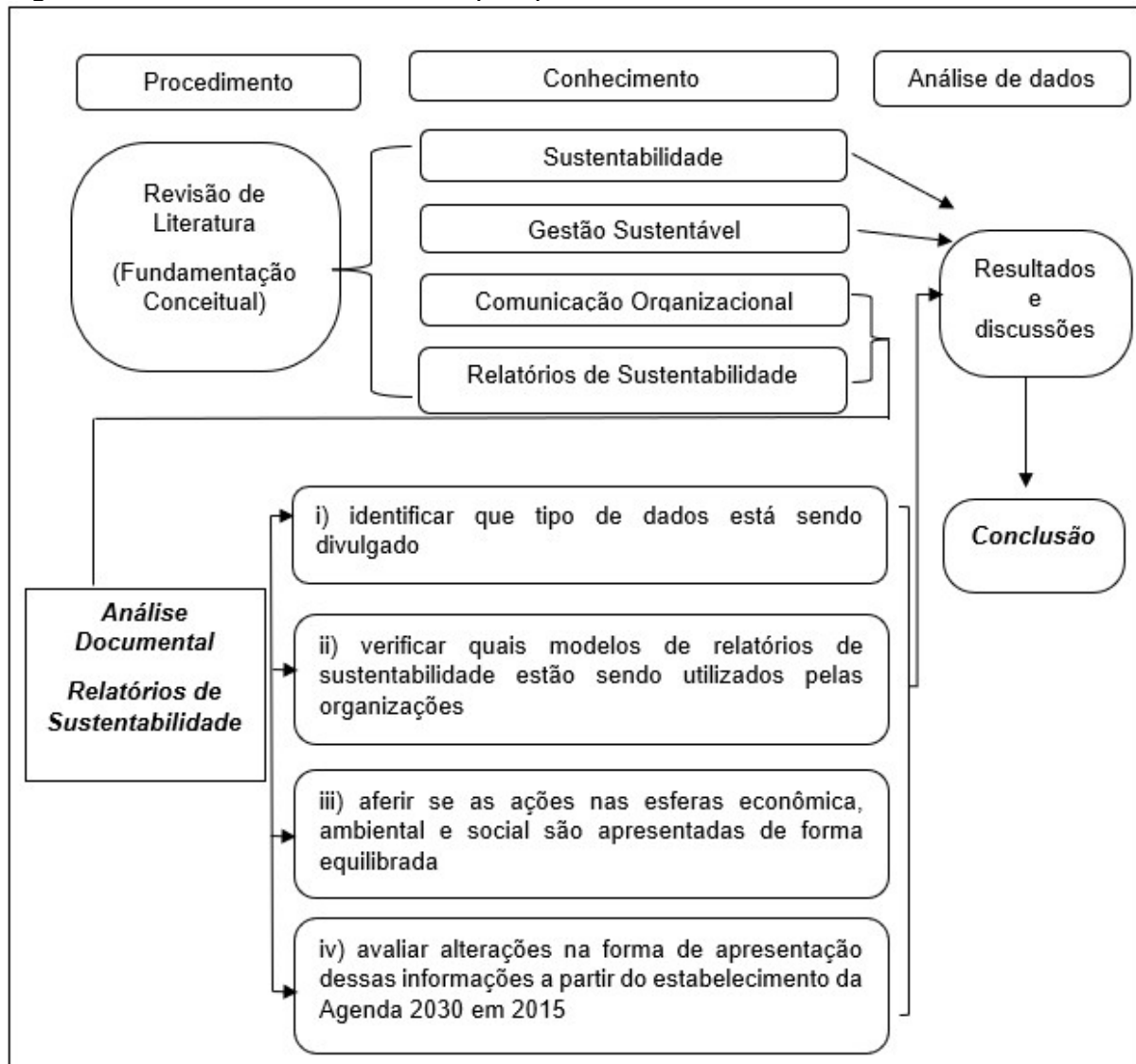
para identificar as palavras mais frequentes nos textos, visando obter maior qualidade na quantificação de dados e uma análise mais precisa.

Grushina (2017) aborda a quantificação nos relatórios de sustentabilidade baseados na GRI, afirmando ser possível extrair e especificar os aspectos de sustentabilidade que as empresas mais abordaram, sendo possível ainda verificar como evoluem estas informações diante dos anos e como esses aspectos podem estar relacionados.

Desta forma foi visualizada a estrutura dos relatórios, a forma de comunicação e as informações que os relatórios oferecem. Isso permitiu traçar um panorama sobre a percepção de uma relativa padronização ou não dos relatórios em relação a forma de divulgação e que informações são divulgadas e quais as informações socioambientais mais se destacam na confecção dos relatórios.

A Figura 3 traz de forma resumida como foi desenvolvida a pesquisa, os conceitos abordados de forma a se estruturar à objetivação da conclusão.

Figura 3 – Estrutura do método da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

É importante destacar que os resultados da pesquisa podem atingir diferentes atores (*stakeholders*) e organizações que já emitem seus relatórios. Os relatórios de sustentabilidade, por serem documentos estratégicos para a comunicação das práticas sustentáveis que a organização desempenha, podem trazer influência diante de diferentes públicos-alvo. O quadro 7 traz os atores que são impactados e qual a influência que podem ser observadas em cada grupo. Importante destacar que os *stakeholders* citados no quadro não são todos impactados ao mesmo tempo e/ou na mesma intensidade pelos relatórios. A proposta é apenas identificar que são os atores que podem ser influenciados ou sofrer influência pelas informações disponibilizadas por estes documentos.

Quadro 7 - Atores impactados e influência dos relatórios de sustentabilidade

Atores Impactados	Tipo de informação	Influência
Investidores	Informações sobre a gestão de risco e oportunidades relacionadas a sustentabilidade.	Influenciar decisões de investimentos.
Clientes e Consumidores	Comunicar sobre questões ambientais e sociais. Consumidores cada vez mais conscientes quanto as questões de práticas sustentáveis pelas organizações.	Decisão de compra.
Colaboradores	Informar sobre práticas trabalhistas questões sociais e ambientais.	Engajamento dos funcionários.
Governo e Órgãos Reguladores	Atendimentos as normas e legislação de cada país/estado.	Avaliação e fiscalização ao atendimento de normas e regulamentações ambientais, sociais e econômicas.
Comunidades Locais e Organizações Não Governamentais	Informações das contribuições positivas e ações para minimizar impactos negativos	Despertar o interesse sobre o futuro regional quanto as questões ambientais e sociais.

Fonte: elaborado pelo autor com dados GRI (2024)

Dessa forma, observa-se que os relatórios de sustentabilidade têm uma abrangência significativa, assim, desempenhando um papel crucial na relação das organizações com seus *stakeholders*.

O objetivo é observar as variáveis mais relevantes que estão sendo replicadas e incentivar as organizações que ainda não emitem seus relatórios a se aprofundarem no processo. Isso pode gerar interesse para que essas organizações elaborem e divulguem, no futuro, relatórios de sustentabilidade, alcançando a sociedade civil, incluindo investidores, pessoas ligadas às organizações e consumidores. Dessa forma, a discussão e apresentação dos relatórios de sustentabilidade torna-se mais acessível e as pessoas poderão saber onde buscar informações sobre as organizações que fazem parte do seu cotidiano.

Nesse sentido, a análise buscou demonstrar a importância dos relatórios de sustentabilidade para as organizações e estimular as organizações a elaborar e divulgar os relatórios evidenciando as atividades socioambientais. Trazendo

contribuição teórica alinhada à linha de sustentabilidade, permitindo gerar discussão sobre os relatórios que as organizações elaboram, bem como entender como a comunicação empresarial está sendo explorada para a divulgação das informações frente ao mercado, colaborando inclusive com a melhoria da sua competitividade.

4 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos na análise das duas empresas. Inicialmente será feita uma apresentação e caracterização das duas organizações pesquisadas. Em um segundo momento, o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade será discutido a partir dos procedimentos de análise apresentados na metodologia.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS RELATÓRIOS ANALISADOS

A JBS é uma empresa brasileira, fundada em 1953 na cidade de Anápolis, em Goiás, tendo como atividade inicial a atuação no mercado de venda de carnes para açougues e pequenos varejistas da região. Durante sua trajetória, a empresa cresceu e se expandiu, passando a atuar em diferentes segmentos do mercado de carne bovina, como o abate, processamento e distribuição de carne. A partir dos anos 2000, a JBS iniciou um processo de internacionalização, adquirindo empresas em vários países, incluindo Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Austrália (JBS, 2022). Destaca-se que a partir de 2003 a empresa passou a receber aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é uma instituição financeira pública responsável por financiar projetos que contribuam para o desenvolvimento do país (BNDES, 2023).

No ano de 2007 a JBS adquiriu a Swift Foods Company, uma das maiores empresas de processamento de carne nos Estados Unidos. Com a aquisição, a JBS se tornou a maior empresa de processamento de carne bovina do mundo. Em 2007 a empresa abriu seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), tendo esta estratégia a captação de recursos para o financiamento de sua expansão e crescimento global (JBS, 2007)

Desde então, a JBS tem se expandido de forma contínua, adquirindo outras empresas e ampliando sua atuação em diferentes segmentos, como o mercado de aves, suínos, ovinos e peixes. Atualmente, é uma empresa multinacional, presente em mais de 20 países e empregando cerca de 250 mil pessoas. É líder mundial na produção de carne bovina, além de ser um dos maiores produtores de carne suína e de frango do mundo (JBS, 2022).

A empresa publica um Relatório Anual de Sustentabilidade desde 2012, que abrange diversos temas relacionados à sustentabilidade, incluindo governança corporativa, gestão ambiental, gestão social e responsabilidade econômica. Abarca em seus relatórios assuntos específicos sobre temas relevantes, como mudanças climáticas, bem-estar animal.

Os relatórios da JBS são elaborados de acordo com os padrões internacionais de relatórios, como o Global Reporting Initiative (GRI) e o Sustainability Accounting Standards Board (SASB), e passam por uma auditoria externa independente para garantir a confiabilidade das informações apresentadas (JBS, 2022).

A demonstração para a sociedade de suas ações evidencia-se frente a utilização de diferentes canais para divulgar seus relatórios de sustentabilidade, incluindo mídias sociais, comunicados de imprensa e eventos corporativos. Além disso, os relatórios são disponibilizados em diferentes idiomas, para garantir que a informação seja acessível a todas as partes interessadas da empresa (JBS, 2022).

Ao se analisar os relatórios de sustentabilidade divulgados pela JBS no período 2015 - 2022, observa-se que a empresa aborda diversos índices do GRI, sendo destacado os índices: GRI 102: Declaração de liderança; GRI 103: Gestão de estratégia; GRI 205: Anti-corrupção; GRI 303: Água; GRI 304: Emissões/Biodiversidade; GRI 302: Energia; GRI 306: Biodiversidade; GRI 307: Emissões de gases de efeito estufa/Conformidade ambiental; GRI 403: Saúde e segurança ocupacional e, GRI 414: Fornecimento responsável de produtos e serviços⁷. Esta evidenciação de atendimento aos índices GRI demonstra o compromisso da empresa em relatar de forma transparente e completa sua atuação em relação a esses temas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Ao adotar as diretrizes do GRI, as organizações podem garantir que seus relatórios de sustentabilidade sejam completos, precisos e relevantes para seus *stakeholders*, sendo evidenciado a relação de atuação às questões sociais, ambientais e de governança, bem como seus compromissos futuros nessas áreas (GRI, 2023).

⁷ Apesar do destaque a diversos índices do GRI, esse trabalho irá analisar apenas aqueles relacionados ao tripé da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.

O quadro 8 traz um panorama histórico dos principais destaques de sustentabilidade demonstrados nos seus relatórios e como é apresentado para o seu público.

Quadro 8 - Panorama histórico de Sustentabilidade e forma de apresentação JBS (período 2015 a 2022)

Relatório/páginas	Destaques	Apresentação
2015 94 páginas	- O relatório passa a ter um capítulo especialmente dedicado a Sustentabilidade. - Traz a relação e preocupação com sua cadeia produtiva, evidencia a preocupação com os colaboradores e demonstra atitudes com foco ambiental e social	- Textos descritivos. - Imagens dos produtos e unidades produtivas; imagens de colaboradores.
2016 143 páginas	- Acrescenta mais informações sobre suas ações ambientais e da integridade de seus produtos. - O tema Mudanças climáticas ganha ênfase no relatório.	- Textos descritivos e imagens. - Informações ambientais, sociais e econômicas.
2017 210 páginas	- Temas como bem-estar animal, detalhamento e inspeção de sua cadeia produtiva, saúde dos colaboradores são tratados com mais conteúdo. - Traz uma evolução de sua performance de Práticas Eco eficientes. - Evidencia uma maior preocupação em transparência.	- Textos descritivos e imagens. - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos. - Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores, transparência e crescimento econômico. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2018 178 páginas	- Ações ambientais e sociais descritas e demonstradas com dados estatísticos, preocupação com o bem-estar animal. - Evidencia uma maior preocupação em transparência. - Passa a relacionar suas ações com os ODS/ONU, correlacionando suas ações a 8 dos 17 ODS.	- Textos descritivos e imagens. - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos. - Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores e crescimento econômico. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2019 290 páginas	- A partir deste ano, os relatórios trazem um equilíbrio de informações financeiras, ambientais e sociais. - Relaciona suas ações a 10 dos 17 ODS.	- Textos descritivos e imagens. - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos. - Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2020 257 páginas	- Um destaque se dá as metas Globais JBS 2030, que evidencia ações relacionadas ao tripé da sustentabilidade focando o futuro. - Relaciona suas ações a 12 dos 17 ODS.	- Textos descritivos e imagens. - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos. - Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores e ações enfrentamento pandemia. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2021 162 páginas	- Traz como destaque a Jornada Rumo a Net Zero, que trata como um fator que entrará para a história da organização. - Relaciona suas ações a 13 dos 17 ODS.	- Textos descritivos e imagens. - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos.

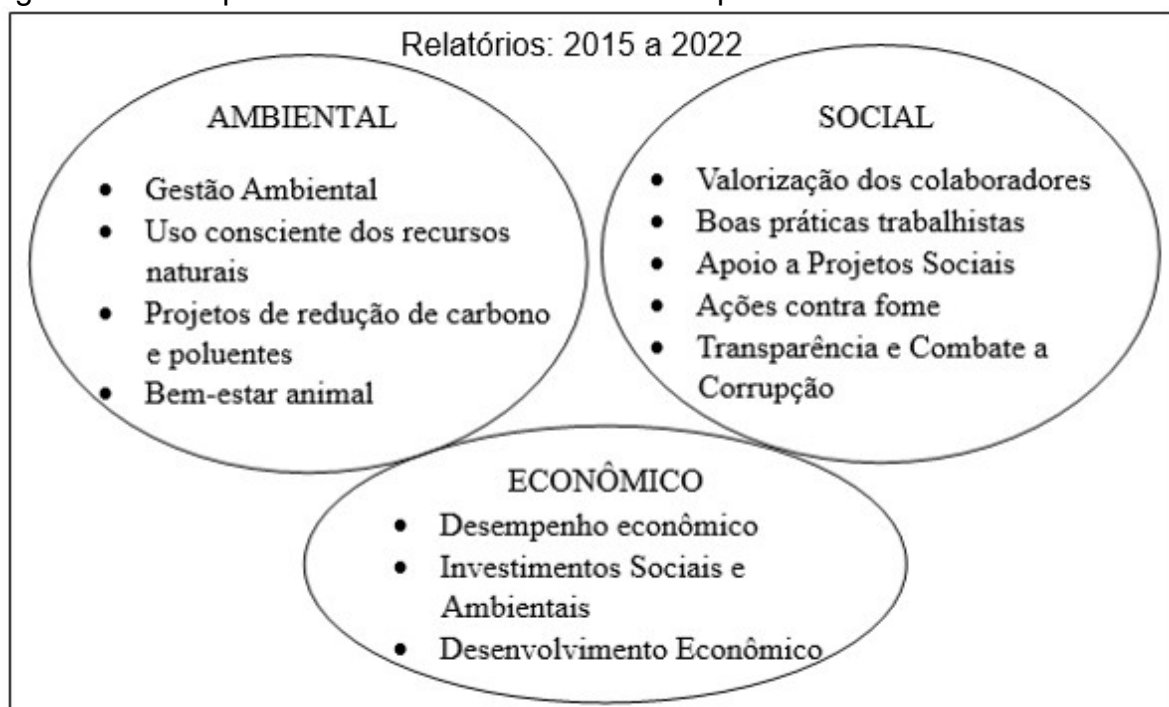
		• Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores e ações enfrentamento pandemia. • Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2022 95 páginas	• Destaca a busca em atingir o objetivo do Net Zero, destacando uso de energia renovável, combate ao desmatamento, gestão responsável dos recursos naturais e no aumento da produtividade de toda a cadeia	• Textos descritivos e imagens. • Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos. • Estabelecimento de metas ambientais, saúde dos colaboradores e crescimento econômico. • Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.

Fonte: elaborado pelo autor (2024) com dados dos Relatórios JBS nos anos de 2015 a 2022.

Os relatórios da empresa trazem uma evolução nos aspectos de apresentação e conteúdo. Ao longo dos anos, as informações sociais e ambientais têm ganhado mais destaques que os fatores econômicos. Além disso, a cada relatório, o uso de recursos gráficos e imagens trazem uma leitura mais dinâmica e atrativa, abordando todos os temas dispostos aos leitores.

A Figura 4 mostra os principais assuntos relacionados ao tripé da sustentabilidade apresentados pelos relatórios da empresa JBS.

Figura 4 – Principais assuntos dos relatórios da empresa JBS



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Analisando os relatórios de sustentabilidade divulgados pela empresa JBS, observa-se que as informações trazem o conceito da sustentabilidade em suas três esferas, sendo destacadas ações que demonstram sua preocupação com o social, ambiental e econômico.

A Marfrig Global Foods é uma multinacional brasileira que atua no setor de dedicado à produção de alimentos à base de proteína animal. Sua fundação foi no ano de 2000, onde a organização se concentrou no processamento exportação de carne bovina (Marfrig, 2024).

O ano de 2007, a aquisição da processadora de carne bovina National Beef, marca a entrada da Marfrig no mercado norte-americano, expansão que ocorreria

nos anos seguintes, tanto em novos mercados como em diversificações e aquisições (Marfrig, 2024).

Assim como muitas organizações, a Marfrig também esteve envolvida em iniciativas de sustentabilidade, incluindo esforços para combater o desmatamento em sua cadeia de fornecimento, conforme deixa explícito em seu relatório. Em 2016, adentra a uma nova fase em sua trajetória voltada em solidez e rentabilidade atreladas a uma eficiência financeira com foco no crescimento sustentável (Marfrig, 2024).

Uma das transações mais significativas da Marfrig ocorreu em 2018, quando adquiriu a Keystone Foods, destacando-se como uma fornecedora importante de produtos de carne processada para redes de restaurantes, assim, fortalecendo ainda mais a presença global da Marfrig na cadeia alimentar (Marfrig, 2024).

Os relatórios da Marfrig são elaborados de acordo com os padrões internacionais de relatórios, como o Global Reporting Initiative (GRI). Auditorias externas independentes são contratadas para análise de suas informações para lhe certificar sobre a confiabilidade das informações descritas (Marfrig, 2023).

Durante a análise dos relatórios da Marfrig no período de 2015 a 2022 foi possível a visualização de diversos indicadores GRI nas esferas ambientais, sociais e econômicas. As demonstrações ambientais englobam índices sobre uso de recursos naturais sobretudo uso da água (GRI 303), efluentes e resíduos (GRI 306) e Biodiversidade (GRI 304), energia (GRI 302) e emissão de poluentes (GRI 305). O quesito social é abordado na relação de saúde e segurança ocupacional (GRI 403), atenção a erradicação de trabalho forçado ou análogo à escravidão (GRI 409) e; a sobre o fator econômico, a abordagem se remete ao desempenho econômico (GRI 201 e as divulgações gerais (GRI 102) e forma de gestão (GRI 103).

O quadro 9 traz um panorama histórico dos principais destaques de sustentabilidade demonstrados nos seus relatórios e como é apresentado para o seu público.

Quadro 9 - Panorama histórico de Sustentabilidade e forma de apresentação Marfrig (período 2015 a 2022)

Relatório/páginas	Destaques	Apresentação
2015 138 páginas	Traz a relação e preocupação com sua responsabilidade ambiental, demonstra preocupação a projeção financeira e relaciona Ética, transparência e equidade entre acionistas, parceiros e colaboradores norteiam a atuação da organização.	- Textos descritivos; - Imagens dos produtos e unidades produtivas; - Imagens de colaboradores.
2016 102 páginas	- O relatório reúne informações econômicas, sociais e ambientais da organização; - Aborda a rentabilidade da organização visto sua expansão de mercado com aquisições; - A gestão de pessoas se relaciona aos colaboradores e projetos de empregabilidade.	- Textos descritivos e imagens. - Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico.
2017 114 páginas	- Temas como bem-estar animal, saúde dos colaboradores são tratados com mais conteúdo; - Traz capítulos específicos relacionados ao compromisso da organização nos quesitos de cadeia produtiva, sociedade, <i>stakeholders</i>; - Biodiversidade e mudanças climáticas ganham destaque; - Há destaque e ênfase aos direitos humanos e bem-estar dos colaboradores.	- Textos descritivos e imagens; - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; - Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2018 91 páginas	- Evidencia uma maior preocupação em transparência; - Criação do Programa Agro contra o Câncer no Brasil, em que pecuaristas parceiros da Marfrig podem fazer doações ao Hospital de Amor, localizado em Barretos (SP); - Reorganização de pessoal e novos empreendimentos a gerar mais empregos.	- Textos descritivos e imagens; - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; - Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico e transparência. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2019 72 páginas	- Destaque a Conformidade da Marfrig com as práticas de preservação da Amazônia, atestadas através de auditorias independentes; - Alteração na matriz de transporte, passando a utilizar o ferroviário no Estado de Mato Grosso; - Evidencia as boas práticas de gestão de pessoal; - O bem estar animal, e a utilização de recursos renováveis ganham ênfase a questão de preservação ambiental.	- Textos descritivos e imagens; - Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; - Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico e transparência. - Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2020	Desenvolvimento de pessoal e segurança no trabalho são destaques a este relatório;	Textos descritivos e imagens;

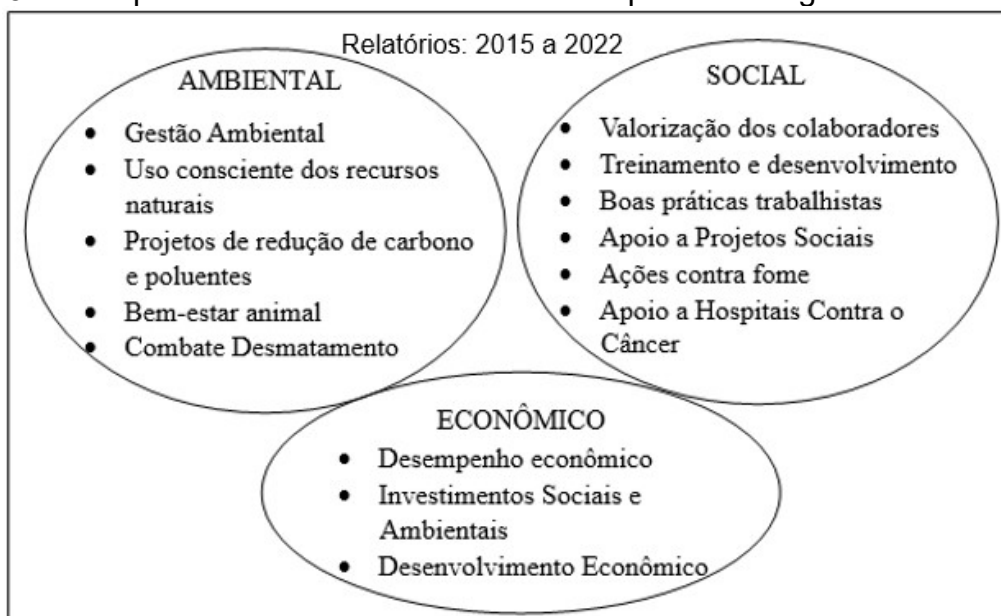
83 páginas	• Um fator ambiental tem impacto destacado ao social, ao se remeter a questão de desemprego gerado inatividade de fazendas com fornecimento bloqueado, decorrente de irregularidades, como a operação em áreas de desmatamento; • Cria a Marfrig Verde+ para apoiar os produtores a regularizarem suas operações, de forma a serem reinseridos como fornecedores, gerando empregos em toda a cadeia produtiva.	• Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; • Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico e transparência. • Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2021 120 páginas	• Traz como destaque o capital humano da organização, fortalecimento no treinamento e desenvolvimento de pessoal, maior ênfase a saúde e segurança dos colaboradores devido a pandemia Covid-19; • O projeto Marfrig Verde+ ganha destaque a questão bem estar animal e uso consciente de recursos naturais.	• Textos descritivos e imagens; • Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; • Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico e atenção ao combate da pandemia. • Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.
2022 151 páginas	• Mudanças climáticas, controle de origem e bem-estar animal fazem parte dos destaques do relatório; • Elenca os resultados do programa Marfrig Verde+ abrangendo os fatores ambientais alcançados	• Textos descritivos e imagens; • Dados estatísticos sobre gestão de pessoas e fatores econômicos; • Estabelecimento de metas ambientais, remuneração e desenvolvimento de colaboradores, crescimento econômico e atenção ao combate da pandemia. Ilustra ações ambientais e sociais com imagens e textos.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Observou-se que os relatórios da empresa experimentaram avanços notáveis tanto na apresentação quanto no conteúdo. Ao longo do tempo, as informações sociais e ambientais ocupam mais espaço que os fatores econômicos, indicando uma transformação no conceito de apresentação. A cada edição do relatório, a incorporação de recursos gráficos e imagens proporciona uma leitura mais dinâmica e envolvente, buscando atrair a atenção de diferentes tipos de *stakeholders*.

A Figura 5 mostra os principais assuntos relacionados ao tripé da sustentabilidade apresentados pelos relatórios da empresa Marfrig.

Figura 5 - Principais assuntos dos relatórios da empresa Marfrig



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Um aspecto relevante nos relatórios das duas organizações, é a apresentação dos benefícios que a organização proporciona à sociedade, juntamente com as ações concretas em relação as esferas da sustentabilidade. Contudo, é preciso observar que, muitas vezes, esses benefícios surgem como resposta a desafios ou eventos negativos no âmbito da sustentabilidade. Embora os relatórios destaquem de maneira positiva os resultados dessas ações, é importante reconhecer a necessidade de enfrentar desafios e adversidades para impulsionar práticas sustentáveis e contribuir efetivamente para o atendimento das demandas ambientais, sociais e econômicas. Para tanto, segundo o GRI (2006), a função dos relatórios de sustentabilidade é a de fornecer informações quanto ao desempenho da organização,

sendo elaborado de forma equilibrada e consciente, trazendo contribuições positivas quanto negativas.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS

A análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas foi efetuada com o apoio do *software* NVivo, para análises de conteúdo, visando uma maior eficiência nas interpretações, objetividade e sistematização dos dados. Conforme Krajnc e Glavi (2005), uma das maiores dificuldades das empresas, quando se trata da elaboração de relatórios de sustentabilidade, está nos parâmetros e forma como as informações serão estruturadas e divulgadas.

Para a interpretação das análises, se faz necessária a compreensão sobre a evolução do Padrão GRI de relatórios de sustentabilidade, visto que as empresas, no período estudado, terem emitidos seus relatórios em ao menos duas versões, a GRI G4 e a GRI Standards (versão 2016 e 2021). O quadro 10 destaca os anos e a versão utilizada pelas organizações.

Quadro 10 - Tipo de versão GRI utilizada pela JBS e Marfrig

Ano	JBS	Marfrig
2015	GRI G4	GRI G4
2016	GRI G4	GRI G4
2017	GRI Standards	GRI Standards
2018	GRI Standards	GRI Standards
2019	GRI Standards	GRI Standards
2020	GRI Standards	GRI Standards
2021	GRI Standards	GRI Standards
2022	GRI Standards (atualização 2021)	GRI Standards (atualização 2021)

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Desta forma, por haver diferentes versões utilizadas pelas organizações no período de estudo, esta demonstração se mostra necessária, visto que a análise dos relatórios tem base fundamentada em termos e códigos descritos nos relatórios. Observa-se ainda que esta pesquisa baseia-se nos documentos e não houve um confronto junto aos colaboradores ou outros stakeholders para comprovar se o que as empresas declaram estão, de fato, efetivadas em ações.

A análise de conteúdo dos relatórios, demonstrou, em ambas as empresas, a preocupação central com o tema Sustentabilidade. Esta evidenciação pode ser vista por meio da nuvem de palavras elaborada pela análise efetivada no Programa NVIVO®. Foi utilizada a ferramenta de busca de termos mais citados, considerando os 50 primeiros e que a palavra tenha ao menos 05 letras. A figura 6 e 7, extraídas do NVIVO® trazem uma visão geral dos termos mais apresentados nos relatórios das empresas pesquisadas, onde o fator central das empresas remetem a Sustentabilidade, acompanhadas das preocupações e ações das empresas nas esferas ambientais, sociais e econômica.

Figura 6 - Nuvem de palavras dos relatórios da empresa JBS



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Figura 7 - Nuvem de palavras dos relatórios da empresa Marfrig



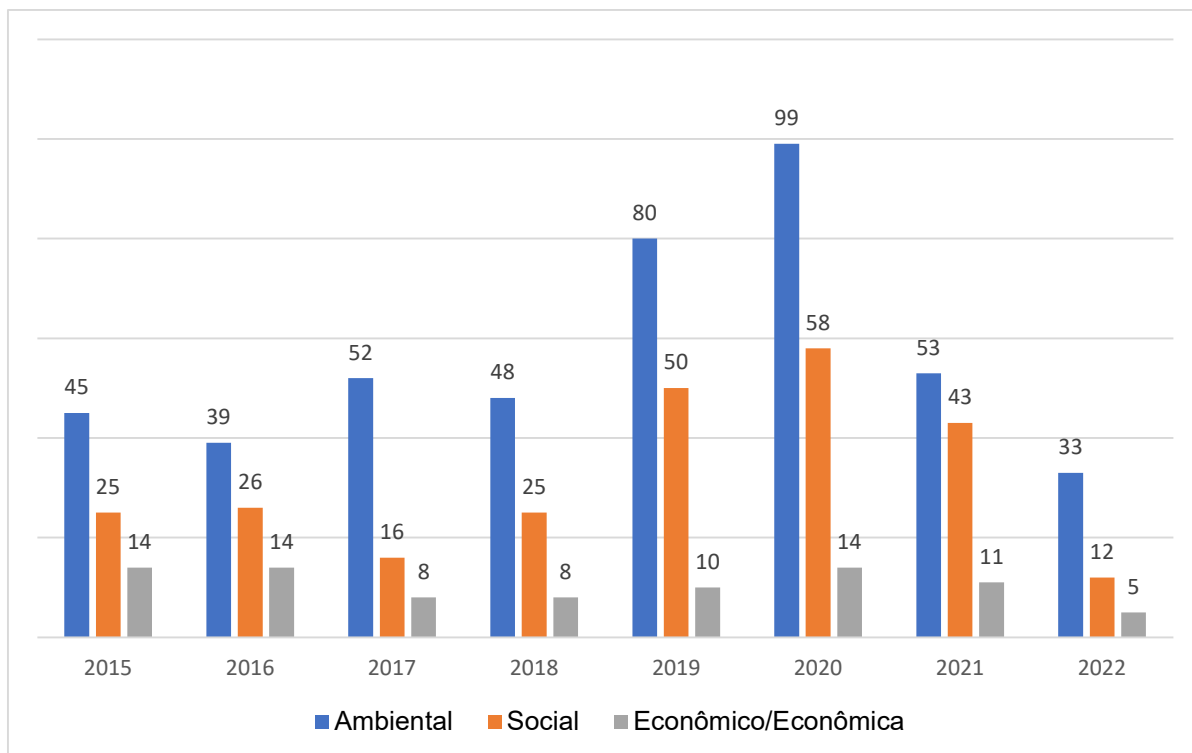
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Após estas análises sobre os termos mais citados nos relatórios, buscou-se evidências de palavras relacionadas às esferas da sustentabilidade. Para tanto, os

arquivos dos relatórios foram submetidos ao Programa NVIVO®, com o objetivo de se buscar termos específicos que estão relacionados a esta pesquisa. Nesse contexto, a adoção de palavras-chave, como indicador, evita que a pesquisa seja influenciada pelo pesquisador, dificultando assim a subjetividade (Milnes, 2014). Corroborando com a preocupação quanto à precisão do método da análise de conteúdo, Unermam (2000) e Deegan e Gordon (1996) discutem a minimização de interferência do pesquisador e a nulidade da subjetividade.

No contexto da análise dos relatórios das empresas JBS e Marfrig, a análise de conteúdo, como sugere Bardin (2011) foi aplicada com a definição das categorias de análise de conteúdo: Ambiental, Social e Econômica. Essas categorias de análises foram estabelecidas a priori, com base na compreensão prévia da importância desses aspectos no contexto do tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômico).

O gráfico 1 evidencia a análise dos relatórios da empresa JBS, tendo a empresa referenciando aos três termos, mas em escalas diferentes. Podemos verificar que o fator de maior destaque remete a questão ambiental seguidas da social e posterior econômica. Esta mensuração maior ao fator ambiental se destaca visto que a atividade da empresa está diretamente ligada à produção animal, tratando sobretudo ao bem-estar animal não somente na empresa, mas em toda a cadeia.



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

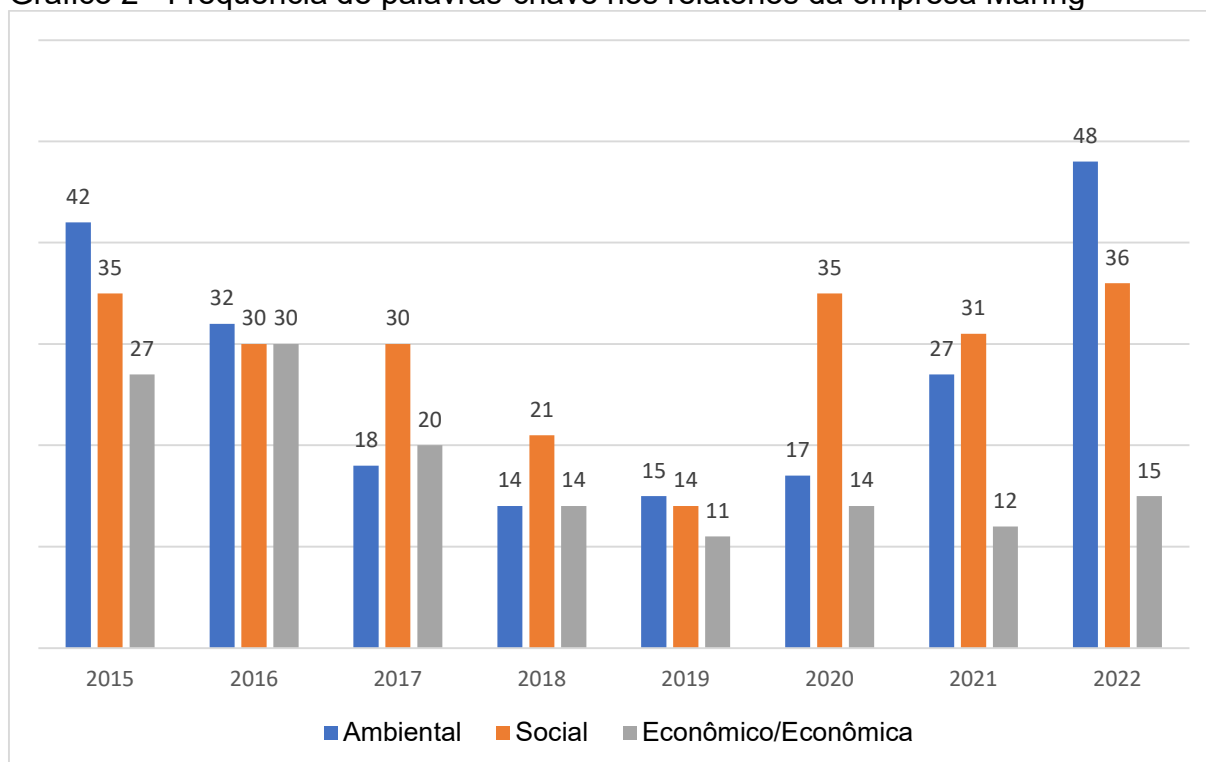
Essa preocupação da sustentabilidade ambiental é percebida por meio de projetos ambientais e metas estabelecidas, sendo destacado em seus relatórios parte de um movimento mais amplo na indústria global para enfrentar as mudanças climáticas e adotar práticas sustentáveis.

As estratégias para atingir a meta “Net Zero”, por exemplo, envolvem uma combinação de redução direta de emissões, aumento da eficiência energética, investimento em tecnologias mais limpas e práticas agrícolas sustentáveis, além da compensação por meio de projetos de remoção de carbono, como reflorestamento.

Outro destaque à questão ambiental ocorreu no ano de 2013, que foi a criação da JBS Ambiental. Criada pela dificuldade que havia em seus frigoríficos e indústrias do grupo em relação ao alto volume de resíduos, a JBS Ambiental oferece soluções ao gerenciamento, tratamento e destinação de resíduos recicláveis e não recicláveis, garantindo certificação quanto ao descarte, contribuindo com o compromisso de sustentabilidade (JBS Ambiental, 2024).

A mesma análise foi aplicada aos relatórios da empresa Marfrig. O gráfico 2 traz a mensuração dos termos buscados.

Gráfico 2 - Frequência de palavras-chave nos relatórios da empresa Marfrig



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Diferente aos relatórios da empresa JBS, a Marfrig traz maior ênfase às questões sociais. Com base nos documentos a organização demonstra adotar uma postura de equidade de seus colaboradores, bem como uma atenção às questões sociais das regiões em que estão instaladas suas unidades. Programas de incentivo à cultura e educação fazem parte do escopo de suas ações de sustentabilidade.

A observação de uma variação no destaque atribuído às ações sociais em relação às ações ambientais nos relatórios anuais da Marfrig, nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2021, pode ser resultado de estratégias empresariais e mudanças nas demandas dos *stakeholders*.

A organização, como parte integrante da comunidade global, acaba por enfrentar desafios variados, podendo as ações de sustentabilidade sofrer variações quanto as prioridades. Destaca-se o ano de 2018, ao qual, a Criação do Programa Agro contra o Câncer no Brasil, em que pecuaristas parceiros da Marfrig fizeram doações ao Hospital de Amor, localizado em Barretos (SP), perfaz uma grande participação no fator social praticado pela organização (Marfrig, 2018).

Em 2020 a criação do Projeto Marfrig Verde+, apesar de ter um apelo ambiental, contribui socialmente com a comunidade, visto que, o projeto apoia os produtores a regularizarem suas operações que estavam inativas ao fornecimento de

produtos, decorrente de irregularidades. Como o projeto em atividade, o ciclo de empregos volta a crescer, gerando benefícios sociais a sociedade (Marfrig, 2020).

O ano de 2022, marca ações destinadas a qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, ações de grande volume diante ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. A preocupação com a saúde dos colaboradores ganha destaque maior em seu relatório (Marfrig, 2022).

Um fator de destaque se dá a questão econômica, ao qual ambas trazem de forma discreta em relação aos demais aspectos. Entretanto, o fator econômico revela-se como um indicador interligado as questões ambientais e sociais, tendo as ações nestas duas esferas refletidas no quesito econômico, tanto em faturamento, quanto maior participação no mercado interno e externo.

Embora as ações evidenciadas não tenham um padrão de quantidade, verifica-se a importância de demonstrar as três esferas da sustentabilidade em seus relatórios, de modo a atender as crescentes demandas dos *stakeholders*. Destaca-se a percepção de que as organizações não devem ser exclusivamente voltadas para o lucro, mas para um propósito que possa envolver benefícios para a sociedade e minimizar os impactos negativos que possa existir (Eccles, Ioannou e Serafeim, 2014). A abordagem da GRI traz uma integração de todos os fatores da sustentabilidade, promovendo uma flexibilidade às organizações em adaptar seus relatórios com a realidade e impactos relevantes da mesma (GRI, 2024)

As organizações, cientes de suas responsabilidades, evidenciam em seus relatórios as três esferas da sustentabilidade, cada qual com maior destaque para aquelas ações que projetam melhor a empresa ou que atendam melhor aos *stakeholders* da organização.

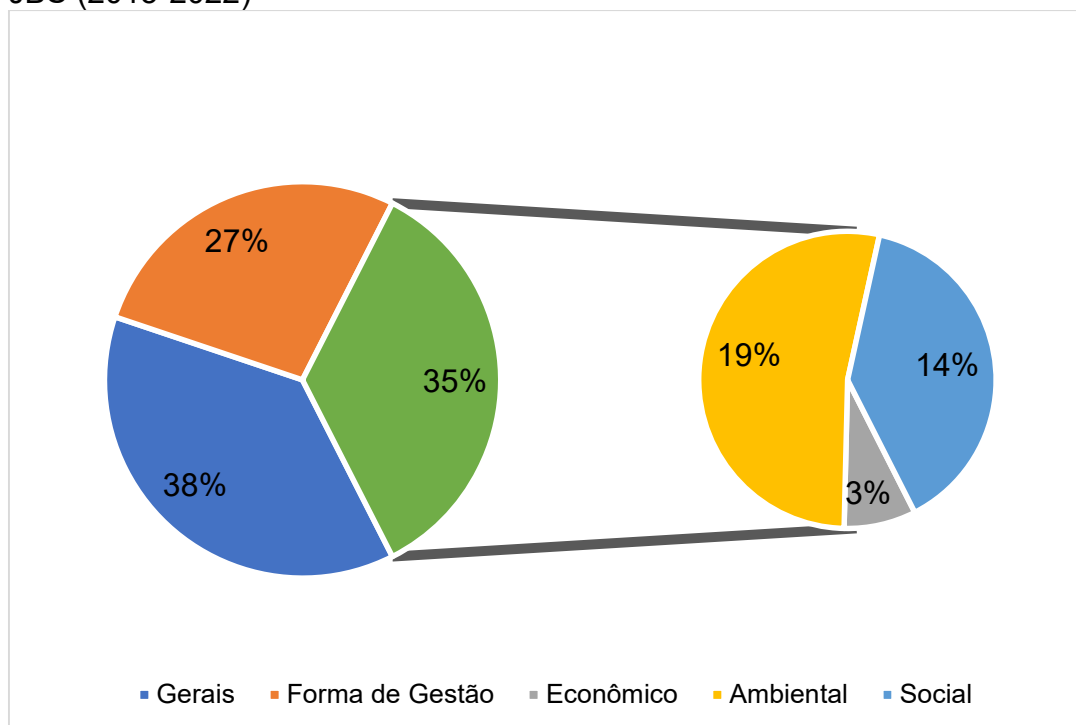
O gráfico 3 oferece uma visão quantitativa dos aspectos econômicos, sociais e ambientais na abordagem da JBS. Ao analisar o período de 2015 a 2022, identificamos um total de 1.892 referências ao GRI. Os relatórios apresentam uma estrutura distintiva, categorizando as referências em três temas principais: informações gerais, que representam 38% das referências; classificação relacionada à forma de gestão, com 27%; e, por fim, 35% são classificadas em relação às esferas da sustentabilidade.

Quando se foca nos tópicos vinculados à esfera da sustentabilidade, destacamos que o fator ambiental prevalece com 19%, seguido pelo fator social com 14% e o econômico com 3%. Entretanto, ao analisar ano a ano, destaca-se o ano de

2020, no qual o fator social supera os demais. Essa variação é influenciada por eventos significativos, sendo o ano de 2020 marcado, para a JBS e globalmente, pelo impacto da pandemia de Covid-19, representando um ponto de reinício diante de desafios sem precedentes.

A variação na ênfase da dimensão social, evidenciada no Relatório de Sustentabilidade de 2020, reflete uma preocupação profunda da organização com seus colaboradores e a sociedade. O documento destaca que a JBS alocou globalmente R\$ 2,8 bilhões em iniciativas de combate à Covid-19. O programa "Fazer o Bem Faz Bem" incluiu uma doação de R\$ 400 milhões para enfrentar os impactos da pandemia. Além disso, foram estabelecidas metas para redução de acidentes de trabalho e implementadas ações de segurança para a prevenção da Covid-19 (JBS, 2020). Essas medidas ilustram o compromisso da JBS em adaptar suas práticas diante de eventos extraordinários em prol da comunidade e de seus colaboradores.

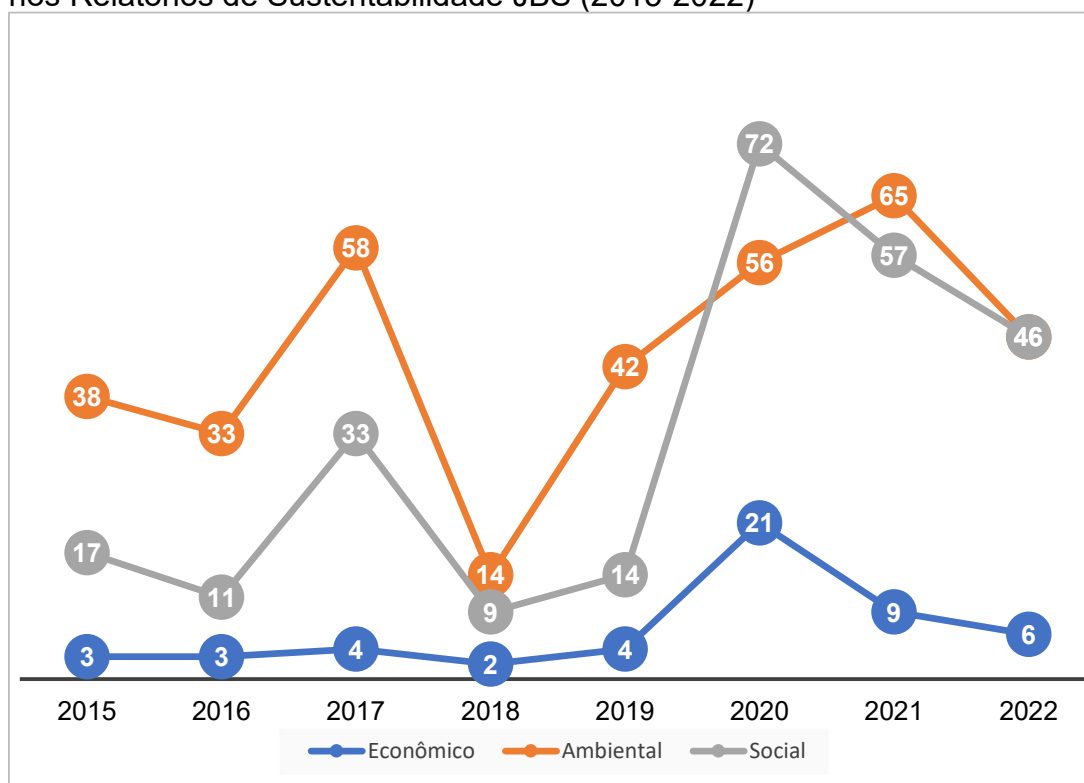
Gráfico 3- Análise Detalhada dos Tópicos GRI nos Relatórios de Sustentabilidade da JBS (2015-2022)



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Esta preocupação em destacar os tópicos relacionados a sustentabilidade, foi observada e pode ser conferida no gráfico 4, que traça a linha temporal de 2015 a 2022 com a variação numérica quando relacionado as questões sociais, ambientais e econômica.

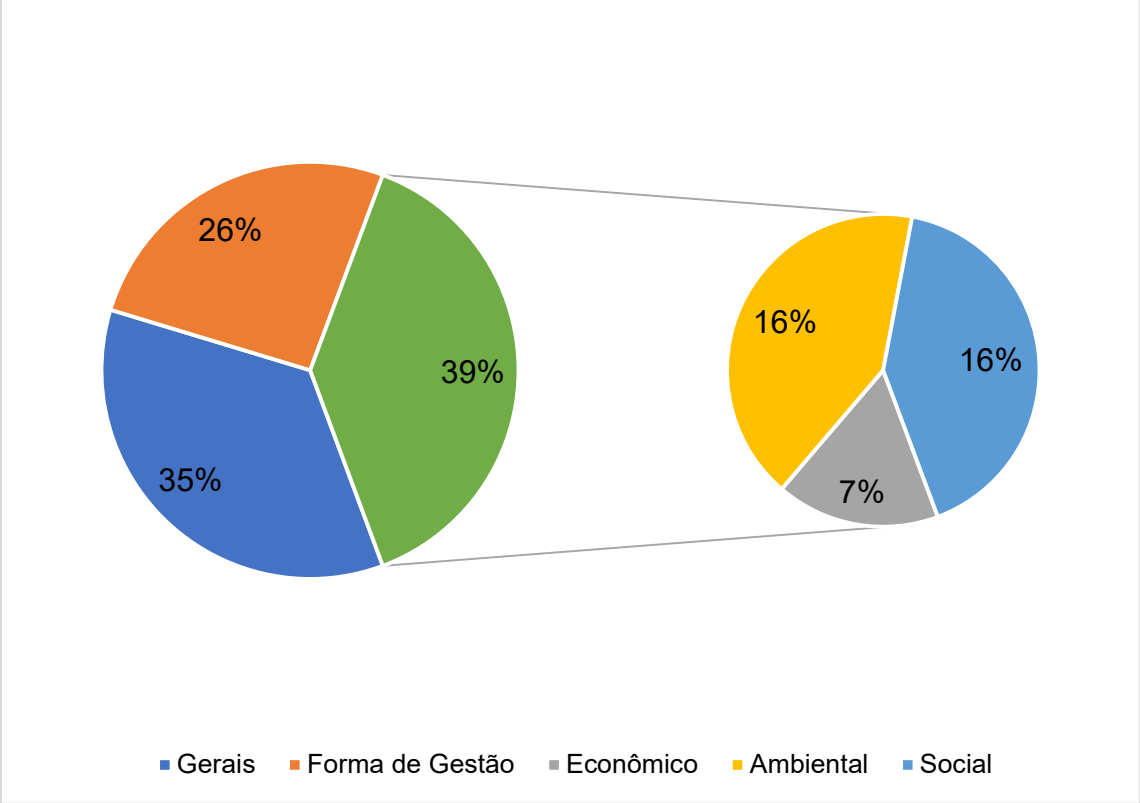
Gráfico 4 - Avaliação Numérica dos Tópicos GRI na Dimensão da Sustentabilidade nos Relatórios de Sustentabilidade JBS (2015-2022)



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quanto à Marfrig, ao longo do período analisado, foram identificadas 1.725 referências relacionadas aos tópicos GRI na esfera de sustentabilidade. Chama a atenção o equilíbrio entre as questões ambientais e sociais, ambas representando 16% cada, seguidas pela dimensão econômica com 7%. O Gráfico 5 apresenta detalhadamente a distribuição desses tópicos abordados pela Marfrig em seus relatórios de sustentabilidade proporcionando uma visualização da abordagem da Marfrig relação aos tópicos GRI na esfera de sustentabilidade, abrangendo o período de 2015 a 2022. Destacando-se por uma abordagem equilibrada, a empresa direciona esforços significativos tanto para questões ambientais quanto sociais.

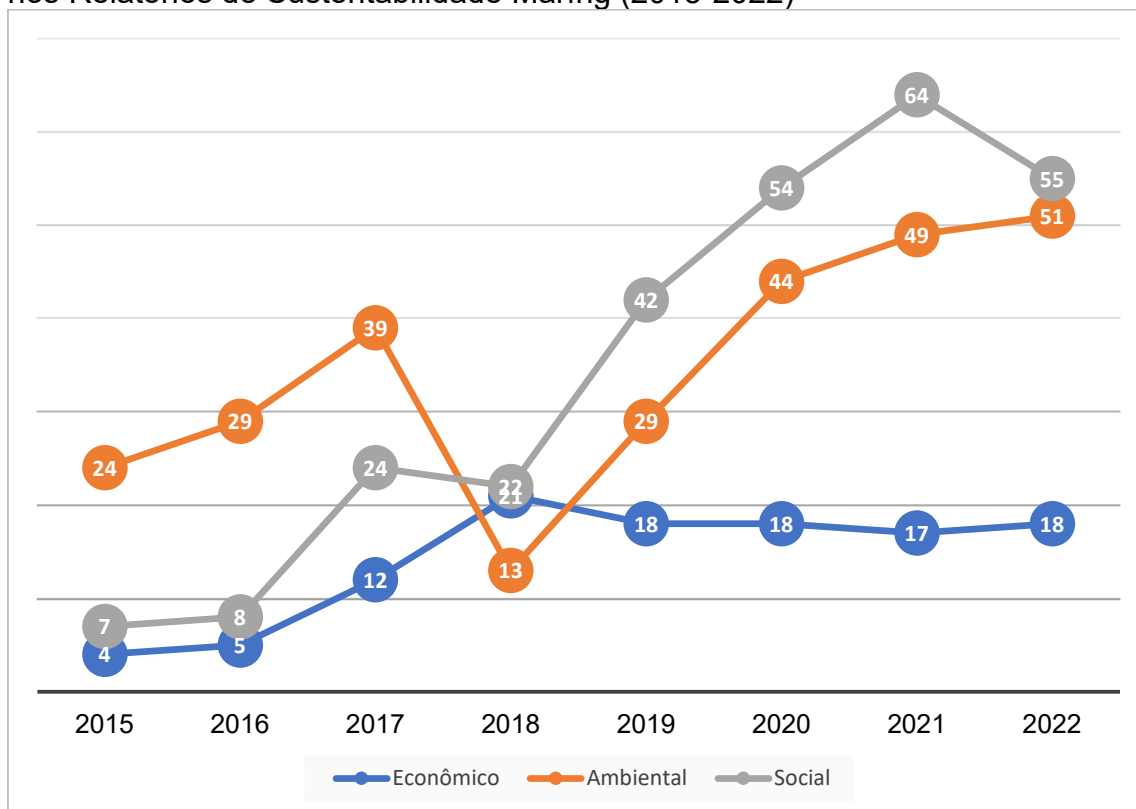
Gráfico 5 - Análise Detalhada dos Tópicos GRI nos Relatórios de Sustentabilidade da Marfrig (2015-2022)



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Embora seja visualizado este equilíbrio no total dos anos, observou-se que a cada ano um fator ganha mais destaque em relação ao outro. Os fatores sociais ganharam destaque após o ano de 2018. Fato esse que se deve a política da organização em estabelecer parcerias e incentivos colaborativos aos seus colaboradores e a sociedade. No Gráfico 6, apresentamos uma análise detalhada das referências aos tópicos sociais, ambientais e econômicos nos relatórios da empresa ao longo dos anos de 2015 a 2022. Este gráfico proporciona uma visão abrangente da ênfase dada pela organização a questões sociais, ambientais e econômicas, evidenciando as perspectivas acerca de sua estratégia e práticas ao longo do período analisado.

Gráfico 6 - Avaliação Numérica dos Tópicos GRI na Dimensão da Sustentabilidade nos Relatórios de Sustentabilidade Marfrig (2015-2022)



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em seus relatórios, a organização enfatiza ações visando o atendimento e bem-estar as demandas relacionadas a diversos setores, ao qual em 2018, destaque para o Instituto Marfrig que tem por objetivo a promoção de assistência social; parceria com o Hospital de Amor na cidade de Barretos-SP com doação de carne para suprir a demanda do hospital, tendo um montante de 96 toneladas de carne doada no ano de 2018 (Marfrig, 2018).

O ano de 2019 marca a criação do Programa Agro Contra o Câncer, ao qual, além de suas ações, incentiva sua cadeia a participar com doações e atendimento as unidades hospitalares; ênfase ao Programa de Excelência Ocupacional com treinamentos e capacitação aliadas a segurança e saúde dos colaboradores (Marfrig, 2019).

Ações de enfrentamento a Covid-19 ganham relevância nos relatórios dos anos de 2020 e 2021. Demonstram ações de doação de álcool gel para unidade hospitalares e assistenciais; doação de equipamentos hospitalares; atendimento as comunidades do entorno de suas operações com auxílio alimentar e, internamente,

montagem de salas de primeiros socorros para atendimento aos colaboradores, evidenciando ações de saúde e segurança aos colaboradores (Marfrig, 2021).

4.2.1 Análise comparativa: Fator Ambiental

A integração de informações ambientais nos relatórios das organizações assume uma importância crescente, à medida que as empresas reconhecem a necessidade da sustentabilidade e enfrentam pressões crescentes para atuar de maneira responsável em relação ao meio ambiente. Para Adams (2002), as organizações que integram dados ambientais em seus relatórios demonstram uma maior capacidade de avaliar e gerenciar riscos associados a regulamentações ambientais, mudanças climáticas e escassez de recursos naturais. Essa integração não apenas reflete responsabilidade, mas também está alinhada com a perspectiva de Kolk e Perego (2010), os quais sugerem que a divulgação proativa de informações ambientais pode resultar na criação de vantagens competitivas sustentáveis para as organizações. Dessa forma, a abordagem ambientalmente consciente não apenas traz benefícios ambientais, mas também poderia se traduzir em benefícios competitivos agregando-se ao fator econômico.

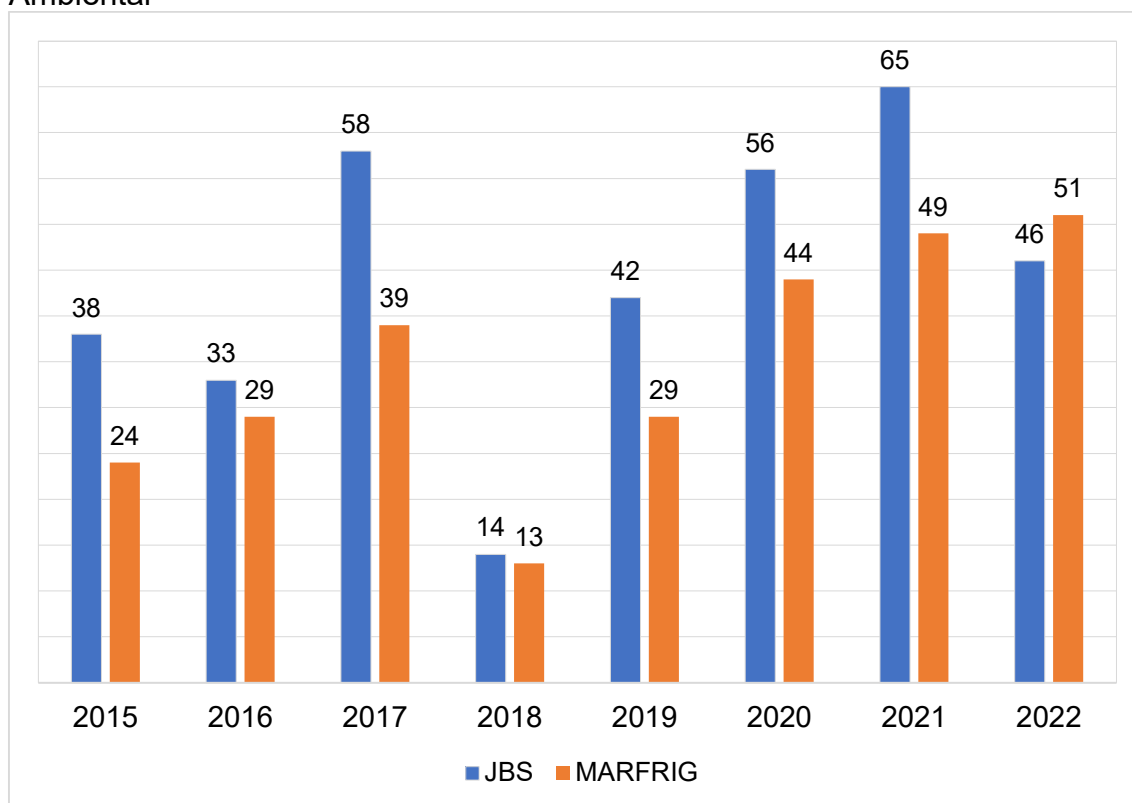
Diante da notável ênfase ambiental detalhada nos relatórios, o Gráfico 7 proporciona uma análise da relação de referências aos tópicos ambientais do GRI, oferecendo uma visualização abrangente dessa temática específica. A análise revela que, neste aspecto, a JBS atribui uma ênfase significativamente maior às questões ambientais em comparação com a Marfrig, evidenciando que a esfera ambiental é objeto de uma preocupação mais acentuada por parte da JBS. Entretanto, não podemos descartar a preocupação da Marfrig em relação ao fator ambiental, pois é evidente que as referências ao tópico GRI ambiental estão consistentemente presentes em seus relatórios.

O fato da análise ocorrer com duas empresas que atuam no abate de animais, muitos criados de forma extensiva, em grandes áreas de terra, onde parte se encontra em áreas de desmatamento ou floresta, explica em parte o grande volume de referências aos tópicos GRI na esfera ambiental. Diferentes estruturas industriais podem determinar mais ênfase em um atributo do que em outro.

No caso da JBS, o peso da área de abate no negócio da empresa, proporcionalmente maior do que no caso da Marfrig e, a existência de uma empresa

especializada em gestão ambiental (JBS Ambiental), que possui suas atividades integradas no relatório explicam o maior destaque das referências ambientais em seus relatórios.

Gráfico 7 Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Ambiental



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Ao analisar as informações destacadas nos relatórios de sustentabilidade, torna-se evidente a ênfase dada aos indicadores GRI, proporcionando uma visão da prioridade que a organização atribui a determinadas ações em comparação a outras. Ao examinar os relatórios específicos da JBS e Marfrig, o quadro 11 apresenta, ano a ano, os aspectos mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG, destacando assim a evolução das ações prioritárias ao longo do tempo no âmbito da questão ambiental.

Quadro 11 - Aspectos ambientais mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG

Ano	JBS		MARFRIG	
	Indicador	Descrição do indicador	Indicador	Descrição do indicador
2015	G4 EN-32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	G4 EN-15	Emissões diretas de gases de efeito estufa (escopo 1)
	G4 EN-34	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	G4 EN-16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia (escopo 2)
	G4 EN-22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação	G4 EN-17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (escopo 3)
	G4 EN-19	Redução de emissões de gases de efeito estufa	G4 EN-31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo
2016	G4 EN-12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	G4 EN-3	Consumo de energia dentro da organização
	G4 EM-32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	G4 EN-6	Redução do consumo de energia
	G4 EN-19	Redução de emissões de gases de efeito estufa	G4 EN-10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
	G4 EN-8	Total de retirada de água por fonte	G4 EN-27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
	G4 EN-10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada		
2017	GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	GRI 305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa
	GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito	GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa
	GRI 303-3	Captação de água	GRI 305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia
	GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na Biodiversidade	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização
2018	GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa
	GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito	GRI 303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
	GRI 303-3	Captação de água	GRI 303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água

	GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na Biodiversidade	GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na Biodiversidade
2019	GRI 303-3	Captação de água	GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa
	GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa	GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização
	GRI 302-3	Intensidade energética	GRI 303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
	GRI 302-4	Redução do consumo de energia		
2020	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	GRI 305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	GRI 305-3	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa
	GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito	GRI 302-3	Intensidade energética
	GRI 306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	GRI 302-4	Redução do consumo de energia
2021	GRI 303-3	Captação de água	GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito
	GRI 303-4	Descarte de água	GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	GRI 303-5	Consumo de água	GRI 303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
	GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa	GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa
2022	GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito	GRI 304-2	Redução do consumo de energia
	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	GRI 303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
	GRI 302-3	Intensidade energética	GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final
	GRI 302-4	Redução do consumo de energia	GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Observa-se que a JBS e Marfrig adotam uma abordagem destacada ao expressar sua preocupação em garantir que seus fornecedores estejam alinhados com práticas sustentáveis. Isso é evidenciado pela ênfase na gestão do consumo e reuso de água, indicando uma sintonia com os princípios das organizações. A GRI 300 (relacionada à água) ficou de fora apenas do relatório 2022 da JBS, representando em 26,5% dos indicadores GRI da JBS apresentados no Quadro 10. No caso da Marfrig, a GRI aparece com maior destaque no período de 2018 a 2021. A indústria de proteína animal é grande usuária de água em seus processos, o que explica o grande esforço de sustentabilidade na redução do seu uso.

Adicionalmente, a empresa demonstra atenção às questões energéticas por meio de práticas conscientes de uso e promoção de conscientização.

Outro ponto relevante refere-se às medidas adotadas para mitigar as emissões de gases que impactam as questões climáticas, enfatizando a responsabilidade ambiental das organizações.

As questões relacionadas aos fornecedores, merece um destaque especial. Nos relatórios da Marfrig, as questões relacionadas aos fornecedores, principalmente na questão de seleção de fornecedores com base em critérios ambientais só começam a aparecer em 2020, com a GRI 308-1. No caso da JBS, aparece desde 2015, com a G4 EN-32. Com a análise apenas dos relatórios não é possível garantir, mas essa maior preocupação da JBS pode ter relação ao peso que a área de abate possui na organização, quando comparada a Marfrig.

Ao analisar os relatórios da JBS e da Marfrig, observa-se que abordam questões ambientais de forma abrangente. Elas demonstram compromisso com a gestão ambiental, apresentando uma variedade de indicadores que refletem suas ações relacionadas à emissão de gases, consumo de água e energia, gestão de resíduos e impactos na biodiversidade. Ainda, há um envolvimento significativo com a cadeia de fornecimento, destacando critérios ambientais na seleção de fornecedores, demonstrando assim a preocupação com a sustentabilidade em toda a sua cadeia produtiva.

Essa percepção se evidencia através dos relatos detalhados dos programas ambientais destacados em seus relatórios. Ao demonstrar seu compromisso ambiental, a JBS destaca programas que englobam a implementação de ações práticas relacionadas à questão hídrica, energética e controle de poluentes. Todos os relatórios trazem o “Plano de Redução de Emissão de Gases do Efeito

Estufa" que é atribuído à eficiência energética, com especial ênfase no uso de energias renováveis, demonstrando um "sistema de Gestão Ambiental", tendo um destaque no relatório de 2016, a conquista do Certificado Internacional de Carbono e Sustentabilidade (ISCC), também como contribuição para que seus fornecedores regularizassem a sua situação ambiental,

Outro programa significativo é o relacionado a questão de desmatamento, havendo um monitoramento, através do "Programa de Monitoramento Socioambiental" de seu processo produtivo e de seus fornecedores, com o intuito de contribuir para a conservação da biodiversidade. No relatório do ano de 2020, destaca-se a criação da "Plataforma Pecuária Transparente", que tem como objetivo fazer com que seus fornecedores possam avaliar a conformidade ambiental de seus próprios fornecedores, de modo a garantir um processo ambiental sustentável em toda a cadeia produtiva.

A abordagem ambiental da Marfrig é exemplificada pelos programas "Marfrig Verde+" destacada sua criação no ano de 2020 e evidenciada no relatório do mesmo ano ganhando destaque em todos anos posteriores, que engloba ações de conservação, recuperação e proteção do meio ambiente; "Produção Sustentável", que inclui medidas para uma produção responsável e o cuidado com os recursos naturais; e a iniciativa de Eficiência Hídrica, que demonstra preocupação com o uso responsável da água e implementa ações de tratamento e reuso desse recurso.

Esses programas não apenas demonstram o compromisso ambiental, mas destacam a importância sobre a promoção de ações sustentáveis em toda a cadeia.

4.2.2 Análise comparativa: Fator Social

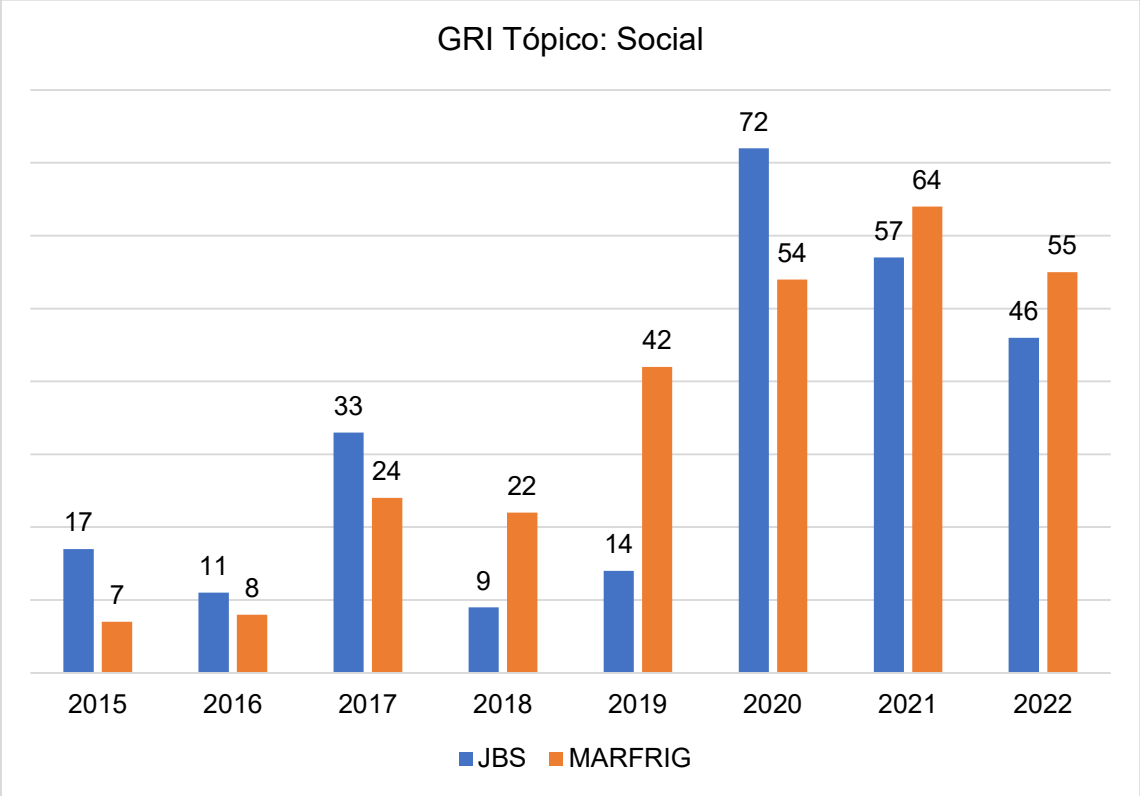
A abordagem social nos relatórios das organizações estabelece uma relação direta entre as ações voltadas para os colaboradores e a sociedade. Gray *et al.* (1995) destacam que a comunicação transparente e aberta sobre questões sociais não apenas constrói confiança, mas também contribui para uma imagem positiva da organização. Essa preocupação social é evidente no escopo das operações das organizações.

A importância das informações sociais é destacada tanto na tomada de decisão dos consumidores quanto dos investidores. Sen e Bhattacharya (2001) afirmam que empresas socialmente responsáveis tendem a atrair consumidores

conscientes, agregando valor aos seus produtos e serviços. Nesse sentido, Flammer (2015) destaca que há uma correlação positiva entre práticas sociais e desempenho financeiro da organização, pois o impacto dessas informações não só se reflete no mercado consumidor, mas também influencia as decisões de investimento.

O gráfico 8 apresenta informações relacionadas aos fatores sociais conforme os padrões GRI. Os dados revelam a presença de iniciativas tanto internas quanto externas à organização, com destaque para a linha do tempo, evidenciando um aumento significativo nas referências às questões sociais após o ano de 2020. Esse aumento está diretamente associado ao impacto da pandemia de Covid-19. As organizações pesquisadas implementaram uma série de medidas para enfrentar a doença, incluindo iniciativas de treinamento e capacitação de colaboradores na prevenção da propagação do vírus. Além disso, houve uma participação ativa em ações sociais, com doações de alimentos e suprimentos médicos essenciais à comunidade.

Gráfico 8 - Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Social



Fonte: Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Diante da atual iniciativa das organizações em evidenciar suas ações sociais, é perceptível aquelas que se dedicam a descrever sua responsabilidade social, integrando práticas sustentáveis em conformidade com demandas sociais e regulamentações legais. O Quadro 12 apresenta os principais destaques anuais referentes ao aspecto social nos relatórios da JBS e Marfrig, detalhando os indicadores e ações relacionadas.

Quadro 12 - Aspectos sociais mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG

Ano	JBS		MARFRIG	
	Indicador	Descrição do indicador	Indicador	Descrição do indicador
2015	G4 LA-6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	G4 LA-15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
	G4 LA-7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	G4 HR-11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores.
	G4 PR-1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias	G4 HR-4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito
	G4 SO-9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	G4 HR-5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
2016	G4 LA-7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	G4 HR-11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores
	G4 HR-6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4 HR-6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
	G4 SO-9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	G4 LA-14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas
	G4 LA-12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	G4 HR-5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
2017	GRI 414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	GRI 416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	GRI 408-1	Operações e fornecedores identificados com risco significativo de trabalho infantil
	GRI 414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
	GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes	GRI 416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços

2018	GRI 403-2	• Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes	GRI 403-1	• Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	GRI 414-2	• Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas	GRI 403-2	• Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes
	GRI 417-2	• Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	GRI 416-2	• Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos serviços
	GRI 404-1	• Média de horas de capacitação por ano, por empregado	GRI 417-1	• Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
2019	GRI 403-2	• Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes	GRI 403-1	• Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	GRI 416-1	• Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	GRI 404-1	• Média de horas de capacitação por ano, por empregado
	GRI 417-1	• Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	GRI 416-1	• Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
	GRI 414-1	• Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	GRI 417-1	• Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
2020	GRI 417-1	• Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	GRI 403-3	• Serviços de saúde do trabalho
	GRI 403-6	• Promoção da saúde do trabalhador	GRI 404-3	• Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
	GRI 403-5	• Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	GRI 408-1	• Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
	GRI 409-1	• Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	GRI 409-1	• Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
2021	GRI 405-1	• Diversidade em órgãos de governança e empregados	GRI 401-1	• Novas contratações e rotatividade de empregados
	GRI 403-6	• Promoção da saúde do trabalhador	GRI 401-2	• Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
	GRI 404-1	• Média de horas de capacitação por ano, por empregado	GRI 408-1	• Operações e fornecedores identificados com risco significativo de trabalho infantil
	GRI 403-2	• Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes	GRI 409-1	• Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
2022	GRI 403-9	• Acidentes de trabalho	GRI 403-1	• Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	GRI 416-1	• Saúde e segurança do consumidor	GRI 403-5	• Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
	GRI 417-3	• Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	GRI 403-3	• Serviços de saúde do trabalho

	GRI 404-3	• Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	GRI 414-2	• Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas
--	-----------	--	-----------	---

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A análise das informações sociais descritas nos relatórios da JBS e Marfrig revela a preocupação dessas organizações com a responsabilidade social. São abordados aspectos relacionados aos colaboradores, nos quais as empresas demonstram um envolvimento direto por meio de incentivos ao treinamento e desenvolvimento, valorização do capital humano, implementação de práticas de prevenção de acidentes e promoção da saúde dos colaboradores. Além disso, são destacadas ações voltadas para enfrentar desafios externos, com especial ênfase no aumento das iniciativas de saúde em resposta à pandemia de Covid-19.

Um aspecto relevante no contexto social foi identificado nos relatórios da JBS para os anos de 2019 e 2020, e nos relatórios da Marfrig para os anos de 2018 e 2019. Ambas as empresas destacaram o item GRI 417-1, relacionado à divulgação de informações e rotulagem de produtos e serviços. Essa ênfase reflete não apenas preocupações legais, mas também uma resposta proativa às demandas do mercado e às expectativas dos consumidores em relação à transparência e qualidade dos produtos oferecidos.

Destaca-se sobre a alteração na rotulagem de produtos alimentícios no Brasil visando fornecer informações mais claras e acessíveis aos consumidores, com um novo modelo de rotulagem conhecido como "Rotulagem Nutricional Frontal", implementado através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 429/2020 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, 2020). Contudo, mesmo sendo publicado no ano de 2020, já havia discussões sobre a rotulagem dos produtos, fator determinante para que as organizações estudadas elaborassem ações a demonstrar essa preocupação em passar informações nutricionais.

Sob o olhar da Anvisa (2020), a adoção desse modelo fornece informações nutricionais de forma clara e compreensível para os consumidores, auxiliando na tomada de decisões alimentares mais saudáveis, bem como promover a educação alimentar e a conscientização sobre os impactos do consumo excessivo de certos nutrientes na saúde.

Ao analisar as informações sociais nos relatórios, identificou-se que as organizações compartilham pontos em comum ao demonstrar seus compromissos com os impactos sociais e trabalhistas, bem como ao listar medidas para evitar riscos trabalhistas, tais como trabalho forçado, trabalho infantil e violações dos direitos humanos. Ambas se destacam por sua transparência e conformidade com as regulamentações trabalhistas, de saúde e segurança, ao relatar ações de treinamento

e desenvolvimento dos colaboradores, promover conscientização sobre o uso de EPIs, e fornecer dados relevantes sobre afastamentos e acidentes de trabalho.

Embora apresentem similaridades em seus relatórios, é possível observar estratégias distintas adotadas pelas organizações. A JBS destaca-se por enfatizar mais os indicadores relacionados à saúde e segurança ocupacional, abordando especificamente acidentes de trabalho. Por outro lado, a Marfrig demonstra uma ênfase maior no aspecto social da mão de obra, destacando seu compromisso com a legislação e a erradicação do trabalho forçado e infantil em sua cadeia produtiva.

A análise dos relatórios da JBS e Marfrig revelou uma notável atenção aos critérios sociais e práticas trabalhistas ao longo dos anos, especialmente evidenciada pelos indicadores G4 SO-9, G4 LA 14 e GRI 414-1. Estes indicadores destacam a seleção de novos fornecedores com base em critérios sociais e trabalhistas, representando um compromisso significativo da empresa com a responsabilidade social corporativa. Entretanto, é interessante observar que esses indicadores não foram mencionados significativamente nos relatórios da JBS no ano de 2018 e em anos posteriores até 2020, conforme indicado no quadro 11, quanto a Marfrig, observa-se que apenas no ano de 2016 essa demanda foi evidenciada.

Esse fato pode ocorrer devido às ações que as organizações praticam em relação ao monitoramento de seus fornecedores e à natureza específica de suas operações. Por exemplo, a Marfrig demonstra uma maior atenção aos fornecedores que possam estar envolvidos em atividades ilegais, como violações dos direitos humanos (G4 HR-11) e identificação de possíveis casos de trabalho forçado, análogo à escravidão ou infantil (G4 HR-5, G4 HR-6, GRI 408-1 e GRI 409-1). No entanto, esses indicadores foram excluídos dos relatórios da Marfrig nos anos de 2017 a 2019. Por outro lado, a JBS destaca representativamente indicadores relacionados aos seus fornecedores nos anos de 2016, 2017 e 2020. Essas diferenças podem ser atribuídas a diferentes estratégias de monitoramento e relatórios adotadas por cada empresa, bem como à evolução das prioridades de relatórios ao longo do tempo.

Dessa forma, as organizações evidenciam em seus relatórios uma consciência quanto à necessidade de garantir condições de trabalho justas e seguras, demonstrando preocupação social em toda a sua cadeia de valor e transparência em suas estratégias sociais tanto internamente quanto perante a sociedade.

Assim, é decisivo que as organizações, cientes de suas responsabilidades sociais, permaneçam atentas às demandas da sociedade, às necessidades de seus

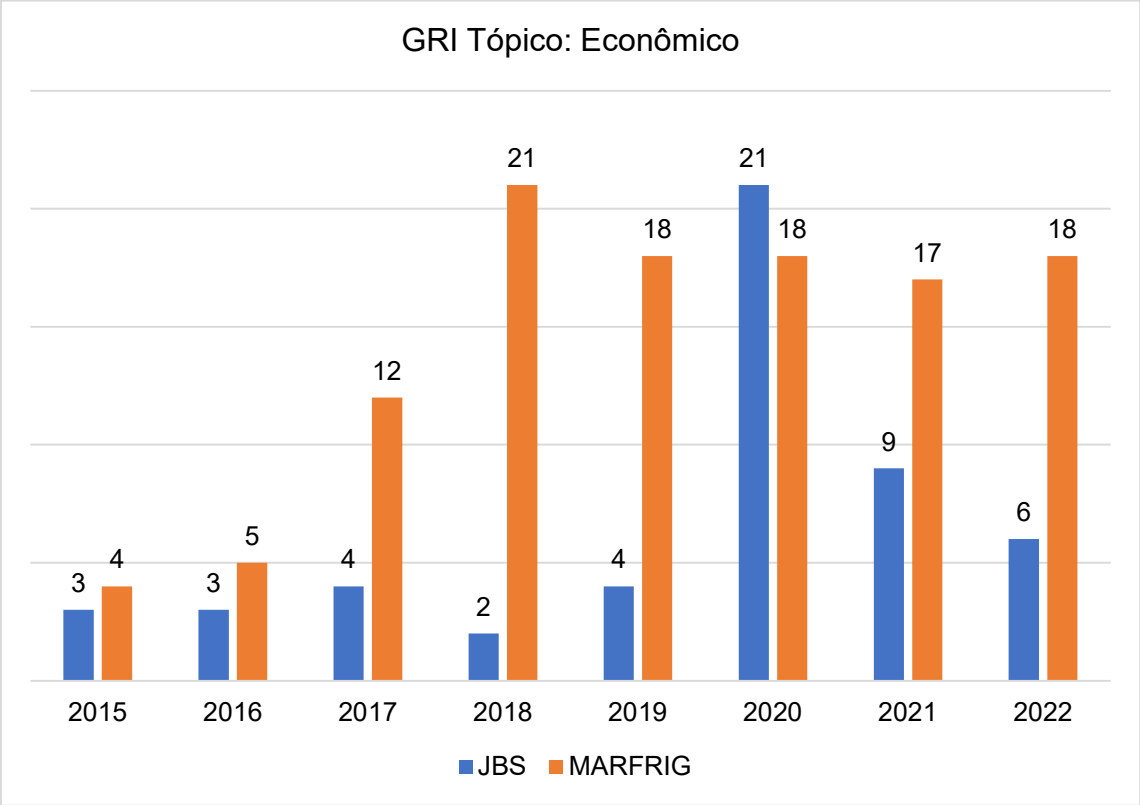
colaboradores e às exigências legais para que possa representar um fator social positivo a todos.

4.2.3 Análise comparativa: Fator Econômico

As informações econômicas nos relatórios são apresentadas em menor proporção em comparação com os aspectos ambientais e sociais. Apesar de sua menor representatividade quantitativa, essas informações têm o propósito de enfatizar aos *stakeholders* os valores gerados e o potencial de alavancagem financeira resultante das iniciativas de fortalecimento da imagem da empresa por meio de ações sociais e ambientais. Essas práticas não apenas proporcionam uma melhor percepção pelo mercado, mas também promovem a transparência, combatem a corrupção e fomentam um ciclo econômico sustentável, especialmente por meio do envolvimento com fornecedores locais.

O gráfico 9 proporciona uma visualização das informações descritas nos relatórios, contextualizando aspectos econômicos com base nos indicadores GRI. Isso permite verificar a presença contínua de dados econômicos ao longo dos anos, com uma ênfase maior neste aspecto pela Marfrig. No entanto, destaca-se a JBS em 2020, com um aumento significativo no volume de informações econômicas. Esse destaque vem após anos anteriores, especialmente em 2018 e 2019, marcados por graves situações, amplamente divulgadas na mídia, relacionadas à corrupção. A partir de 2019, observa-se um maior foco no aspecto econômico por ambas as empresas.

Gráfico 9 - Comparativo da Quantificação de Referências aos Tópicos GRI na Esfera Econômica



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Diante da crescente preocupação em demonstrar ações na esfera econômica, as organizações abordam temas sensíveis ao impacto financeiro. Elas priorizam a divulgação transparente dos resultados financeiros decorrentes dos benefícios das ações sociais e ambientais realizadas. Além disso, há um esforço para traçar uma abordagem ética, com ênfase na prevenção de práticas corruptas e vantagens ilícitas que poderiam prejudicar o faturamento. Isso se deve ao reconhecimento de que tais condutas podem comprometer a reputação da empresa perante a sociedade, os consumidores e os investidores, transmitindo uma imagem de deslealdade e falta de integridade.

O quadro 13 destaca os principais indicadores GRI na questão econômica, abrangendo desde os valores gerados até uma perspectiva futura da saúde econômica da organização, resultante das ações promovidas tanto internamente quanto externamente. Nesse contexto, a corrupção é reconhecida como um mal que as organizações veem como fator de perdas econômicas. A presença dessa questão nos relatórios reflete a preocupação em promover uma cultura empresarial ética e

transparente, capaz de resguardar não apenas os interesses financeiros da empresa, mas também sua reputação e sustentabilidade a longo prazo.

Quadro 13 - Aspectos econômicos mais identificados nos relatórios da JBS e da MARFRIG

Ano	JBS		MARFRIG	
	Indicador	Descrição do indicador	Indicador	Descrição do indicador
2015	G4 EC-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	G4 EC-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
			G4 EC-9	• Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes
2016	G4 EC-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	G4 EC-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
			G4 EC-9	• Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes
2017	GRI 201-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
			GRI 201-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
			GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais
			GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
2018	GRI 201-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
	GRI 203-2	• Impactos econômicos indiretos significativos	GRI 205-1	• Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
			GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
			GRI 201-4	• Proporção de gastos com fornecedores locais
2019	GRI 201-2	• Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	GRI 205-3	• Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
	GRI 203-2	• Impactos econômicos indiretos significativos	GRI 206-1	• Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
			GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais
			GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
2020	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
	GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais	GRI 205-3	• Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
	GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	GRI 206-1	• Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio

	GRI 205-3	• Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
2021	GRI 203-2	• Impactos econômicos indiretos significativos	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído
	GRI 203-1	• Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais
	GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais	GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído	GRI 205-3	• Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
2022	GRI 205-1	• Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	GRI 203-2	• Impactos econômicos indiretos significativos
	GRI 203-1	• Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais
	GRI 204-1	• Proporção de gastos com fornecedores locais	GRI 205-2	• Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	GRI 203-2	• Impactos econômicos indiretos significativos	GRI 201-1	• Valor econômico direto gerado e distribuído

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A preocupação em evidenciar a geração de valor bem como sua distribuição é observada nos relatórios da Marfrig que destaca consistentemente os indicadores G4 EC-1 e GRI 201-1 em todos os relatórios analisados. Essa ênfase reforça o compromisso da empresa em comunicar de maneira transparente e detalhada o impacto econômico direto de suas operações. Por outro lado, a JBS reserva um espaço significativo para essa abordagem apenas nos anos de 2020 e 2021. Por outro lado, o requisito de geração de valor indireto (GRI 203-2) está consistentemente presente nos relatórios da JBS, com uma representatividade expressiva em todos os anos após 2018. Por contraste, a Marfrig não enfatiza tão fortemente esse fator. Essa diferença pode ser atribuída à maior incidência de valor indireto na cadeia produtiva da JBS, dado o maior número de fornecedores em comparação com a Marfrig.

A análise dos relatórios sob a perspectiva econômica, em ambas as empresas, possibilita uma avaliação abrangente do progresso e da continuidade de suas atividades por meio da situação financeira, fornecendo assim um panorama claro aos seus *stakeholders*. Destaca-se a preocupação com os fatores relacionados ao combate à corrupção, refletida em um amplo volume de informações sobre as medidas adotadas para erradicar essa prática.

Contudo se faz necessário relatar que apesar da análise documental e de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das organizações objeto desta pesquisa, JBS e Marfrig, observa-se que as mesmas têm sido alvo de críticas quanto aos conteúdos de seus relatórios divulgados, por apresentarem uma abordagem unicamente positiva em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, deixando de abordar questões negativas significativas.

Dentre as críticas no âmbito ambiental, há preocupações com o desmatamento na Amazonia e em áreas de produtivas de seus fornecedores devido a expansão de pastagens de gado, uso excessivo de recursos hídricos e emissões de gases do efeito estufa. Essas preocupações são evidenciadas em relatórios de ONGs ambientais e investigações jornalísticas apresentadas em contraponto a relação produtiva das organizações. A abordagem social, revela-se sob a preocupação e críticas direcionadas as condições de trabalho, violações dos direitos dos trabalhadores e casos de corrupção confirmados e outros em processos vigentes.

Pela versão econômica das informações, críticas relacionadas a transparência das informações e omissões de questões negativas perfazem o

questionamento quanto a integridade das informações e a responsabilidade corporativa das organizações.

A inclusão dos aspectos econômicos, ambientais e sociais nos relatórios de sustentabilidade tem demonstrado um impacto substancial no desempenho de mercado das organizações (Caesaria e Basuki, 2017). Esses três elementos evidenciam a contribuição corporativa para o desenvolvimento econômico, tanto em escala global quanto local, demonstrando o compromisso ambiental da empresa e sua responsabilidade social para com a comunidade.

Destaque as maiores referencias estarem relacionadas aos fatores ambientais e sociais. Neste sentido Iatrides (2013) destaca a evidenciação de que as organizações que detém níveis de governança corporativa trazem mais informações socioambientais em seus relatórios. Ainda no conceito de descrição de ações, Liu e Zhang (2017) relacionam que as organizações que possuem maiores impactos ambientais em seus processos produtivos, considerando toda a cadeia, remetem em seus relatórios mais informações na esfera ambiental.

Neste contexto, pode ser observado alto grau de informações positivas nos aspectos sociais e ambientais, remetendo a uma compreensão positiva das organizações. A ausência de informações negativas nos relatórios das empresas pode ser discutida sob as observações de Dye (2001), que sugere que as empresas tendem a omitir informações desfavoráveis. Nas análises dos relatórios percebeu-se uma sutilidade nas informações não favoráveis as organizações, ao qual, quando relacionada foram suprimidas por fatores positivos que corrigiram este fator ou que estão sendo implementadas ações para mitigar esses aspectos negativos.

5 Considerações Finais

Os relatórios de sustentabilidade têm se mostrado como um instrumento essencial para as organizações comunicarem à sociedade seu compromisso com a sustentabilidade, destacando a importância e relevância de demonstrar seu compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis.

Por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade, foi possível compreender como essas organizações utilizam os relatórios como ferramentas de comunicação para apresentar suas iniciativas e compromissos relacionados à sustentabilidade. A pesquisa permitiu identificar a forma como os fatores ambientais, sociais e econômicos são abordados e destacados nos relatórios, fornecendo uma visão sobre as estratégias adotadas pelas organizações. Assim, ao analisar os dados os fatores da esfera da sustentabilidade e como são apresentados, foi possível alcançar o objetivo geral da pesquisa, compreendendo o papel e a eficácia dos relatórios de sustentabilidade como meio de comunicação das ações voltadas para a sustentabilidade no setor agroalimentar brasileiro.

Ao transcorrer da pesquisa observou-se que as organizações utilizam os relatórios de sustentabilidade como uma estratégia não apenas para informar, mas também fortalecer seu vínculo com *stakeholders* e responder as demandas externas da sociedade bem como atos regulatórios que possam ser inseridos, neste sentido, o objetivo i é evidenciado nos dados contidos nos relatórios, que contém a história da organização, suas características e essencialmente a presença de dados relativos as preocupações e ações de responsabilidade corporativa, alinhadas as sustentabilidade nos itens econômicos, sociais e ambientais.

Quanto a apresentação dos relatórios, observou-se que as organizações se utilizam do modelo GRI, destacando sua relevância mundial no cenário da sustentabilidade das organizações, atendendo ao objetivo específico ii. Além disso, a apresentação dos relatórios tem se mostrado em evolução, ao qual não apenas incluem dados quantitativos, mas também elementos visuais com imagens reais de suas instalações, produtos, ações realizadas, colaboradores e direção da organização. O uso de gráficos e ilustrações também é comum, facilitando a compressão e a visualização das informações pelos leitores. A identificação e caracterização da evolução das informações disponibilizadas pelos relatórios permite atender ao proposto no objetivo específico iv.

Quanto objetivo iii, verificou-se que as ações nas esferas ambientais, sociais e econômicas estão presentes nos relatórios analisados. Diante a verificação de equilíbrio na apresentação, os fatores ambientais e sociais recebem maior destaque em relação ao econômico. Nos diferentes anos e em cada organização observa-se uma variação na ênfase entre os aspectos sociais e ambientais, demonstrando uma estratégia das organizações em adaptar sua comunicação e informações de acordo com as demandas e prioridades do momento, assim como as expectativas dos stakeholders.

O vínculo entre as organizações e a sociedade é presente no contexto dos relatórios de sustentabilidade, de modo que, por um lado, as organizações dependem da sociedade para seu sucesso e sobrevivência a longo prazo, por outro a sociedade também depende da produção das organizações. Uma relação de ações e cobrança faz parte do contexto para que todos possam ter recursos essenciais para a sobrevivência futura.

No entanto, é importante ressaltar que embora os relatórios de sustentabilidade sejam divulgados nos sites das organizações, eles nem sempre são de fácil acesso ao público em geral. Desta forma é necessário ressaltar a importância de ampliar a transparência e acessibilidade a estes relatórios, garantindo que as informações sobre as práticas sustentáveis estejam disponíveis a todos.

As organizações estão cada vez mais atentas em considerar os impactos de suas atividades, motivando a relatar de maneira precisa sobre suas práticas sustentáveis.

Destaca-se como restrição dessa pesquisa, o fato de que ela se limitou ao estudo de duas organizações do setor de proteína animal, verificando o modelo que mais é utilizado, como se apresenta os relatórios e o tipo de informação que mais impacta na elaboração dos relatórios. Ficaram de fora outras organizações que atuam no mesmo setor e demais organizações que atuam no agronegócio (produção, processamento e distribuição). Além disso, também como restrição do estudo está a análise apenas dos relatórios de sustentabilidade, deixando de fora outros documentos utilizados pelas organizações para se comunicarem com os *stakeholders*, como atas de assembleia, comunicados, releases, teleconferências, etc. Sugere-se ainda para pesquisas futuras que os dados documentais possam ser confrontados com dados obtidos junto a stakeholders e ainda de processos jurídicos contra as empresas nos âmbitos ambientais, sociais e econômicos,

Diante disso, como proposta de investigação futura está a análise completa do setor de proteína animal e/ou o estudo comparativo entre organizações de diferentes setores agroindustriais com alto potencial de contribuir significativamente com o avanço da responsabilidade social para a construção de um futuro sustentável a todos.

Também fica como proposição para estudos futuros, uma investigação mais a fundo do impacto dos relatórios de sustentabilidade na tomada de decisão dos *stakeholders*, bem como explorar como as organizações estão incorporando feedbacks recebidos por meio dos relatórios para aprimorar suas práticas e políticas de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A. Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: Beyond current theorising. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210418905>. Disponível em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513570210418905/full/html>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ÅHMAN, H.. Social sustainability—society at the intersection of development and maintenance. **Local Environment**, v. 18, n. 10, p. 1153-1166, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/13549839.2013.788480>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13549839.2013.788480>. Acesso em: 20 maio 2023

AJMAL, M.M.; KHAN, M.; HUSSAIN, M.; HELO, P. Conceptualizing and incorporating social sustainability in the business world, **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 25, n. 4, p. 327-339, 2018. DOI: 10.1080/13504509.2017.1408714. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504509.2017.1408714>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ALONSO-ALMEIDA, M.M., MARIMON, F., LLACH, J.: The use of sustainability reporting in latin america: territorial and sectorial analysis. **Estudios Gerenciales**, v. 31, n. 135, p. 139-149, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-59232015000200002

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES (ABIEC). **Panorama da Pecuária no Brasil**. São Paulo: ABIEC, 2021. Disponível em <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2021/>. Acesso em: 12 fev 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (ABPA). **Relatório anual 2021**. São Paulo: ABPA, 2021. Disponível em: <https://abpa-br.org/quem-somos/abpa-relatorio-anual/>. Acesso em: 18 fev 2023.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Editora Saraiva 2006.

BARBIERI, J.C.. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARKER, R. What is ESG? **Harvard Business Review**, 2018. Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/what-is-esg>. Acesso em: 30 out. 2023.

BERNARDO, C. H. C.; MORALES, A. G. O rádio como canal para a divulgação de ações de responsabilidade socioambiental sob a luz da doutrina sociodinâmica que pressupõe a ação direta sobre o todo social. **AmbientalMente Sustentable: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, v. 20, p. 519-532, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/22224>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BERNARDO, C.H.C. Comunicação e responsabilidade socioambiental nos agronegócios. In ZUIN L.F.S; QUEIROZ T.R. (Coords). **Agronegócio: Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2015. 312p.

BIJOU, S. W.; PETERSON, R. F.; AULT, M. H. A method to integrate descriptive and experimental field studies at the level of data and empirical concepts. **Journal of applied behavior analysis**, v. 1, n. 2, p. 175-191, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1901/jaba.1968.1-175>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BLEISCHWITZ, R. Cognitive and institutional perspectives of eco-efficiency. **Ecological Economics**, v. 46, p. 453-467, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(03\)00186-1](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(03)00186-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800903001861?via%3Dihub>. Acesso em 12 jan. 2023.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 1. Ed. Petrópolis, Vozes, 2017.

BONSÓN, E; BEDNÁROVÁ, M. CSR reporting practices of Eurozone companies. **Revista de Contabilidad**, v. 18, n. 2, p. 182-193, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2014.06.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1138489114000284> . Acesso em 15 ago. 2023.

BOSSEL, H. **Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications: A report to the Balaton Group**. Winnipeg: IISD, 1999. Disponível em: https://epe.lac-bac.gc.ca/100/200/300/iisd/measurement_assessment/indicators/balatonreport.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2010000300016>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRANDÃO, H.N. Organização linguística do discurso – Enunciação e Comunicação. In FÍGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm

BRAVO, R., MATUTE, J., PINA, J.M.: Corporate social responsibility as a vehicle to reveal the corporate identity: a study focused on the websites of spanish financial entities. **Journal of Business ethics**, v. 107, n. 2, p. 129-146, 2012. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1027-2>. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-011-1027-2>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LESSIDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental politics**, v. 18, n. 2, p. 182-200, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644010802682551>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRUNDTLAND, G H et al. **Our common future: by world commission on environment and development**. Oxford: Oxford University Press. 1987. Acesso em: 04 mar. 2023.

BUENO, W da Costa. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAESARIA, A.F.; BASUKI, B. The study of sustainability report disclosure aspects and their impact on the companies' performance. SHS Web de Conferências, v. 34, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/shsconf/20173408001>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CAHEN, R. **Tudo que seus gurus não lhe contaram sobre comunicação empresarial**. São Paulo: Best Seller, 1990.

CAMPOS, L. M. S., SEHNEM, S., OLIVEIRA, M. A. S, ROSSETTO, A.M., COELHO, A.L.A.L., DALFOVO, M.S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão e Produção**. V. 20, n. 4, p. 913-926, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/gp/a/96R88t5VprQhkPy7XzqrBFN/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

CARDOSO, O. de O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **RAP**, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, nov./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/Wzm35MwM3s5ntxL3GqPnrsF/?lang=pt>. Acesso em 15 jan. 2022.

CARROLL, A. B. A. Three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1979.4498296>. Disponível em:
<https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.1979.4498296>. Acesso em: 15 jan. 2024

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CESCA, C. G. G. **Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

CHEN, C.; VANCLAY, F. Transnational universities, host communities and local residents: social impacts, university social responsibility and campus sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. v. 22, n.. 8, p. 88-

107, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2020-0397>. Acesso em: 08 out. 2023.

CHERSAN, I. C.; IGNAT, G.; UNGUREANU, G.; SANDU, I.; COSTULEANU, C. L.; SIMEANU, C.; VINTU, C. R. Assurance of the Sustainability Reports from the Chemical Industry. **Revista de Chimie**, v. 69, n. 3, p. 636-641, 2018. Disponível em: <https://revistadechimie.ro/Articles.asp?ID=6165>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CHRISTOFI, A.; CHRISTOFI, P.; SISAYE, S.. Corporate sustainability: Historical development and reporting practices. **Management Research Review**. v. 35, n. 2, p. 157 – 172, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01409171211195170/full/html>. Acesso em; 12 fev. 2022.

CLARKSON, P. M.; FANG, X., Li, Y.; RICHARDSON, G. The relevance of environmental disclosures: are such disclosures incrementally informative? **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 32, p. 410-431, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.06.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425413000665?via%3Dihub>. Acesso e: 15 out. 2023.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DALY, H. E. Towards an Environmental Macroeconomics. **Land Economics**, v. 67, n. 2, p. 255-259, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3146415>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DAUB, C.H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652605001915?via%3Dihub>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DEPARTMENT OF INDUSTRY, SCIENCE, ENERGY AND RESOURCES. **Regulations and standards**. Disponível em: <https://www.industry.gov.au/regulations-and-standards>. Acesso em: 3 jul. 2023.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, R. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2007.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of accounting and economics**, v.32, p. 181-235. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6). 2001. Acesso em: 20 mar. 2024.

ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G.. The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. **Management science**, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/epdf/10.1287/mnsc.2014.1984>. Acesso em: 10 jan 2023.

EHRENFELD, J. R. Sustainability needs to be attained, not managed. **Sustainability: Science, Practice & Policy**, v. 4, n. 2, p. 1-11, 2008.

ELKINGTON, J. Green Swans: The Coming Boom in Regenerative Capitalism. Hanover: **Fast Company Press**, 2018.

ELKINGTON, J.. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J.. Triple bottom line reporting: Looking for a sustainable advantage. **Academy of Management Executive**, v. 16, n. 1, p. 56-67, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/dQWB6Px4YpFjX9yRvvRJZsh/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

EPSTEIN, M. J., BUHOVAC, A. R. **Making Sustainability Work: Best Practices in Managing and Measuring Corporate Social, Environmental and Economic Impacts**. Routledge, 2017.

EUROPEAN COMMISSION. **New rules on corporate sustainability reporting: The Corporate Sustainability Reporting Directive**. Disponível em: https://finance.ec.europa.eu/capital-markets-union-and-financial-markets/company-reporting-and-auditing/company-reporting/corporate-sustainability-reporting_en. Acesso em: 5 ago. 2023.

EXAME.INVEST. **Marfrig avança e ultrapassa 50% do capital da BRF**. Editora Brasil, 2023. Disponível em: <https://exame.com/invest/mercados/marfrig-avanca-e-ultrapassa-50-do-capital-da-brf/> Acesso em: 01 fev 2024.

FLAMMER, C. Does corporate social responsibility lead to superior financial performance? A regression discontinuity approach. **Management Science**, v. 61, n. 11, p. 2549-2568, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24551545>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FORESTIER, O.; KIM, R. E. Cherry-picking the Sustainable Development Goals: Goal Prioritization by National Governments and Implications for Global Governance. **Sustainable Development**. v.28, p.1269-1278, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/sd.2082>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREEMAN, R. E.; VELAMURI, S. R. Sustainable capitalism: a matter of strategy. **Harvard Business Review**, v. 98, n. 3, 2020. Disponível em: <https://hbr.org/archive-toc/BR2001>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GASPARINO, M. F; RIBEIRO, M. S. análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e BRASIL. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 1, n. 1, p. 102–115, 2007. DOI: 10.24857/rgsa.v1i1.18. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/18>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Desenvolvimento de padrões**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/standards-development/>. Acesso em 16 fev. 2024.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/guidelines> Acesso em: 15 ago. 2022.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

GÖKTEN, P.; MARŞAP, B. Paradigm Shift in Corporate Reporting. In: GOKTEN, S. (ed). **Accounting and Corporate Reporting**. InTech: Croatia, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.68832>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GONZÁLEZ, M.; ALONSO-ALMEIDA, M.M.; DOMINGUEZ, D.. Mapping global sustainability report scoring: a detailed analysis of Europe and Asia. **Quality & Quantity**, v. 52, n. 3, p. 1041-1055, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/98ontente/pdf/10.1007/s11135-017-0502-y.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GRUSHINA, S. V. Collaboration by Design: Stakeholder Engagement in GRI Sustainability Reporting Guidelines. **Organization & Environment**, v. 30, n. 4, p. 366-385, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/toc/oaec/30/4>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HALLER, A., VAN STADEN, C. J., & LANDIS. Value added as part of sustainability reporting: Reporting on distributional fairness or obfuscation? **Journal of Business Ethics**, v. 152, p.763-768, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45022767>. Acesso em: 25 out. 2023.

HENRIQUES, A. **Corporate Impact: Measuring and Managing Your Social Footprint**. London: Earthscan, 2010.

IATRIDES, J. O. **Substitute for Power: Wartime British Propaganda to the Balkans**. London: Routledge, 2013.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE B3). **O que é ISE**. Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 23 out. 2023.

INGRAM, J.; WILLENBORG, C. J. Sustainable livestock production: Challenges and opportunities for smallholder farmers. **Animal Frontiers**, v. 9, n. 1, p. 6-11, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/default/files/eip-agri_brochure_sustainable_livestock_2019_en_web.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de inovação : 2017 : análise complementar : sustentabilidade e inovação ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 16 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101732>. Acesso em: 25 ago. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030 – ODS – Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável – Proposta de adequação**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods12.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB): **Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade**. Disponível em <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 8 de jul. 2023.

JACKSON, T. **Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet**. London: Routledge, 2009.

JBS. **Histórico JBS**. Disponível em: <https://ri.jbs.com.br/a-jbs/historico/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2015. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2016. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2017. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2018. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2019. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2020. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2021. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

JBS. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2022. **JBS**. Disponível em <https://jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

JBS AMBIENTAL. Gestão de Resíduos. Disponível em: <https://www.jbsambiental.com.br/quem-somos>. Acesso 15 dez. 2023.

JINDŘICHOVSKÁ, I.; KUBÍČKOVÁ, D.; MOCANU, M. Case Study Analysis of Sustainability Reporting of an Agri-Food Giant. **Sustainability**, v.12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12114491>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/11/4491>. Acesso em: 08 out. 2023.

KOLK, A. Trend in sustainability reporting by the Fortune Global 250. **Business Strategy and the Environment**, v. 12. p.279–291, 2003. DOI: 10.1002/bse.370 Disponível em: <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-0142122976&origin=resultslist&sort=plf-f&src=s&sid=dc7697d736c208a72965273f339b10ff&sot=b&sdt=b&s=TITLE-ABS-KEY%28Trend+in+sustainability+reporting+by+the+Fortune+Global+250%29&sl=206&sessionSearchId=dc7697d736c208a72965273f339b10ff&relpos=1>. Acesso em: 30 mar. 2022.

KOLK, A.; PEREGO, P. Determinations of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: An International Investigation. **Business Strategy and the**

Environment, v. 19, p. 182-198, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1284589. Acesso em: 25 fev. 2023.

KOTLER, P.; KELLER, K.L. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

KRIPKA, R.M. L.; SCHELLER, M.; BONATTO, D.L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/issue/view/148>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KUNSCH, M. M. K.(Org.). **Comunicação organizacional**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

KURPIERZ, J.R.; SMITH, K."The greenwashing triangle: adapting tools from fraud to improve CSR reporting", **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 11, n. 6, p. 1075-1093, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-10-2018-0272>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEAVITT, H. J. **Direção de empresas**: psicologia de empresas de Administração e chefia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

LEGENDRE, S.; CODERRE, F. Determinants of GRI G3 Application Levels: The Case of the Fortune Global 500. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 20, n. 3, p. 182–192, 2013. DOI: 10.1002/csr.1285. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84877592336&doi=10.1002%2fcsl.1285&partnerID=40&md5=9fa8fe6d91c6bc9902cf0cd14056bc4c>. Acesso em: out. 2022.

LEITE, P.R. **Logística Reversa**: Meio ambiente e Competitividade. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIU, X.; ZHANG, C. (2017). Corporate governance, social responsibility information disclosure, and enterprise value in China. **Journal of Cleaner Production**, v.142, p.1075-1084, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.102>. Acesso em: 28 abr. 2024.

LYON, T. P.; MAXWELL, J. W. Greenwash: Corporate environmental disclosure under threat of audit. **Journal of Economics & Management Strategy**, v. 20, n. 1, p. 3-41, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1530-9134.2010.00282.x>. Acesso em: fev. 2024.

MAHMUD, T. Sustainability Report and Integrated Report: a comprehensive comparison. **AIUB Journal of Business and Economics**. v. 15, n.1, p. 01-17, 2018. Disponível em: <https://ajbe.aiub.edu/index.php/ajbe/article/view/42>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 18 set 2023.

MARCHIORI, M. **Cultura e comunicação organizacional**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

MARFRIG. **Quem somos e histórico**. Disponível em: <https://www.marfrig.com.br/pt/quem-somos/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2015. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2016. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2017. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2018. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2019. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2020. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2021. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARFRIG. Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, 2022. Disponível em <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>. **Marfrig**. Acesso em: 01 fev. 2023.

MARIMON, F., ALOSO-ALMEIDA, M.M; PILAR RODRÍGUEZ, M., ALEJANDRO, K.A.C.: The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point?. **Journal of cleaner production**, v. 33, p. 132-144, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612002041>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MATOS, G. G. **Comunicação Empresarial sem complicação**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MEADOWS, D., RANDERS, J., MEADOWS, D. **Limits to Growth: The 30-Year Update**. Vermont: Chelsea Green Publishing, 2004.

MENDOZA-TELLO, J.; ROSELL-MARTÍNEZ, J. A holistic approach to sustainable management: linking environmental, social and economic dimensions. **Sustainability**, v. 12, n. 11, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MENEGHETTI, S. B. **Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia de organizações da sociedade civil**. São Paulo, Global, 2001.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 17, p. 269-279.

ONKILA, T, MÄKELÄ, M, JÄRVENPÄÄ, M. Employee Sensemaking on the Importance of Sustainability Reporting in Sustainability Identity Change. **Sustainable Development**, v. 26, n. 3, p. 217-228, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.1696>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PAPOUTSI, A.; SODHI, M. S. Does disclosure in sustainability reports indicate actual sustainability performance?. **Journal of Cleaner Production**, v. 260, p. 121049, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121049>. Acesso em: 05 ago 2022.

PATTEN, D.; CRAMPTON, W.. Legitimacy and the internet: an examination of corporate web page environmental disclosures. **Advances in Environmental Accounting & Management**, v. 2, p. 31-57, 2003. DOI: 10.1016/S1479-3598(03)02002-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rmj/a/kzpqHyBcp93R9Ws4YX8wWqx/>. Acesso em: 25 set. 2022.

PHILIPPI, A.; SOBRAL, M.; FERNANDES, V.; ALBERTO, C. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 10, n. 21, 2014. DOI: 10.21713/2358-2332.2013.v10.423. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/423>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PIVATO, S.; MISANI, N.; TENCATI, A. The impact of corporate social responsibility on consumer trust: The case of organic food. **Business Ethics: A European Review**. v. 17, p. 3–12, 2008. Disponível em; <https://www.wiley.com/en-us/Business+Ethics:+A+European+Review-p-9780JRNL58098>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PORTER, M. E., KRAMER, M. R. "Creating Shared Value." **Harvard Business Review**, v. 89(1/2), p. 62-77, 2011. Disponível em: <https://hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PRADO-LORENZO, J.M.; GALLEGÓ-ALVAREZ, I.; GARCIA-SANCHEZ, I. M. Stakeholder engagement and corporate social responsibility reporting: the ownership structure effect. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 16, n. 2, p. 94-107, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/csr.189>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PULINA, G., ACCIARO, M., ATZORI, A. S., BATTACONE, G., CROVETTO, G. M., MELE, M., PIRLO, G., RASSU, S. P. G. Animal board invited review – Beef for future: technologies for a sustainable and profitable beef industry. **The international**

journal of animal biosciences. v. 15, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34634751/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RAHI A.F, JOHANSSON J, FAGERSTRÖM A, BLOMKVIST M. Sustainability Reporting and Management Control System: A Structured Literature Review. **Journal of Risk and Financial Management**. 15(12):562, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/jrfm15120562>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1911-8074/15/12/562>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REVISTA EXAME. **Melhores & Maiores 2023**: as 1000 maiores empresas do Brasil. Editora Brasil. 2023.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução: José Lins Albuquerque Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, J. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEN, S.; BHATTACHARYA, C.B. Does Doing Good Always Lead to Doing Better? Consumer Reactions to Corporate Social Responsibility. **Journal of Marketing Research**, v. 38, p. 225-243, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1509/jmkr.38.2.225.18838>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SENA COSTA, I. L. ; DE DOUSA CORREIA, T.; PAULO, E.; LUCENA, W. G. L. Impacto do Disclosure Voluntário: Valor da Empresa e Informações Socioambientais nas Companhias Abertas. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 2, p. 271-287, 2018. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/issue/view/67>. Acesso: em 30 jan. 2023.

SIEW, R. Y. A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). **Journal of environmental management**, v. 164, p. 180-195, 2015. DOI: 10.1016/j.jenvman.2015.09.010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479715302620?via%3Dihub>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SIMONI, L., BINI, L., BELLUCCI, M. Effects of social, environmental, and institutional factors on sustainability report assurance: evidence from European countries. **Meditari Accountancy Research**, v. 28, n. 6, p. 1059-1087, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/MEDAR-03-2019-0462/full/html>. Acesso em: 30 mar. 2023.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD (SASB). **About us**. Disponível em: <https://sasb.org/about/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TACHIZAWA, E. T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2019.

VAN NIEKERK, A. J. Inclusive Economic Sustainability: SDGs and Global Inequality. **Sustainability**, v. 12, artigo 5427, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12135427>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VILLIERS, C., SHARMA, U. A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. **Critical Perspectives on Accounting**. 2017. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3750445>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VISSER, W. **The World Guide to Sustainable**. Enterprise.Greenleaf Publishing, 2015. YIN, R. **Case Study Research: design and methods**. 5 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 - Conteúdo GRI G4

Estratégia e análise	
G4-1	Apresente uma declaração do principal tomador de decisão da organização
G4-2	Apresente uma descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades
Perfil organizacional	
G4-3	Relate o nome da organização.
G4-4	Relate as principais marcas, produtos e serviços
G4-5	Relate a localização da sede da organização.
G4-6	Relate o número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório.
G4-7	Relate a natureza da propriedade e forma jurídica da organização
G4-8	Relate os mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários).
G4-9	Relate o porte da organização
G4-10	Relate o número total de empregados, discriminados por contrato de trabalho e gênero
G4-11	Relate o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva
G4-12	Descreva a cadeia de fornecedores da organização
G4-13	Relate quaisquer mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização
G4-14	Relate como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução.
G4-15	Liste as cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa
G4-16	Liste a participação em associações (p. Ex.: associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização
G4-17	Liste todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização
G4-18	A. Explique o processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos aspectos. B. Explique como a organização implementou os princípios para definição do conteúdo do relatório.

G4-19	Liste todos os Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.
G4-20	Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização
G4-21	Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização,
G4-22	Relate o efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações
G4-23	Relate alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites do Aspecto.
G4-24	Apresente uma lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
G4-25	Relate a base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento.
G4-26	Relate a abordagem adotada pela organização para engajar <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.
G4-27	Relate os principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de <i>stakeholders</i> e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relate os grupos de <i>stakeholders</i> que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas.
G4-28	Período coberto pelo relatório (p. Ex.: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas.
G4-29	Data do relatório anterior mais recente (se houver).
G4-30	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc.)
G4-31	Informe o ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo. A. Relate a opção “de acordo” escolhida pela organização. B. Relate o sumário de conteúdo da gri para a opção escolhida (veja as tabelas abaixo). C. Apresente a referência ao relatório de verificação externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação. Embora a gri recomende o uso de verificação externa, essa recomendação não constitui um requisito para que o relatório esteja “de acordo” com as diretrizes.
G4-32	A. Relate a política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa. B. Se essa informação não for incluída no relatório de verificação que acompanha o relatório de sustentabilidade, relate o escopo e a base de qualquer verificação externa realizada. C. Relate a relação entre a organização e a parte responsável pela verificação externa. D. Relate se o mais alto órgão de governança ou altos executivos estão envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização.
G4-33	Relate a estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.
G4-34	Relate o processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.
G4-35	Relate se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.
G4-36	Relate os processos de consulta usados entre os <i>stakeholders</i> e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outras estruturas, órgãos ou pessoas, indique a quem e quaisquer processos existentes de feedback para o mais alto órgão de governança.
G4-37	Relate a composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês
G4-38	Relate se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo (e, nesse caso, sua função na gestão da organização e as razões para esse acúmulo).
G4-39	

G4-40	Relate os processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança Relate os processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse. Relate se conflitos de interesse são divulgados aos <i>stakeholders</i>
G4-41	Relate os papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais da organização.
G4-42	Relate as medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais
G4-43	A. Relate os processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais. Relate se essa avaliação é independente ou não e com que frequência ela é realizada. Relate se essa avaliação é uma autoavaliação. B. Relate as medidas tomadas em resposta à avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo, no mínimo, mudanças em sua composição e em práticas organizacionais.
G4-44	A. Relate o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais. Mencione o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na implementação de processos de due diligence. B. Relate se processos de consulta e relacionamento com <i>stakeholders</i> são usados para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.
G4-45	Relate o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.
G4-46	Relate com que frequência o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.
G4-47	Relate o órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os Aspectos materiais sejam abordados.
G4-48	Relate o processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.
G4-49	Relate a natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.
G4-50	A. Relate as políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores b. Relate como os critérios de desempenho da política de remuneração aplicam-se aos objetivos econômicos, ambientais e sociais do mais alto órgão de governança e executivos seniores.
G4-51	Relate o processo adotado para a determinação da remuneração. Relate se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. Relate quaisquer outras relações entre os consultores de remuneração e a organização.
G4-52	Relate como opiniões dos <i>stakeholders</i> são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável.
G4-53	Relate a proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país.
G4-54	Relate a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país.
G4-55	

G4-56	Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.
G4-57	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento (ex.: ouvidoria).
G4-58	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias.
Forma de Gestão	
	A. Relate por que o aspecto é material. Relate os impactos que o tornam material.
	B. Relate como a organização administra o aspecto material ou seus impactos.
	C. Relate como a abordagem de gestão é avaliada, incluindo: • mecanismos de avaliação da eficácia da abordagem de gestão • os resultados da avaliação da abordagem de gestão • quaisquer ajustes introduzidos na abordagem de gestão
G4-DMA	
Aspecto: desempenho econômico	
G4-EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído
G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas
G4-EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício definido da organização
G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo
G4-EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes
G4-EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes
G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
G4-EC8	Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos
G4-EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes
Categoria: ambiental	
Aspecto energia	
G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
G4-EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem
G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização
G4-EN4	Consumo de energia fora da organização
G4-EN5	Intensidade energética
G4-EN6	Redução do consumo de energia
G4-EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços
Aspecto água	
G4-EN8	Total de retirada de água por fonte
G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
Aspecto: biodiversidade	
G4-EN11	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
G4-EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
G4-EN13	Habitats protegidos ou restaurados

G4-EN14	Número total de espécies incluídas na lista vermelha da iucn e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção
Aspecto: emissões	
G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa (gee) (escopo 1)
G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (gee) provenientes da aquisição de energia (escopo 2)
G4-EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (gee) (escopo 3)
G4-EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (gee)
G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa (gee)
G4-EN20	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (sdo)
G4-EN21	Emissões de nox, sox e outras emissões atmosféricas significativas
G4-EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação
G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição
G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos
G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção da basileia, anexos i, ii, iii e viii, e percentual de resíduos transportados internacionalmente
	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização
G4-EN26	
Aspecto: Produtos e Serviços	
G4-EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
G4-EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminado por categoria de produtos
	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais
G4-EN29	
Aspecto: transportes	
G4-EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados
Aspecto: geral	
G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo
Aspecto: Avaliação Ambiental de Fornecedores	
G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
G4-EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	
G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais
	protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Categoria: social	
Aspecto: emprego	
G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região
	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização
G4-LA2	
G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero
Aspecto: relações trabalhistas	
G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva
Aspecto: Saúde e Segurança no Trabalho	

G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho
G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação
G4-LA8	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos
Aspecto: Treinamento e Educação	
G4-LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional
	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria.
	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional
Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade
Aspecto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	
G4-LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes
Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	
G4-LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas
G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	
G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Subcategoria: direitos humanos	
Aspecto: investimentos	
G4-HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos
G4-HR2	Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados
Aspecto: Não discriminação	
G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	
G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito
Aspecto: trabalho infantil	
G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	
G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
Aspecto: Práticas de Segurança	

G4-HR7	Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações
Aspecto:	Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais
G4-HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito
Aspecto:	avaliação
G4-HR9	Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos
Aspecto:	Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos
G4-HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos
G4-HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito
Aspecto:	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos
G4-HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Aspecto:	comunidades locais
G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local
G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais
Aspecto:	Combate à corrupção
G4-SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados
G4-SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção
G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Aspecto:	políticas públicas
G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário
Aspecto:	concorrência desleal
G4-SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados
Aspecto:	conformidade
G4-SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos
Aspecto:	Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade
G4-SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade
G4-SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito
Aspecto:	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade
G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal
Subcategoria:	responsabilidade pelo produto
Aspecto:	Saúde e Segurança do Cliente
G4-PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias
G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado
Aspecto:	Rotulagem de Produtos e Serviços
G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências

G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados
G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente
Aspecto: Comunicações de Marketing	
G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados
G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados
Aspecto: Privacidade do Cliente	
G4-PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes
Aspecto: conformidade	
G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Anexo II - Conteúdos GRI Standards (versão 2016)

Divulgações Gerais	
GRI 102-1	Nome da organização
GRI 102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços
GRI 102-3	Localização da sede
GRI 102-4	Local das operações
GRI 102-5	Propriedade e forma jurídica
GRI 102-6	Mercados atendidos
GRI 102-7	Escala da organização
GRI 102-8	Informações sobre funcionários e outros trabalhadores
GRI 102-9	Cadeia de suprimentos
GRI 102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de suprimentos
GRI 102-11	Princípio ou abordagem da precaução
GRI 102-12	Iniciativas externas
GRI 102-13	Participação em associações
GRI 102-14	Declaração do tomador de decisões sênior
GRI 102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades
GRI 102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento
GRI 102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética
GRI 102-18	Estrutura de governança
GRI 102-19	Delegação de autoridade
GRI 102-20	Responsabilidade em nível executivo por tópicos econômicos, ambientais e sociais
GRI 102-21	Consultoria às partes interessadas sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais
GRI 102-22	Composição do mais alto órgão de governança e seus comitês
GRI 102-23	Presidente do mais alto órgão de governança
GRI 102-24	Indicação e seleção do mais alto órgão de governança
GRI 102-25	Conflitos de interesse
GRI 102-26	Papel do mais alto órgão de governança na definição do propósito, dos valores e da estratégia
GRI 102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança
GRI 102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança
GRI 102-29	Identificar e gerenciar impactos econômicos, ambientais e sociais
GRI 102-30	Eficácia dos processos de gerenciamento de riscos
GRI 102-31	Revisão de tópicos econômicos, ambientais e sociais
GRI 102-32	O papel do mais alto órgão de governança nos relatórios de sustentabilidade
GRI 102-33	Comunicação de preocupações críticas
GRI 102-34	Natureza e número total de preocupações críticas
GRI 102-35	Políticas de remuneração
GRI 102-36	Processo para determinar a remuneração
GRI 102-37	Envolvimento das partes interessadas na remuneração
GRI 102-38	Índice de remuneração total anual
GRI 102-39	Aumento percentual no índice de remuneração total anual
GRI 102-40	Lista de grupos de partes interessadas
GRI 102-41	Acordos de negociação coletiva
GRI 102-42	Identificação e seleção de partes interessadas
GRI 102-43	Abordagem para o engajamento das partes interessadas

GRI 102-44	Principais tópicos e preocupações levantadas
GRI 102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas
GRI 102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites do tópico
GRI 102-47	Lista de tópicos de materiais
GRI 102-48	Reformulações de informações
GRI 102-49	Mudanças nos relatórios
GRI 102-50	Período do relatório
GRI 102-51	Data do relatório mais recente
GRI 102-52	Ciclo de relatórios
GRI 102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório
GRI 102-54	Reivindicações de relatórios de acordo com os Padrões GRI
GRI 102-55	Índice de conteúdo GRI
GRI 102-56	Garantia externa
Forma de Gestão	
GRI 103-1	Explicação do tópico do material e seus limites
GRI 103-2	A abordagem de gerenciamento e seus componentes
GRI 103-3	Avaliação da abordagem de gerenciamento
Categoria: econômico	
Desempenho econômico	
GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído
GRI 201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
GRI 201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria
GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo
Presença no mercado	
GRI 202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero
GRI 202-2	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local
GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços
GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos
Práticas de compras	
GRI 204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais
Combate a corrupção	
GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Concorrência desleal	
GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
Tributos	
GRI 207-1	Abordagem tributária
GRI 207-2	Governança, controle e gestão de risco fiscal
GRI 207-3	Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto aos tributos
GRI 207-4	Relato país-a-país
Categoria: ambiental	
GRI 301:	Materiais
GRI 301-1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
GRI 301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

GRI 301-3	Produtos e suas embalagens recuperados
GRI 302:	Energia
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização
GRI 302-2	Consumo de energia fora da organização
GRI 302-3	Intensidade energética
GRI 302-4	Redução do consumo de energia
GRI 302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
GRI 303:	Água
GRI 303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
GRI 303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
GRI 303-3	Captação de água
GRI 303-4	Descarte de água
GRI 303-5	Consumo de água
GRI 304:	Biodiversidade
	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
GRI 304-1	
GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na Biodiversidade
GRI 304-3	Habitats protegidos ou restaurados
	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
GRI 304-4	
GRI 305:	Emissões
GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
GRI 305-2	
GRI 305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)
GRI 305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
GRI 306:	Efluentes e resíduos
GRI 306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
GRI 306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
GRI 306-3	Resíduos gerados
GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final
GRI 307:	Conformidade ambiental
GRI 307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
GRI 308:	Avaliação ambiental de fornecedores
GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito
GRI 308-2	
Categoria: social	
GRI 401:	Emprego
GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados

GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade
GRI 402:	Relações trabalhistas
GRI 402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403:	Saúde e segurança no trabalho
GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes
GRI 403-3	Serviços de saúde do trabalho
GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
GRI 403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador
GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
GRI 403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403-9	Acidentes de trabalho
GRI 403-1	0 Doenças profissionais
GRI 404:	Treinamento e educação
GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado
GRI 404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
GRI 404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405:	Diversidade e igualdade de oportunidades
GRI 405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados
GRI 405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
GRI 406:	Não discriminação
GRI 406-1	Casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas
GRI 407:	Liberdade de associação e negociação coletiva
GRI 407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408:	Trabalho infantil
GRI 408-1	Operações e fornecedores identificados com risco significativo de trabalho infantil
GRI 409:	Trabalho forçado ou análogo a escravo
GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410:	Práticas de segurança
GRI 410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
GRI 411:	Direitos de povos indígenas
GRI 411-1	Casos de violação de direitos de povos indígenas
GRI 412:	Avaliação de direitos humanos
GRI 412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos de impacto nos direitos humanos
GRI 412-2	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos

GRI 412-3	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos
GRI 413:	Comunidades locais
GRI 413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local
GRI 413-2	Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais
GRI 414:	Avaliação social de fornecedores
GRI 414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
GRI 414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas
GRI 415:	Políticas públicas
GRI 415-1	Contribuições políticas
GRI 416:	Saúde e segurança do consumidor
GRI 416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
GRI 416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos serviços
GRI 417:	Marketing e rotulagem
GRI 417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
GRI 417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
GRI 417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
GRI 418:	Privacidade do cliente
GRI 418-1	Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes
GRI 419:	Conformidade socioeconômica
GRI 419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica

ANEXO III - Conteúdos GRI Standards (versão 2021)

Divulgações Gerais

GRI 2-1	Detalhes organizacionais
GRI 2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização
GRI 2-3	Período de referência, frequência e ponto de contacto
GRI 2-4	Reformulações de informações
GRI 2-5	Verificação externa
GRI 2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais
GRI 2-7	Empregados
GRI 2-8	Trabalhadores que não são empregados
GRI 2-9	Estrutura e composição de governança
GRI 2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança
GRI 2-11	Presidente do mais alto órgão de governança
GRI 2-12	Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos
GRI 2-13	Delegação de responsabilidade na gestão de impactos
GRI 2-14	Papel do mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade
GRI 2-15	Conflitos de interesse
GRI 2-16	Comunicação de preocupações críticas
GRI 2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança
GRI 2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança
GRI 2-19	Políticas de remuneração
GRI 2-20	Processo para determinação da remuneração
GRI 2-21	Índice anual de remuneração total
GRI 2-22	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável
GRI 2-23	Compromissos políticos
GRI 2-24	Incorporação de compromissos políticos
GRI 2-25	Processos para correção de impactos negativos
GRI 2-26	Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar preocupações
GRI 2-27	Conformidade com leis e regulamentos
GRI 2-28	Associações de membros
GRI 2-29	Abordagem para o engajamento de stakeholders
GRI 2-30	Acordos coletivos de trabalho

Forma de Gestão

GRI 3-1	Processo para determinar tópicos materiais
GRI 3-2	Lista de temas materiais
GRI 3-3	Gestão de temas materiais

Categoria: econômico

Desempenho econômico

GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído
GRI 201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
GRI 201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria
GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo

Presença no mercado

GRI 202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero
-----------	---

GRI 202-2	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local
GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços
GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos
Práticas de compras	
GRI 204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais
Combate a corrupção	
GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Concorrência desleal	
GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
Tributos	
GRI 207-1	Abordagem tributária
GRI 207-2	Governança, controle e gestão de risco fiscal
GRI 207-3	Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto aos tributos
GRI 207-4	Relato país-a-país
Categoria: ambiental	
GRI 301:	Materiais
GRI 301-1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume
GRI 301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
GRI 301-3	Produtos e suas embalagens recuperados
GRI 302:	Energia
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização
GRI 302-2	Consumo de energia fora da organização
GRI 302-3	Intensidade energética
GRI 302-4	Redução do consumo de energia
GRI 302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
GRI 303:	Água
GRI 303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado
GRI 303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
GRI 303-3	Captação de água
GRI 303-4	Descarte de água
GRI 303-5	Consumo de água
GRI 304:	Biodiversidade
GRI 304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na Biodiversidade
GRI 304-3	Habitats protegidos ou restaurados
GRI 304-4	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
GRI 305:	Emissões
GRI 305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
GRI 305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)

GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)
GRI 305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas
GRI 306:	Efluentes e resíduos
GRI 306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
GRI 306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
GRI 306-3	Resíduos gerados
GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final
GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final
GRI 307:	Conformidade ambiental
GRI 307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
GRI 308:	Avaliação ambiental de fornecedores
GRI 308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e as medidas tomadas a esse respeito
Categoria: social	
GRI 401:	Emprego
GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados
GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade
GRI 402:	Relações trabalhistas
GRI 402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403:	Saúde e segurança no trabalho
GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de Incidentes
GRI 403-3	Serviços de saúde do trabalho
GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho
GRI 403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador
GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
GRI 403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
GRI 403-9	Acidentes de trabalho
GRI 403-1	0 Doenças profissionais
GRI 404:	Treinamento e educação
GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado
GRI 404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
GRI 404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405:	Diversidade e igualdade de oportunidades
GRI 405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados